

Especial 11º Consinsprev

Jornal do **SINSPREV**

www.sinsprev.org.br
Edição 277

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo - Filiado à FENASPS

Conheça as teses apresentadas pela categoria

11º

CONSINSPREV

13, 14 e 15 de abril de 2012

Hotel Fazenda Vale do Sol Serra Negra

Temário

- Conjuntura Nacional e Internacional
- Movimento Sindical e Estrutura Sindical
- Movimento dos Previdenciários, Seguro e Seguridade Social
- Saúde do Trabalhador
- Movimento dos Servidores Públicos Federais
- Plano de Lutas
- Estruturação da Entidade Sindical
- Balanço de Gestão
- Processo Eleitoral



ORGANIZAÇÃO

11º Consinsprev

Eleja seus delegados e fortaleça a base do Sinsprev/SP

O Sinsprev/SP convoca toda sua base para participar ativamente do XI Consisprev. O primeiro passo para que isso aconteça é a eleição daqueles que representarão o local de trabalho nas discussões e deliberações do Congresso. O segundo é a discussão das teses apresentadas. Para que isso ocorra em toda a base, o Sinsprev/SP editou esse jornal Especial com as teses apresentadas pela categoria.

PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DO 11º CONSINSPREV

INSCRIÇÃO DE TESES

17 de fevereiro de 2012
até às 18 horas

Nessa data e horário será realizado o sorteio da ordem das teses nos materiais que serão produzidos para o 11º Consinsprev. As teses devem ser entregues digitadas em CD-R ou DVD-R (não regravável) e impressas e em envelope a Comissão Organizadora do 11º Consinsprev.

Eleição De Delegados

Está autorizado o agendamento de assembleias nos locais de trabalho, sendo que – de acordo com o estatuto – as mesmas podem acontecer entre 27 de fevereiro e 26 de março. As datas das assembleias devem ser informadas à Direção do Sinsprev/SP com dez dias de antecedência através do e-mail comissao.consinsprev@sinsprev.org.br ou protocoladas na secretaria do Sinsprev/SP com dia, data e hora, ou

pelo fax (11) 3361-7642

QUEM MARCA A ASSEMBLEIA

Os representantes dos locais de trabalho, os diretores do Sinsprev/SP/Fenasp ou os diretores das Delegacias Regionais.

DIVULGAÇÃO

A comissão organizadora dará publicidade ao calendário das assembleias pelo site e mural, tanto na sede do Sinsprev/SP quanto nas Delegacias Regionais.

COMPROVAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

As atas das assembleias para eleição dos delegados devem ser encaminhadas por fax ((11-3361-7642) à secretaria do sindicato no prazo máximo de 48 horas da sua realização. A ata original deverá ser protocolada na secretaria do Sinsprev/SP até, no máximo, às 18 horas do dia 29 de março.

ORIENTAÇÕES

1. As assembleias que elegerão delegados ao 11º Congresso do Sinsprev/SP serão realizadas somente nos locais de trabalho, não havendo assembleias nas Delegacias Regionais.
2. Todos os trabalhadores presentes em Assembleia poderão votar, mas só poderão ser eleitos como delegados ao Congresso os trabalhadores filiados ao Sinsprev/SP.
3. Os servidores, inclusive os aposentados, poderão participar uma única vez para votar ou ser votado em qualquer dos locais de trabalho aonde serão realizadas as assembleias.

11º Consinsprev
Dias 13, 14 e 15 de abril
de 2012 - Serra Negra

CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO 11º CONSINSPREV

PARA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

O critério para eleição de delegados ao Congresso Estadual será na proporção de um delegado para cada cinco presentes na assembleia local, com fração de três, sendo necessário um quorum mínimo de cinco presentes na assembleia ativos ou aposentados.

Todos os participantes da assembleia deverão informar na lista de presença sua matrícula Siape ou matrícula funcional (estadual e municipal).

O servidor não poderá assinar em mais de uma lista de assembleia.

Locais de trabalho com menos de cinco trabalhadores podem unir-se a outros locais de trabalho para dar o quorum.

PARA ELEIÇÃO DOS OBSERVADORES E SUPLENTE

Poderão ser eleitos na proporção 20% dos delegados eleitos. Por exemplo, se um local de trabalho eleger 10 (dez) delegados poderá eleger até 2 (dois) observadores e 2 (dois) suplentes.

Nas unidades de Saúde em que houver apenas servidores municipais e/ou estaduais também poderão ser eleitos os 20% de observadores. Exemplo: assina-

ram a lista de presença 25 servidores do Estado/Município. O local terá direito a cinco delegados e um observador. Neste caso, poderá enviar um observador.

PARA PARTICIPAÇÃO SUPLENTE

Os suplentes eleitos em assembleia somente participarão do 11º Consinsprev no caso da ausência dos delegados ou caso tenha sido eleito observador também.

PARTICIPAÇÃO DE DEPENDENTES

O Sinsprev/SP garantirá acomodação para os filhos de participantes eleitos ao 11º Consinsprev, até 12 anos, mediante apresentação da ficha de inscrição e de documento de identificação enviados junto com a ata da eleição delegados.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Todos os delegados, observadores e suplentes deverão preencher ficha de inscrição e encaminhá-la junto com a ata da assembleia local.

Casos omissos deverão ser resolvidos pela comissão organizadora.

Calendário

- Até 17 de fevereiro de 2012, às 18 horas: apresentação das teses
- A partir de 16 de fevereiro de 2012: Agendamento das eleições de delegados
- De 27 de fevereiro a 26 março de 2012: eleição de delegados nos locais de trabalho
- Dia 29 de março, até as 18 horas: Prazo final para entrega da ata original de eleição de delegado na secretaria do Sinsprev/SP
- Dias: 13, 14 e 15 abril de 2012: 11º Consinsprev – Congresso Estadual do Sinsprev/SP

TESE 1

SINSPREV – INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO A SERVIÇO DA CATEGORIA

CONJUNTURA

1- É PRECISO MOSTRAR O QUE OS INIMIGOS DE CLASSE TENTAM OCULTAR

As aparências enganam. Mais do que olhar as formas como as coisas aparecem e se expressam é preciso ir além e ver seu conteúdo. Assim devemos ver o movimento cíclico e periódico das crises produzidas na sociedade capitalista em que vivemos.

O Capital, seu Estado, seus ideólogos e muitos que se dizem representar os trabalhadores tentam afirmar que a última crise é o exemplo para afirmar sua tese de um novo momento no capitalismo mundial, ou seja, a predominância do capital financeiro, sobre o industrial.

Do que estamos a falar? Justamente do que os patrões, seus governos e os diversos instrumentos que eles têm a sua disposição tentaram impor como verdade absoluta nas últimas décadas. Que a concentração de lucros e riqueza não se dá no processo de produção de valor, mas sim em outro espaço, ou seja, na esfera da circulação, em outras palavras, são os bancos e a especulação do sistema financeiro que garante muitos com muito pouco, e poucos com muito.

É como se afirmassem que as mercadorias que são transportadas de um país a outro, que são comercializadas, que circulam a cada segundo no mundo, não fossem produto direto do trabalho de homens e mulheres trabalhadores, como se ninguém os produzisse e já viessem ao mundo sem produção nem valor.

Confundem forma com conteúdo. Tentam ocultar que a cada crise de superprodução do capital, a sua expressão se mostra de uma maneira: na década de 70 crise do petróleo, no final da década de 90 crise dos Tigres asiáticos e essa última, crise da bolha imobiliária nos EUA. Elas têm formas de se expressar diferentes, mas carregam o mesmo conteúdo.

Ou seja, dão nomes diferentes para o mesmo movimento do Capital, que entra em crise de maneira periódica e em espaços de tempos cada vez menores.

É preciso ver e compreender o que tentam ocultar, pois ao sabermos de fato como se dá o processo de exploração a que somos submetidos no dia a dia, podemos avançar em nossa organização e luta para enfrentar os patrões, suas explicações superficiais e suas medidas para sair da crise.

Quando falamos em crise de superprodução estamos falando que os capitalistas para vencerem a concorrên-

cia entre si investem cada vez mais na parte constante do seu capital, máquinas, equipamentos, novas tecnologias e cada vez menos em seu capital variável, que é justamente a força de trabalho dos trabalhadores aquela que gera o valor de todas as mercadorias. Só o trabalho produz valor e mais valor do que ele mesmo vale.

O resultado disso é uma super produção de mercadorias e o capitalista que conseguiu vencer a concorrência tendo uma mercadoria com valor mais reduzido que seus concorrentes, vê sua taxa de lucro cair. Pois máquinas e equipamentos por mais modernos que sejam não geram valor, apenas auxiliam, potencializam o aumento da produtividade. O que gera valor é o trabalho dos trabalhadores e é por isso que as taxas de lucro despencam e a sociedade capitalista entra em crise.

Na forma de produção capitalista os que detêm os meios de produção compram a capacidade de trabalho dos trabalhadores, através de um contrato, com uma determinada jornada de trabalho, que será paga na forma de salário.

Mas no processo de produção o trabalhador é capaz de gerar mais valor do que vale sua força de trabalho, em outras palavras: máquinas, prédios, matéria prima não geram valor e se desgastam no processo de produção. A única mercadoria capaz de gerar outras mercadorias, carregadas de valor novo é a força de trabalho que quanto mais se desgasta no processo de produção mais valor novo produz.

O valor gerado pelo trabalhador será apropriado pelo capitalista, que investirá parte desse valor na manutenção dos meios de produção, aproximadamente 30% do resultado da produção. Uma outra pequena parte que na maioria das vezes não chega a 10% pagará salários e o restante, ou seja, a maior parte será seu lucro.

A crise está sendo produzida em pleno vapor no momento em que a produção está em alta, a capacidade instalada da indústria está completa, as contratações aumentam, a produção aumenta. Em outras palavras quando tudo está bombando para o patrão é nesse momento que ele está entrando em crise. No momento de maior aceleração tem que frear bruscamente o processo de produção.

Demissões, redução de direitos e salários, pátios cheios é o que a maioria da sociedade olha como crise e não consegue enxergar que isso nada mais é do que a busca dos capitalistas para saírem da crise que eles mesmos produziram.

O Estado na sociedade capitalista funciona exclusivamente para atender as necessidades de concentração de lu-

cro e para garantir as saídas das crises cíclicas e periódicas produzidas pelo Capital. Além desse importante instrumento outros se colocam em movimento para administrar os problemas dos patrões que para se recuperarem vão intensificar o ataque ao conjunto da classe trabalhadora.

É preciso enxergar esse movimento do Capital, para entender a última crise e dessa forma dar o necessário salto de qualidade na luta que temos para fazer contra aqueles que se enriquecem na exata medida que nos exploram cada vez mais.

A formulação que vê crise onde deveria se enxergar os efeitos das saídas da crise de 2008/2009, na qual os Estados Nacionais assumiram as demandas do Capital, transformando as dívidas privadas em dívida pública. Os pacotes na Europa nada mais são do que o Estado investindo contra os básicos direitos da classe trabalhadora para tentar tampar parte do rombo provocado por uma crise que já acabou.

A crise acabou, mas a recuperação é pífia, a curva de elevação, mostra uma recuperação muito pequena, são dados da análise que demonstram que estamos diante de um novo ciclo que deve ser monitorado hora a hora, ou seja, certeza é de que até o fim do ano nada que se conforme em nova crise, a partir do próximo ano o cenário pode mudar. Os efeitos das saídas da última crise foram extensos e intensos, olhar para a Europa, para recuperação sem substância nos EUA e para o movimento do governo Dilma nesse final de ano, ajuda a entender como parte das organizações da esquerda conseguem tão facilmente, por conta da análise superficial, confundir expressão com conteúdo. Outras organizações, que na representação da classe, são de fato mediadores dos interesses do Capital vão se utilizar dessa confusão funcional para frear e ocultar a luta de classes.

2- NÓS SERVIDORES PÚBLICOS E O ESTADO

Primeiramente é preciso desembarcar nosso olhar para com esse grande fetiche que é o Estado. Ao nos colocar o problema da luta contra o capitalismo, precisamos saber claramente quem é nosso inimigo. E dessa resposta parte boa parte de nossa ação. O Capital é a relação social que cria e recria uma estrutura econômica e uma super-estrutura jurídica, política e ideológica para reproduzir-se como forma social dominante. Esse é nosso inimigo: o sistema do capital. A burguesia e o Estado são personificações desse sistema, e sua ação é no sentido de manter as estruturas de poder. Por isso é importante perceber

como a lógica dominante também age sobre os servidores públicos

Os trabalhadores que atuam a serviço do Estado em todos os setores e nos âmbitos municipal, estadual e federal, são chamados de Servidores Públicos. Os servidores que atendem diretamente a população trabalhadora nas áreas da educação, da saúde, previdência, assistência social e reforma agrária, são os que recebem os menores salários nesta estrutura hierarquizada.

Mesmo submetidos a condições cada vez piores para execução do trabalho, com salários congelados e arroxados ainda permanece em suas consciências a ideologia de que são trabalhadores “diferenciados”, pois são funcionários públicos.

Nada melhor do que a realidade para se contrapor a ideologia dominante. Nas últimas duas décadas os servidores têm vivido intensas mudanças na organização do trabalho e sofrendo ataques nas diversas reformas. As sucessivas crises cíclicas vão impondo aos estados a necessidade de agir com coerção e consentimento, esse é basicamente o papel do Estado. Os servidores estão nessa contradição, devem atender a população, mas isso na verdade serve para “amenizar” os efeitos do sistema capitalista. Por isso mesmo sofrem as reestruturações típicas do setor privado.

Estas medidas adotadas têm uma história iniciada no governo Pinochet do Chile (após o violento golpe militar que destituiu o socialista Salvador Allende em 1973). O Chile serviu de laboratório para os experimentos que depois se generalizaram pelo mundo com Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e com Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980.

No Brasil a abertura das portas para o fim da estabilidade, a utilização de métodos gerenciais comuns na administração privada, o trabalho e o salário por metas, adoção de índices de produtividade e o aumento da jornada, começaram com Fernando Collor (1990), Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Lula (2002-2010). Contudo as grandes mudanças foram mais desenvolvidas no governo FHC, quando foi criado o Ministério de Administração e Reforma do Estado encabeçado por Luiz Carlos Bresser Pereira.

Isso no contexto de flexibilização das leis trabalhistas; políticas públicas assistencialistas, dificultando o acesso aos serviços públicos essenciais; criação de gratificações por desempenho, cumprimento de metas; salário flexível atrelado à avaliação de desempenho, exigência de produtividade, aumento da jornada de trabalho são alguns exemplos dessa reestruturação que atingirá o conjunto do funcionalismo

TESE 1

público nas esferas municipal, estadual e federal.

Das mudanças que atingiram os trabalhadores neste período a terceirização merece especial atenção de nossa parte. Não é necessário muito aprofundamento para perceber que os trabalhadores terceirizados possuem as piores condições de trabalho e salariais dentre os que atendem direta ou indiretamente a esfera pública. As experiências utilizadas na reestruturação das empresas capitalistas são transpostas para o Estado. O processo se desenvolve através de vários mecanismos como a criação de Organizações Sociais, organizações sem fins lucrativos, fundações de interesses coletivos, entre outros nomes, que pretendem esconder os **interesses em privatizar** os setores estatais descartados pelos projetos dos que governaram o país nestes últimos 20 anos.

Do tele atendimento da Previdência aos Serviços de Emergência, o atendimento nos postos de saúde, chegando aos serviços de água, esgoto e saneamento, até as escolas é cada vez maior o número de trabalhadores terceirizados e submetidos à condições de trabalho ainda mais precarizadas. Tendo por resultado serviços à população de baixíssima qualidade expressando o descaso com as reais necessidades desses trabalhadores.

Sendo este, um Estado da classe dominante o seu objetivo é o de garantir a plena **acumulação de valor** pelos capitalistas. Isto acontece diretamente fora da estrutura governamental, garantindo a infra-estrutura que dinamiza o movimento do capital ou nos momentos de crise, como o principal salvador da quebradeira entre os capitalistas, ou

ainda, permitindo a entrada na máquina estatal de formas de acumulação de valor como a terceirização.

Empresas como a Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, as empresas do ramo das telecomunicações, do setor energético e as rodovias são exemplos da infra-estrutura criada para atender o capital que em seguida, foram entregues a este mesmo capital para a continuidade de sua reprodução.

2.1 Um Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores

Essa é a essência do Estado do Capital, maximizar os lucros do setor privado reduzindo os custos das empresas com a reprodução da força de trabalho e da infra-estrutura material. Ilusão e mediocridade daqueles que tentam convencer a classe trabalhadora que é no espaço do Estado, com as eleições ou com a criação de leis, onde os trabalhadores podem avançar em novas conquistas.

Isso não quer dizer que não há brechas nesses espaços do Estado para termos representações compromissadas em defender os trabalhadores. Sim, elas existem, mas é preciso reconhecer o limite da atuação que se pode ter nesses espaços. Em outras palavras, leis só mudam a favor dos trabalhadores, governantes só executam leis para os trabalhadores e a repressão oficial do Estado só recua, quando os trabalhadores se colocam em luta.

Isso quer dizer que aqueles que trabalham como funcionários desse Esta-

do na maior parte de suas atividades estarão aplicando as políticas definidas nos espaços de interesse da burguesia, e serão contra os trabalhadores.

2.2 Servidor público???

Mas ao final, quem é o “servidor público”? É um trabalhador a serviço do Estado. Em primeiro lugar é fundamental compreender que todos os trabalhadores vinculados aos governos, aos legislativos, aos judiciários, às forças armadas e as polícias, seja no âmbito municipal, estadual e federal, são trabalhadores do Estado.

Entendemos que o trabalhador público é parte da classe social trabalhadora que vende sua força de trabalho, estando na particularidade do Estado, ou seja, na esfera da reprodução ampliada do capital. Contribui na constituição do sistema extrator de mais valia e exatamente por isso está inserido do conjunto das contradições inerentes ao sistema. O que quer dizer que estamos tratando de uma parcela da classe que pode e deve contribuir para a elevação da consciência dos trabalhadores e da efetivação da luta de classes.

2.3 Reformas da Previdência: diminuição dos direitos e divisão entre a classe trabalhadora

A partir desses elementos podemos procurar entender o ataque ora desferido contra os trabalhadores dos serviços públicos. É evidente que essas e outras operações não são realizadas sem que haja reação por parte das organizações sindicais. Greves e outras formas de mobilização reivindicando

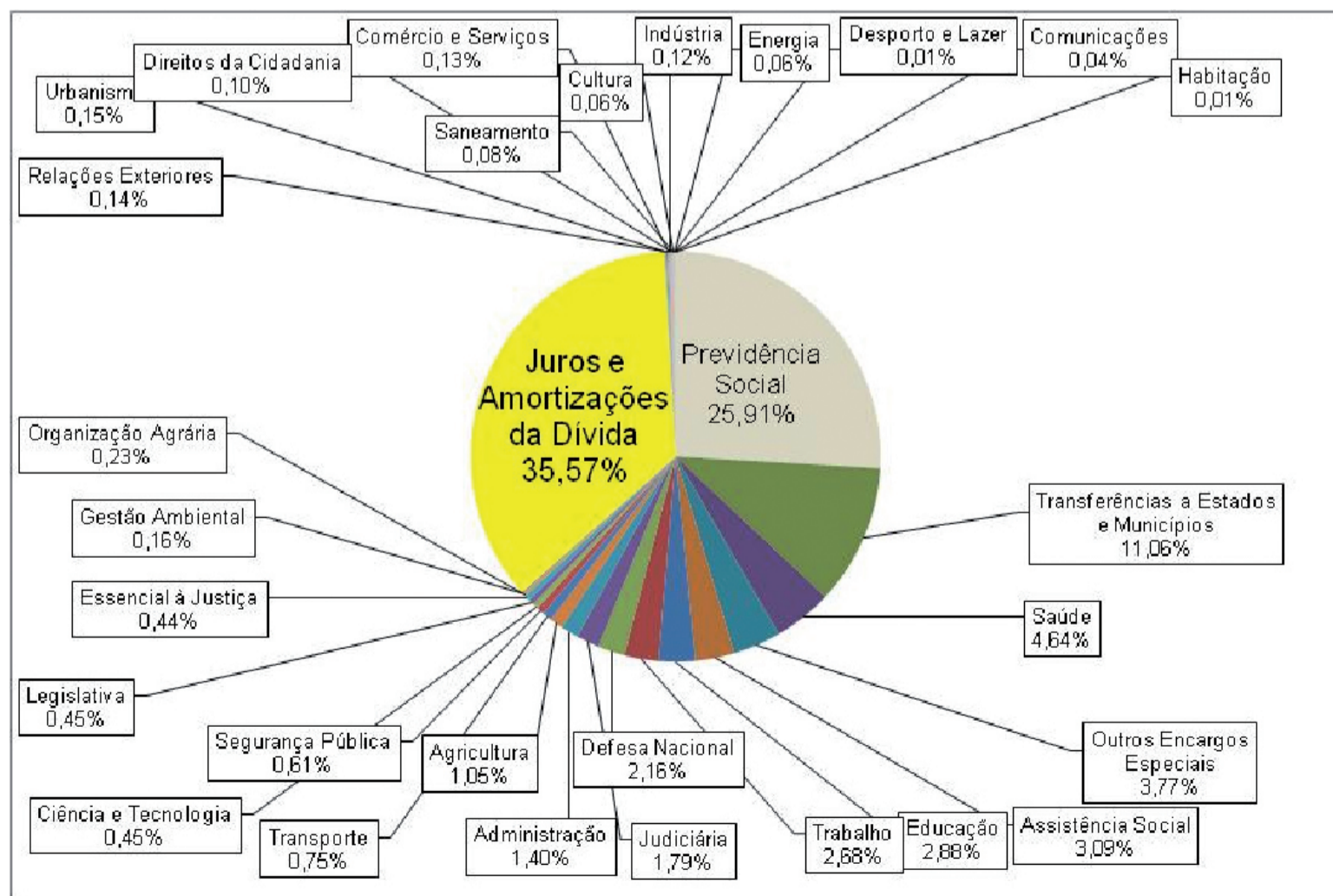
melhores salários, melhores condições de trabalho, contra retirada de direitos históricos, contra implantação de mecanismos da lógica privada nos serviços estatais e contra a privatização do patrimônio público, tem sido uma constante nos últimos anos.

O objetivo dos sucessivos governos é continuar mantendo o superávit primário. Isto é, manter a lucratividade dos capitalistas em seus diferentes momentos. Com isso, o governa não negocia reajustes para o funcionalismo público, mas garante do capital financeiro. Um exemplo disto foi a PLP 549/2010. Tratava-se de uma proposta de limitação dos gastos com pessoal e outros gastos sociais da União, mediante alteração de dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

O governo não admite a crise da dívida, mas executa Reformas da Previdência, e faz propostas de congelamento dos salários do funcionalismo público (como o (1)PLP549). Observamos que o discurso do governo é de que os gastos com servidores (e gastos públicos em geral) têm aumentado de forma assustadora, e isso representa uma ameaça às contas públicas. Desta forma, este discurso cria a imagem de que servidor público não trabalha, que só quer aumento, e impede a mobilização e sensibilização da sociedade;

Segundo apresentação realizada por Maria Lucia Fattorelli em 14.03.10 (Encontro em Brasília da CNESF – Confederação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), observamos que o dinheiro está indo para pagar a dívida pública. Isto é, a Dívida Pública é a que consome o orçamento da União:

Orçamento Geral da União em 2009 (por função). R\$ 1,068 trilhão



TESE 1

A reforma da Previdência do governo FHC foi capaz de atacar os direitos dos trabalhadores nas empresas privadas de forma direta e eficaz. As diretrizes adotadas por esta praticamente acabaram com a aposentadoria especial, acabaram com o direito às aposentadorias por tempo de serviço e a substituíram pelas aposentadorias por tempo de contribuição, além de dificultar ainda mais a caracterização dos acidentes e doenças provocadas pelo trabalho. Mas não se resumiu somente a isto.

Da mesma forma que o governo FHC impôs uma propaganda na Reforma Administrativa que abriu portas para o fim da estabilidade do funcionalismo público dizendo ser essa uma forma de combater privilégios, tentando assim colocar trabalhadores das empresas privadas contra funcionários públicos, na Reforma da Previdência tentou e conseguiu a indiferença de parcela expressiva do funcionalismo em relação aos ataques sofridos pelos trabalhadores nas empresas privadas.

Uma das principais ações do governo Lula em início de mandato foi a proposta de reforma de Previdência para o funcionalismo público. Gestada pelo governo federal com a participação dos governadores dos estados, a reforma atacou os servidores que atendem diretamente à população trabalhadora: professores, servidores no INSS, na saúde e nos vários serviços de atendimento dos serviços públicos básicos.

A propaganda do governo para aprovação da Reforma era carregada do mesmo conteúdo das outras: combate aos privilégios e a divisão entre trabalhadores nas empresas privadas e servidores.

O resultado foi o aumento da idade para aposentadoria para os que ainda estão no trabalho e a instituição de contribuição para os servidores aposentados. Quem foi atingido pela reforma da previdência foram justamente aqueles que há muito tempo já se encontram em situação extremamente precária de trabalho.

Sendo esse governo um grande conhecedor do movimento sindical, além de submeter um dos principais instrumentos dos trabalhadores, a CUT(2), conseguiu também dividir a classe no enfrentamento contra a Reforma da Previdência.

A CUT num primeiro momento quis emendar o que não tinha consero na Reforma. Junto a isto, freou qualquer tentativa de trazer os trabalhadores produtivos para a luta pela manutenção dos direitos que estavam sendo ameaçados. Contudo, apenas na véspera da votação do projeto, a CUT se colocou contra a reforma que já estava consumada.

2.4 Os servidores e o Estado

Algumas questões aparentemente óbvias para o conjunto dos trabalhadores públicos devem ser preliminarmente colocadas, mesmo que de forma apenas provocativa: quem é o empregador

do trabalhador público (ESTADO)? Quais são as motivações e objetivos gerenciais desse grande e legitimado empregador? Quais são as necessidades mais atuais dele?

Aprendemos desde cedo que o Estado é um ente neutro e serve a todos. Esta forma alienada impede que vejamos esse Estado como ele realmente é: um Estado de classe, que existe para servir única e exclusivamente a classe economicamente dominante (burguesia) na manutenção do lucro. Todo este colossal poder de controle e coerção esta a serviço direto das corporações capitalistas em todos os cantos do mundo.

Vivemos hoje dentro da máquina do Estado uma forma de organização do trabalho que tem como base a mesma reestruturação que houve nos locais de produção de valor.

Avaliação de desempenho acompanhada de produtividade, ou seja um/as professor/a que consegue passar mais rapidamente o conteúdo, que aprova os alunos mesmo que não saibam ler, escrever, interpretar um texto. Um professor cansado que para tentar diminuir a diferença do que recebe como salário e das contas que tem a pagar, trabalha em mais de duas escolas.

Outro exemplo é da Previdência Social. Vamos ver que só o muda a forma, o conteúdo continua o mesmo: são servidores que têm a maior parte de seu salário composto pelas gratificações que ao longo da “carreira” são muito maiores que o próprio salário, mas agora têm metas a cumprir.

Vejam como o exemplo demonstra isso: Um/a trabalhador/a ao procurar a Previdência Social para requerer seja sua aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, licença maternidade, enfim qualquer que seja seu direito, só vai ter seu pedido deferido se o “programa de informática” da Previdência julgá-lo dentro dos critérios estabelecidos pelo governo.

Se o programa recusar o deferimento o servidor tem duas opções: indeferir o pedido e aí vai restar ao trabalhador entrar com recurso contra essa decisão e se ela se mantiver processar judicialmente o INSS, ou então o servidor reconhecendo que aquele trabalhador está sendo atacado em seus direitos deixará o processo em aberto e solicitará novos documentos que completem as informações.

Só que ao fazer isso esse servidor estará diminuindo a pontuação dos servidores da Agência e da Gerência do INSS em que trabalha. Em outras palavras, se um servidor encaminhar em seu trabalho que o trabalhador quer requerer seu Benefício, pode significar diminuir seu salário e de seus colegas de trabalho, por conta da imposição da produtividade.

Outro exemplo na educação: Criou-se o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), que pretende ser o critério para o atendimento de demandas das escolas técnicas federais. Na verdade quando vão se criar cursos pro-

fissionalizantes que levem em conta os APLs(3), está se atrelando os objetivos da educação à necessidade dos empresários locais em suprir de força de trabalho bem treinada suas empresas, gratuitamente pelo Estado. Desta maneira não se tem autonomia para pensar a educação como um processo emancipador dentro da sociedade capitalista, mas apenas como um treinamento do trabalhador para ser esfolado cotidianamente por algum burguês sortudo.

2.5 Precarização

Duas formas vão se espalhar diferentemente nas mais diversas funções e em todas as esferas do Estado, mas com o mesmo conteúdo: transformar os serviços públicos que atendem a população em serviços cada vez mais privados e os servidores em “operadores da linha de produção do Estado a serviço do Capital”. Levando ao aumento da jornada de trabalho que já é constante entre os trabalhadores da Previdência, Saúde e Educação.

Tudo parece singular, mas só parece. Na realidade nas cidades, estados e nacionalmente os servidores estão cortados na carne em relação às novas formas de organização do trabalho, podem mudar um nome ali, uma normatização aqui, um projeto de lei sobre o funcionalismo acolá, mas o conteúdo é o mesmo: terceirizar, precarizar, aumentar a jornada, impor novas formas de trabalho onde o salário esteja vinculado: “a atender mais e ao mesmo tempo negar mais serviços à população trabalhadora”.

É flagrante que o conjunto dos trabalhadores das instituições públicas esta sofrendo um brutal ataque, seja através do histórico arrocho salarial, pela acelerada retirada de direitos, pela investida contra as suas organizações sindicais, ou pela substituição destes por trabalhadores de empresas lucrativas, como as de terceirização e privatizações ou, através daquelas camufladas de OS (Organizações Sociais: celebram contratos para a prestação de serviços privados ao Estado para a garantia de um direito social previsto na Constituição.), OSCIP(4) s e similares.

2.6 Um espaço para ousar e nos reconhecer como parte da classe trabalhadora

A capacidade de mudar essa dura realidade passa por enfrentar a desarticulação que hoje impera entre os diversos setores de trabalhadores do Estado e também destes com os trabalhadores do setor privado. É urgente a criação de fóruns intersetoriais que possibilitem uma análise conjunta da realidade, a intensificação da formação política e de ações políticas conjuntas, por exemplo, campanhas salariais unificadas, greves gerais e outras.

Somos uma parte que luta por não se submeter à falsa e hipócrita análise que somos “diferenciados”, “superiores” ao conjunto da classe trabalhadora,

mais do que isso ousamos a reconhecer nossa função nessa sociedade capitalista.

Não somos produtores de valor, mas estamos num espaço onde se ousarmos podemos contribuir para a luta estratégica da classe trabalhadora que nos reconhecemos como parte.

Ousar em construir movimentos, greves e lutas que avancem para nos aproximar da classe trabalhadora produtora de valor e mais valor, ousar em reconhecer que não somos nós a vanguarda de um processo de enfrentamento contra o Capital e seu Estado, mas que podemos ser parte desse enfrentamento.

É essa ousadia que estamos construindo na Intersindical. Sem abandonar a demanda diária, as mobilizações que temos dentro da corporação do serviço público, trabalhar para ir além dela. Construir uma organização e ação do conjunto do funcionalismo para combater a ação do Estado e junto à classe que nos reconhecemos como parte, nos somarmos à luta dos produtores de valor contra o Capital.

3- FIM DE PERÍODO HISTÓRICO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES

Nesse ano instrumentos de representação da classe como CUT, CTB, UGT, Força Sindical entre outros se uniram a representação mais organizada do Capital (FIESP) na construção de uma plataforma a ser entregue ao governo federal com objetivo de “ajudar” a indústria, o desenvolvimento e potencializar a produção para um “Brasil Maior”, em outras palavras, uma nova Câmara Setorial que vá além de um determinado ramo, mais do que isso, o conteúdo central da proposta é envolver os trabalhadores, atraí-los para o movimento de concertação com o Capital. Então a tarefa é manter o rigor na análise, acompanhar o movimento do capital e junto à classe organizar as ações que sejam mais do que campanhas de mobilização temporais.

Reconstruir a solidariedade ativa da classe trabalhadora, rompendo as cercas das nações, a luta internacional de nossa classe

- Apoio ativo a todas as greves e manifestações dos trabalhadores em curso na Europa, América e Ásia, estreitar e consolidar ações em comum com as organizações que se estão em luta contra os pacotes de redução de salários e direitos.

- Contra o genocídio promovido por Israel ao povo Palestino e apoio ativo à causa Palestina.

- Apoio ao povo cubano que se mantém em luta pelas conquistas da Revolução Cubana e resistindo com todas as forças ao embargo promovido pelos EUA.

- Apoio a luta dos trabalhadores haitianos, pelo fim da ocupação militar travestida de ajuda humanitária.

Por Mais Direitos e Para Todos. Por Nenhum direito a menos e avan-

TESE 1

çar nas conquistas

- Com a Intersindical ampliar nossa organização nos locais de trabalho, moradia e estudo, continuando a ter as iniciativas de unidade de ação com todas as organizações e movimentos que não sucumbiram ao pacto com os patrões e seus aliados para ampliar a luta pela:

- Redução da jornada sem redução dos salários, contra o banco de horas e a flexibilização da jornada

- Combate a terceirização e todas as formas de precarização do trabalho

- Ampliar a Luta pelo fim do Fator Previdenciário, da Alta Programada e dos mecanismos criados pelo governo para dificultar ainda mais a garantia aos direitos previdenciários

- Lutar contra qualquer tentativa de reformas que tenham o objetivo de retirar direitos

- No avanço das lutas nossa resposta a criminalização ao movimento sindical e popular

- Manter apoio ativo a luta do Movimento Sem Terra, Sem Teto e continuarmos presentes nas mobilizações por saúde, educação, terra e moradia

- Intensificar nossas ações a partir da base, que vão além das questões imediatas e corporativas pois, têm se transformado em lutas que combatem as diversas formas que o Capital busca para ampliar a exploração e junto com o conjunto da classe trabalhadora.

4- REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO, NOSSA CONCEPÇÃO E PRÁTICA.**Com a classe trabalhadora e não em seu nome**

A classe trabalhadora a cada momento histórico se coloca em movimento e constrói as formas e instrumentos para sua organização e luta. Portanto nossa luta não começa e nem termina no ciclo que se fecha no Brasil, ela vem antes de nossa conformação como classe e acentua-se a partir disso. Uma luta que não começa e nem termina nos limites geográficos do País.

Portanto a construção da CUT é fruto das intensas lutas e das formas organizativas que nossa classe foi capaz de realizar. Devemos isso aos que vieram antes de nós e nos deixaram uma contribuição nada pequena. As lutas dos indígenas e negros, contra opressão e a escravidão. Já na fase capitalista a garra e determinação dos Anarquistas e em seguida dos que se organizavam no Partido Comunista.

Herdeiros dessas lutas no final da década de 70, a classe trabalhadora mais uma vez se coloca em movimento. Greves gerais contra o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho e contra a ditadura militar se alastram pelo país inteiro e os trabalhadores das mais diversas categorias se colocam em luta. É nesse intenso ascenso da luta de classes que construímos a CUT.

Uma central que nasce com a classe a partir de suas lutas, afirmando a independência em relação aos patrões,

governos e autonomia em relação aos partidos, uma CUT pela base, que lutava pelo fim da estrutura sindical oficial e do imposto sindical, rompendo o corporativismo avançando numa luta do conjunto da classe trabalhadora.

A década de 90 será o momento onde a mudança de rumo na central começa com força total. A central nascida com a classe bem antes do Congresso que reuniu mais de 5 mil delegados vindos da base, em 1983, passa a privilegiar as representações dos sindicatos, tanto que o famoso congresso no Anhembi/SP ocorrido em 1991 terá pouco mais de 1.500 delegados.

É nesse Congresso onde mais uma vez a aparência ficou evidente e não a essência. A CUT deixará de ser a Central com a classe, para ser a Central pela classe. Mais do que a representação formal ganhar espaço em detrimento da ação a partir da base, uma nova formulação se consolida na CUT. Ao invés de enfrentar o Capital e trabalhar para acentuar a luta de classes, essa nova concepção busca o pacto com o Capital mediado pelo Estado. Ao invés de avançar no acúmulo de forças para destruir a sociedade de classes, agora a tentativa é “humanizar” o capital.

Nada melhor do que conhecer a história, para não ser enganado por aqueles que tentam ocultar a realidade das coisas. Mais do que uma disputa em relação à proporcionalidade, que significava garantir a presença do conjunto das organizações que construíam a CUT nos espaços de direção, a grande batalha no Congresso de 91 foi tentar manter os princípios e as ações que fundaram a Central.

A década de 90 será o momento onde o Capital aproveitando-se de mais uma de suas crises cíclicas, implementará uma reestruturação produtiva que além das demissões, reorganizará o processo produtivo com a polivalência, a terceirização, a precarização ainda maior das condições de trabalho. Mas junto a isso sua forma de frear a luta dos trabalhadores mesclará a repressão às mobilizações ao mesmo tempo em que disputará com os sindicatos e demais movimentos a consciência da classe.

A maioria da direção que se consolida dentro da CUT nesse período lança uma nova formulação e a coloca em prática, dirigirá a classe em direção a conciliação com o Capital. A partir daí: câmara setorial no ABC, tentativa de pacto social com os patrões mediados por Collor, aceitação da reforma da previdência de FHC, trocando tempo de serviço, por tempo de contribuição, comissões tripartites onde direitos serão reduzidos com anuência da central, dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) dentro da central e com isso a Formação que era um instrumento para potencializar o saber e a luta dos trabalhadores se transformará num espaço de formar “bons negociadores” capazes de mediar com os patrões e os governos. Também se transformará no espaço para enganar os trabalhadores

com os cursos de qualificação profissional afirmando ser esse o caminho para que o desempregado voltasse a ter emprego.

Portanto é falso afirmar que os problemas na CUT começam com a chegada do PT na presidência da República. As políticas gestadas no PT e implementadas pela CUT, a partir do final da década de 80 e durante toda a década de 90 fizeram com que a Central que nasceu com os trabalhadores hoje faça contra os trabalhadores.

Durante o governo Lula vamos ver mais do que dependência, mas sim aliança e submissão ao governo. Reforma da Previdência que atacou o funcionalismo, tentativa de reforma sindical e trabalhista com o objetivo de centralizar as decisões nas centrais sindicais e não respeitar as decisão da base, para flexibilizar e eliminar direitos. Marchas a Brasília dizendo reivindicar aumento do salário mínimo que nada mais eram que um momento de confraternização com o governo federal.

A Intersindical nasce com a tarefa de retomar as tarefas abandonadas propositalmente pelos instrumentos que nasceram com a classe e depois se viraram contra ela. A partir das ações nos locais de trabalho, moradia e estudo a organização da luta para enfrentar o Capital e seu Estado. Um Instrumento independente em relação aos patrões e governos e autônoma em relação aos partidos, que tem a Formação dos trabalhadores como arma que potencializa nossa organização e luta, um Instrumento que restabelece a solidariedade ativa da classe para além das cercas das categorias e nações. Um Instrumento que vai além das questões imediatas da classe e coloca a necessidade de uma outra sociedade socialista.

Participaram junto conosco no início desse processo de construção, algumas correntes que também foram parte da CUT, com os companheiros do PCB que se organizam no movimento sindical como Unidade Classista, as correntes internas do Psol; APS, Enlace e Csol, os companheiros da Resistência Popular e vários coletivos independentes.

Em 2007, o governo Lula no mesmo dia em que dá um tapa nos trabalhadores no comércio liberando o trabalho aos domingos em todo o território nacional, também envia projeto de lei garantindo reconhecimento legal às centrais sindicais, mantendo o imposto sindical e garantindo uma fatia do mesmo às centrais.

O alvoroço começa entre aqueles que já se submeteram a parceria com os patrões e ao governo, mas também entre uma parcela daqueles que dentro e fora da CUT se mantinham em luta, todos buscando desesperadamente o reconhecimento oficial do Estado para sua Central.

O PCdoB que desde a década de 90 estava na CUT, rompe com a Central para criar a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), não porque tinham divergências com o rumo que tomou a CUT, mas sim

porque agora tinham a possibilidade de criar uma central sob seu total controle e o mais importante tendo estrutura garantida através do imposto sindical.

O PSTU que dirige a Conlutas e rompeu com a CUT em 2004, rapidamente tratou de se registrar no Ministério do Trabalho e como sempre lançou mais um chamado a todos, que dessa vez tinha como conteúdo a construção de mais uma nova central que segundo sua análise seria a solução para os problemas de fragmentação da classe trabalhadora.

Dentro da Intersindical as correntes do Psol submetidas à intervenção do Partido no movimento sindical e afoitas por também buscar o reconhecimento do Estado, rompem com a Intersindical e se juntam a Conlutas para tentarem decretar mais uma nova central.

A Intersindical em seu II Encontro Nacional realizado em 2008 não sucumbiu à tentativa de repetir velhas fórmulas ao novo que apesar das dificuldades insiste em nascer. Não permitimos a interferência partidária do PSOL e do PSTU que tentaram impor uma unificação meramente formal e pautada pelo governo Lula através do reconhecimento legal das centrais sindicais. A proposta desses setores parte de sua lógica institucionalizada afirmando a representação em detrimento da organização junto à classe.

Seguimos ampliando e consolidando a Intersindical- um instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, que já está presente em 14 estados do país, reunindo metalúrgicos, sapateiros, operários na construção civil, professores, funcionários públicos, bancários, radialistas, vidreiros, trabalhadores no ramos plástico e químico, urbanitários, trabalhadores nos Correios, motoristas, vigilantes, têxteis entre outros. Sem ser central sindical fazendo boa parte das tarefas abandonadas conscientemente pela maioria delas: reconstruir a unidade da classe a partir da lutas para que possamos romper com as formas que nos dividem em categorias, entre formais e informais, entre trabalhadores da cidade e do campo e avançarmos na luta da classe para si.

Já os que foram para o mais do mesmo, se chafurdando na disputa interna não conseguiram sequer decretar a nova central.

As correntes do Psol que romperam com a Intersindical hoje não reivindicam a Intersindical, mas sim tentam ficar a sombra do nome desse Instrumento que se amplia e contribui no processo de reorganização do movimento.

Essas correntes, junto à Conlutas e outros setores gastaram os últimos dois anos em reuniões, seminários e mais reuniões para chegarem a Santos no que tentaram chamar de CONCLAT.

Ao se pautarem pela disputa interna e burocrática, sua estratégia busca respostas superficiais e somente na institucionalidade para afirmar que têm a solução para o problema da fragmenta-

TESE 1

ção. Mais uma vez, foram em nome da classe, sem a classe e sequer conseguiram decretar a sua nova central.

O que impediu a decretação da central é de ordem distinta do que listam para se acusarem mutuamente, nos espaços virtuais. A diferença não está no que tentam mostrar em suas notas, onde afirmam que a unidade na forma organizativa não se consolidou por conta do caráter da central, ou de seu nome. O problema está na formação da coordenação, ou seja, as correntes órfãs de cargos divergiram sobre o espaço que cada uma teria na central.

Os que romperam com o congresso em Santos e continuam afirmando a necessidade imediata de construção de uma central, tentam ocultar que parte significativa ainda estão em sindicatos filiados à CUT, como bancários de Santos e Espírito Santo, ao mesmo tempo em que se auto-proclamam independentes dos patrões e governos, alguns seguem em federações orgânicas da CUT para receberem o imposto sindical e outros recebem taxa negocial paga pelos patrões durante as campanhas salariais como os Sindicatos dos Químicos que estão sob a direção de correntes internas do Psol no estado de São Paulo.

Os que ficaram em Santos no lugar onde tentaram fazer um Congresso que de igual ao Conclat que construiu a CUT só tem o nome, afirmam que uma Central Sindical e Popular foi criada e se chama Central Sindical e Popular-Conlutas, demonstrando que saem do mesmo jeito que entraram. Os que foram embora de Santos seguem em reuniões intermináveis para definir as condições para retornarem ao espaço dessa pretensa central que de novo nem o nome tem.

Se tivessem conseguido resolver suas divergências, acomodando as reivindicações de cada corrente, a central seria decretada e isso não passaria de um decreto, completamente distante da classe

Ao afirmamos isso ao contrário do que muitos tentam nos acusar, não estamos negando a necessidade e a importância da construção de uma nova central. A central sindical necessária será fruto da ação que fizermos a partir da base da classe, que não se pauta no espontaneísmo e nem espera pelo ascenso, mas se prepara e trabalha para que o mesmo se recoloque em lutas que avancem para além da consciência em si e dêem o salto de qualidade da consciência para si.

A Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora não esteve em nenhum dos conclat's. Não temos tempo a perder e nem concordância com os espaços que se pautam pela disputa interna dos aparatos, ou se colocam em movimento para tentar eleger a sucessora de Lula, como foi o que reuniu CUT, CTB, Força Sindical entre outras centrais sindicais e movimentos populares para construir uma agenda que tem como objetivo "impedir a volta do

neoliberalismo ao País". Como se essa forma do capital se manifestar a partir da década de 90 (e nada mais do que forma, aparência, pois no conteúdo é o Capital intensificando a exploração ao conjunto da classe) tenha sido superada com a vitória do PT em 2002, ou seja, essa encontro teve como objetivo colocar em campanha eleitoral as entidades que o convocam para tentar emplacar a sucessora de Lula.

Não serão nas discussões com as representações descoladas da luta real da classe trabalhadora que a necessária central sindical se concretizará, bem como a urgência do momento em que vivemos não está na construção da nova central, mas sim na reconstrução da unidade da classe.

Temos a exata dimensão de nossas ações, sabemos que a Intersindical é ainda pequena diante da enormidade de nossa classe que hoje se encontra sob a direção daqueles que estão a serviço do Capital e seu Estado. Por isso seguiremos firmes com unidade e coerência entre nossa formulação e ação que se afirmaram corretas. Avançaremos em nosso processo de ampliação e ao mesmo tempo seguiremos nas iniciativas que potencializam a unidade nas lutas com todas as demais organizações que estejam dispostas a concretizá-la para além da retórica, na prática.

É nessa direção que a Intersindical seguirá. Ampliando-se como instrumento de organização e luta e ao mesmo tempo reconstruindo a unidade na luta junto com as organizações que não se submetem aos patrões, aos governos e seus aliados

Para construir a necessária Greve Geral, aqui está a INTERSINDICAL

CONJUNTURA NACIONAL

O cenário do capitalismo no Brasil coloca desafios imensos para os trabalhadores, pois trata-se de uma fase muito peculiar, permeada de ilusões sobre inclusão social e melhoria da qualidade de vida, mas uma análise detalhada deste quadro mostra claramente que hoje há um grau extremo de exploração dos trabalhadores(5), ao passo que o Governo tenta impor um acordo entre as classes sociais com o único intuito de intensificar a acumulação capitalista.

Em um período histórico não muito remoto, o mesmo grupo de pessoas que hoje faz parte do Governo foram consideradas defensores dos direitos da classe trabalhadora. Mas este é um período histórico que está superado e os trabalhadores precisam buscar novas formas de organização para garantia e conquista de direitos.

A análise da conjuntura demonstra a existência de um Governo que exerce uma ação de conciliação forçada entre trabalhadores e patrões nos diversos setores, criando uma ilusão de prosperidade, ao mesmo tempo em que tenta cooptar os sindicatos. Nos últimos anos, virou rotina a famosa frase "nunca antes na história deste país" e a

publicação de números extremamente otimistas sobre as benesses do crescimento econômico, como por exemplo, o número de ingressos na chamada nova classe média e a redução da pobreza. Mas o que os números são incapazes de mostrar é que essa nova classe e a redução da pobreza trazem consigo um pesado fardo: a superexploração do trabalho. O que existe, no fundo, é os trabalhadores e a população em geral, cuja vida está submetida a uma relação triangular: dívida, consumo e trabalho. Assim, a classe de trabalhadores que melhoraram de vida não foi devido a uma política de ampliação de direitos sociais básicos: saúde, previdência, educação. O que existe é uma ilusão das melhorias das condições de vida pautada pelo consumo de bens financiados a perder de vista, e não se pode dizer que há emergência de uma nova classe média brasileira, apenas tendo a renda e o consumo como parâmetros. O que existe é um grupo de batalhadores (como diria Jessé de Souza no livro – *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*), condenados a jornadas extenuantes de trabalho, que dependem de um sistema de transporte público sucateado, uma classe que precisa trabalhar durante o dia para poder bancar sua educação a noite, para cursarem a faculdade na esperança de pelo menos manter o emprego ou conquistar algum aumento salarial. Uma classe que se adoecer, precisa ter pago um plano de saúde para conseguir um mínimo atendimento, uma classe de trabalhadores que se estiverem sem condições de trabalhar sofrerá duras penas para ter acesso ao seguro social. Uma classe, que recebe um dos piores salários do mundo e paga os mais altos preços por serviços considerados básicos.

Neste cenário é importante compreender o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho e os efeitos que a crise financeira internacional causaram no país. Sendo uma nação dependente da exportação de commodities, para financiar sua economia e pagar os juros da dívida, com a crise internacional há uma redução de demanda por estes produtos e uma oferta de produtos industrializados vindos do exterior, pela retração dos mercados internos dos países em crise e valorização das moedas nacionais em detrimento do dólar. Para manter a ciranda financeira girando, a indústria produzindo e a sociedade consumindo o Governo, como agente indutor da acumulação capitalista, tem a necessidade de tomar algumas atitudes que são: aumento do superávit primário para pagamento dos juros da dívida (setor financeiro), redução de impostos para a produção (setor industrial) e favorecimento do endividamento para o consumo (classe trabalhadora). Assim, está fechado um circuito que se retro-alimenta quando os trabalhadores endividados consomem os bens da indústria e ao mesmo tempo, garantem os lucros do setor financeiro via pagamento de juros de

empréstimos, portanto, é justamente a classe mais explorada que paga a conta da crise. Mas, os trabalhadores ainda pagam outra parte da conta, quando o Governo anuncia um arrocho fiscal para manter o superávit primário em níveis que agradam os especuladores, obrigatoriamente ocorre uma degradação ainda maior dos serviços públicos já precários. Saúde, previdência e educação são os setores que mais sofrem com tais medidas. No caso específico da previdência, o controle de custo com benefícios é feito através da Alta Programada e através dos agendamentos no requerimentos de benefícios, onde o Governo tem a capacidade de calcular previamente a vazão de recursos, sem a necessidade de uma reforma no sistema previdenciário que soa sempre impopular.

Há, portanto, um cenário de superexploração do trabalho e ao mesmo tempo de endividamento, mantido a todo custo pelo engessamento dos sindicatos, através de grandes centrais sindicais com relações viscerais com o Governo. Eis a grande engenharia política do governo dito dos trabalhadores: controle do movimento sindical via centrais pelegas e imposto sindical, favorecimento do endividamento dos trabalhadores perante os bancos para manter o consumo, pagamento de juros exorbitantes nos títulos públicos. Configura-se assim a aparência de que hoje no Brasil inexistente luta de classes, quando no fundo há uma manipulação dos movimentos sociais, e quando as centrais sindicais pelegas não dão conta de frear a luta dos trabalhadores, as forças policiais fazem o serviço, como no caso dos trabalhadores da usina de Jirau. Além do judiciário, como na greve do INSS em 2009.

No Serviço Público, as questões não são diferentes, pois apenas através de muita luta os servidores públicos conseguiram manter os sindicatos independentes dos governos e dos pelegos travestidos de defensores dos trabalhadores. Neste ponto, o Sinsprev/SP representa um polo de resistência, pois jamais aceitou a intervenção governista e a militância lutou até as últimas energias para garantir um sindicato independente e de luta. Se em um contexto anterior, o desafio foi derrotar os setores governista, hoje o desafio que se coloca ao Sinsprev/SP é a unidade de ação para derrotar os ataques do governo, para evitar a retirada de direitos e conquistar outros. Unidade de ação é fundamental para que tenhamos um sindicato cada vez mais forte e empenhado em defender os trabalhadores.

Diante deste cenário, devemos avaliar os desdobramentos sobre nossa categoria, entendendo que o contexto em que se travam nossas lutas é de endurecimento contra os trabalhadores, seja para manter direitos ou ainda para avançar nas necessárias conquistas.

O governo vem aprofundando os ataques sobre salários, jornada, precarizando cada vez mais as condições de trabalho e atendimento.

TESE 1

Em 2011, sob a justificativa da crise o governo Dilma iniciou o ano suspendendo R\$ 50 milhões do orçamento aprovado. Meses depois transformouse em corte. O resultado foi o congelamento salarial para todo o funcionalismo federal, corte de concursos públicos, e no caso da Saúde Pública, a emenda 29 que deveria corrigir os valores gastos pelos governos federal, estadual e municipais, foi aprovada porém sofreu profundos vetos pela presidente.

Ao final do ano o governo federal comemorou o superávit primário de mais de R\$ 110 milhões. Lembrando que superávit primário é o total das economias (cortes) que o governo faz no orçamento aprovado. Ou seja, quase metade do superávit primário foi conseguido com o dinheiro cortado do orçamento, o que serviu para justificar o congelamento salarial.

Enquanto isso seguiram as políticas de socorro à patrões e banqueiros, isenções de imposto para diversos setores entre outras medidas.

A campanha salarial de 2011

A campanha salarial foi um circo armado para dar a aparência de negociação quando na verdade o governo juntou seus aliados, a CUT, FORÇA SINDICAL, FIESP, empresários à fim de justificar o arrocho salarial sobre o setor público. Ficou evidente que o governo antes de convocar as entidades representativas dos trabalhadores do setor público, já havia negociado com a CUT e a CONDSEF o que lhe interessava, o que resultou num macabro acordo assinado pela CONDSEF, e nenhum resultado positivo para os trabalhadores.

Foram realizadas atividades e manifestações em Brasília e nos estados, que no entanto se mostraram insuficientes para exigir uma negociação de fato.

As dificuldades para a mobilização

Nossa categoria encontra-se cada vez mais dividida em interesses particulares. Esta divisão promovida pelo governo nos últimos anos tem se mostrado eficiente para impedir as lutas e greves. Ativos, Aposentados, INSS, Saúde, Anvisa, 30horas, 40 horas, carreiras, gratificações diferenciadas, tem se tornado um empecilho para que os trabalhadores do setor público consigam unificar pautas e consolidar lutas expressivas à fim de impor ao governo nossas reivindicações.

Os aliados do governo

O governo conta com uma tropa de choque aliada que atua no setor público e no setor privado à fim de impedir a mobilização dos trabalhadores. Trata-se das centrais que já eram pelegas, e de outras como a CUT que após a eleição de LULA decidiram segurar os trabalhadores para não atrapalhar o governo. Fizeram isso em troca de cargos e favores do governo.

O endividamento como armadilha

Outro fator que conta para dificultar a mobilização é a situação de endividamento vivida por todos os trabalhadores.

A armadilha começa quando o trabalhador ou o aposentado acreditam que podem resolver seus problemas que estão relacionados com a defasagem salarial e das aposentadorias, recorrendo ao empréstimo consignado ou outras formas de endividamento.

O socorro ao problema imediato transforma-se numa bola de neve que arrasta cerca de 30% ou mais dos mínimos salários por anos, ou até décadas.

Na hora da greve este é um fator que pesa na decisão do trabalhador, pois além do risco de ficar sem salário, apertam-lhe as dívidas.

A política de empréstimo consignado entrou em funcionamento logo após a eleição de LULA em 2002 e tem se mostrado um desafio para os trabalhadores.

As gratificações produtivistas como fator de divisão entre os trabalhadores.

Após a implementação das gratificações produtivistas o governo conseguiu nos dividir em pequenos agrupamentos com interesses particulares, onde cada setor sai isoladamente em busca de melhorias salariais dentro da sua carreira, deixando o governo livre para as manobras como a do acordo de 2008 que impôs a jornada de 40 horas no INSS ou ainda permitindo ao governo congelar as aposentadorias e salários. Outro agravante da implementação das gratificações produtivistas é o aumento do ritmo de trabalho, condicionando a maior parte dos salários ao cumprimento de metas inatingíveis. Com isto, os trabalhadores que já cumpriram as condições para se aposentar, considerando que não recebem a totalidade das gratificações produtivistas estão adiando a aposentadoria indefinidamente, mesmo sem condições de saúde para continuarem trabalhando. Os trabalhadores da ativa estão submetidos à ritmos de trabalho cada vez mais insanos, acarretando adoecimento, e até morte nos locais de trabalho.

Assédio moral como ferramenta da administração

Tem se intensificado as denúncias de assédio moral por parte de muitas chefias. O assédio deve ser entendido como uma ferramenta que a administração usa para arrancar mais trabalho dos trabalhadores. Situações de desrespeito, perseguição, ameaças, devem ser entendidas como uma ferramenta para enfraquecer os trabalhadores, isolá-los, ao mesmo tempo em que exige que se submetam à ritmos de trabalho extremamente intensos. O assédio moral, embora muitas vezes seja dirigido à um funcionário individualmente, deve ser enfrentado por todos os trabalhado-

res. E muitas vezes não adianta trocar o chefe, pois o que assume, poderá rapidamente assumir os mesmos métodos do antecessor.

DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA À REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

As recentes transformações nos serviços públicos e sua relação com o movimento ocorrido no setor privado nos anos 90.

Fruto das duras medidas impostas aos trabalhadores e aos movimentos organizados durante e ditadura militar e agravados em função da crise dos anos 70, no Brasil houve uma retomada do movimento sindical e social no final dos anos 70 que culminou com a criação da CUT e do PT, à época instrumentos construídos para avançar na luta dos trabalhadores contra o capital, os patrões e os governos. Neste período em todo o mundo, o capital avançava sobre os trabalhadores impondo novas formas de organização do trabalho, inovando tecnologicamente, à fim de arrancar a máxima produtividade dos trabalhadores. Este movimento conhecido como reestruturação produtiva ampliou e modernizou as fábricas ao mesmo tempo em que exigia um novo tipo de atuação dos trabalhadores denominada como cooperação. Este movimento também foi responsável por massivas demissões, ao passo em que aumentava a produtividade dos diversos setores da economia. As demissões além de serem úteis ao capital para “enxugarem custos”, também exercem forte pressão sobre os trabalhadores que continuam empregados, pois estes por medo de perderem o emprego muitas vezes se submetem às piores atrocidades dos patrões. Diante deste quadro, a CUT ao invés de enfrentar a sanha dos patrões e avançar na luta e no enfrentamento, optou por aderir à colaboração com os patrões, sendo instrumento que fortalecia a política patronal ao mesmo tempo em que enfraquecia os trabalhadores. Sob a lógica do “possível”, rebaixava as pautas de reivindicação e se submetia à negociações em que os trabalhadores saíam perdendo.

No setor público esta ação foi tentada à partir de COLLOR, quando iniciou as primeiras demissões no serviço público. À seguir FHC, com a criação do MARE – Ministério da Administração e da Reforma do Estado, iniciou um processo que contou com demissões, disponibilidade, demissões voluntárias, congelamento salarial, Reforma Administrativa etc.

Em 2001, após 6 anos de congelamento salarial nossa greve conseguiu uma irrisória gratificação que veio acompanhada de um termo de opção individual onde o governo inaugurava a primeira gratificação produtivista. Foram necessárias mais duas greves para impedir os danos que já se apontavam em 2001. No entanto ali se deu a primeira caracterização de salário variável.

FHC e LULA seguiram aprofundando a implementação de gratificações produtivistas diferenciadas, sem no entanto implementarem efetivamente a avaliação de desempenho e a imposição de metas atreladas aos salários. Toda negociação salarial no setor público federal se desdobrava em negociações específicas de agrupamentos de trabalhadores por ministérios ou autarquias em torno da luta por carreiras específicas. Com isto o governo se viu livre da pressão por reajustes salariais lineares que atingiam civis e militares, aposentados e ativos em todas as esferas do governo federal. Passou a incentivar as negociações específicas vinculadas às carreiras, dividindo e atendendo aos agrupamentos de acordo com os interesses do governo. O resultado concreto destas medidas é o congelamento das aposentadorias no setor público, a brutal redução salarial no setor da saúde, e no INSS a pressão por produtividade que ameaça mais de 75% do salário caso não seja cumprida a meta de produtividade imposta pelo governo.

Estas medidas buscam a parceria dos trabalhadores para solucionar os caóticos problemas dos serviços públicos exigindo cada vez mais trabalho.

30 HORAS NO INSS

A luta pela jornada de 30 horas no INSS mostra a face mais perversa do governo que toma uma reivindicação da categoria e a transforma em moeda de troca para nos obrigar a trabalhar ainda mais.

Pelo documento editado pelo governo a jornada no INSS é de 40 horas e excepcionalmente será permitida a jornada de 30 horas desde que seja garantida o cumprimento das metas do plano de ação. No plano de ação entram todos os serviços acumulados há décadas nas agências e que não tem condições de entrar no IMA-GDASS, ou seja em troca da jornada de 30 horas teremos que garantir o cumprimento da meta do IMA GDASS e ainda semestralmente seremos avaliados pelo cumprimento das metas do plano de ação, sob pena de voltar a sermos obrigados a trabalhar 40 horas.

Como sair do labirinto:

Entendemos que a luta pela jornada de 30 horas no INSS e Saúde, reajuste salarial, incorporação das gratificações, paridade entre ativos e aposentados tem sido as demandas mais urgentes e necessárias para os trabalhadores do setor.

Com a edição da medida que autoriza a jornada de 30 horas mediante a coação dos trabalhadores, fica evidente que este governo não atenderá nossas reivindicações pelas vias estabelecidas pelo próprio governo. GTs, mesas intermináveis de negociação e enrolação.

Necessitamos retomar a ofensiva, a organização nos locais de trabalho, consolidar uma unidade de ação que coloque os trabalhadores novamente à frente de seu adversário, entendendo que o que parece o caminho mais curto

TESE 1

e mais fácil tem se mostrado armadilhas perversas.

Entendemos que enfrentamos profundas dificuldades no que se refere à mobilização, fruto da ação do governo no sentido de impedir nossa mobilização.

Desde a divisão das categorias no funcionalismo, a divisão entre ativos e aposentados, a terceirização e precarização dos trabalhadores da Saúde e a violência com que o governo tem tratado nossas greves, recorrendo ao judiciário, criminalizando os trabalhadores grevistas, perseguindo com processos e ameaças de demissão, criam um clima de medo e insegurança.

No entanto a situação criada não deixa dúvidas de que os ataques seguirão e que cabe à nós romper com este ciclo vicioso. Retomar a iniciativa do combate, unificar nossas pautas, generalizar nossas lutas para além dos locais de trabalho, recolocar os trabalhadores em movimento.

Nos recusamos a ficar justificando as medidas do governo, reeducando os trabalhadores no limite do “possível” que interessa ao governo.

Seja razoável, exija o impossível!

OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA EM NOSSA CATEGORIA

Trabalhadores do serviço social

Os trabalhadores do Serviço Social ao entrarem no INSS já foram chamados à resistência contra a descaracterização da sua função. Uma luta importante pois mais do que lutar pelo respeito às atribuições específicas e carga horária, demonstrou a disposição dos trabalhadores do setor em pautar a questão da Previdência Pública como direito, exemplo disto foi o firme posicionamento contrário quando da tentativa de promover alterações prejudiciais implantadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Instituto Nacional do Seguro Social (MDS/INSS) nos instrumentais de Avaliação Social e Médica do Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência. Partindo da própria formação que está diretamente ligada à constituição da Seguridade Social no país, reafirmam uma importante contribuição na luta em defesa da previdência pública. Embora tenha sido aprovada a Lei nº 12.317/2010 que garante a jornada de 30 horas para os trabalhadores do serviço social em todas as esferas de atuação, o governo federal se recusa a implementá-la para os profissionais deste setor no INSS. Prontamente os trabalhadores responderam com resistência e determinação, compreendendo que esta conquista depende da ação conjunta com todos os trabalhadores do INSS.

Divisão na Saúde dificulta a luta

e a conquista de direitos

Diante deste quadro de divisão e fragmentação por que passam as políticas de Saúde Pública, os trabalhadores são diretamente atingidos nos direitos e salários. As formas de contratação cada vez mais precárias rebaixam salários dificultando a luta por reposição das perdas e por carreiras no setor público.

Em um mesmo local concentram-se trabalhadores sujeitos aos mais diversos contratos de trabalho desde estatutários das 3 esferas, celetistas, cooperativados, entre outros. Esta divisão que tem dificultado a mobilização e a luta por impedir a unidade de ação dentro do local de trabalho é a maior tarefa a ser superada, principalmente porque a disputa e a divisão entre os trabalhadores é patrocinada pelos gestores e contratantes.

A terceirização tem aproximado os trabalhadores estatutários, federais e estaduais pela manutenção dos postos de trabalho, porém é necessário avançar para além das diferentes formas de contratação encontrando pontos de unidade frente a dispersão que favorece os governos e patrões.

Pauta de Reivindicações:

- Tabela salarial de acordo com a tabela dos servidores do INSS.
- Garantia do pagamento do adicional de insalubridade.
- Inclusão das funções Agente Administrativo, Agente de Portaria e Agente de Vigilância no mandato de injunção 880 do tempo insalubre para contagem de aposentadoria.
- Reposição das perdas salariais dos últimos dez anos.
- Plano de carreira
- Por melhores condições de trabalho
- Salários iguais para funções iguais.
- Cursos de aperfeiçoamento profissional, para melhor qualificação profissional dentro da área de trabalho.

ANVISA

Assim como na Saúde as ações da ANVISA e também da Funasa estão sendo paulatinamente desmontadas. Outros ataques, como a pressão sobre a jornada dos trabalhadores tem motivado a mobilização.

Os projetos de privatização da infra-estrutura de portos e aeroportos, o processo de ampliação, o aumento da movimentação de passageiros estão em pleno vapor. O governo Dilma recentemente retomou as privatizações através da concessão de vários aeroportos no país.

Portanto os trabalhadores da ANVISA estão inseridos no mesmo contexto de resistência e manutenção do controle público sobre as atividades que exercem, por entender que a privatização de setores estratégicos no controle de endemias e pandemias, no controle de fluxo de mercadorias não é uma questão de custo ou de gestão.

Aposentados

1) Os trabalhadores aposentados do serviço público tem sido duramente atingidos pelas políticas de ataque promovidas pelos governos na última década. Além da ameaça constante de redução salarial, sofreram um congelamento salarial superior ao sofrido pelos aposentados do Regime Geral (INSS). Durante este tempo os trabalhadores aposentados souberam dar a resposta tendo participado juntamente com os trabalhadores da ativa nos grandes movimentos, mobilizações e greves da categoria. Se os trabalhadores aposentados não interferem mais nas relações de trabalho, é verdade que muitos e muitas se destacaram na árdua tarefa da organização do movimento, participando ativamente das atividades do sindicato, das marchas a Brasília, realizando assembléias, buscando manter a mobilização em momentos que os companheiros da ativa tiveram dificuldades em se organizar.

2) Os ataques tem sido constantes; Desde 2001 o governo vem diferenciando a forma de pagamento das gratificações numa tentativa de acabar com a paridade entre ativos e aposentados, em 2003 aprovou o desconto da seguridade social sobre as aposentadorias, a redução das pensões entre outras medidas em 2004 conseguimos um grande avanço em nossa organização sindical imposto ao governo a paridade entre ativos e aposentados. Em 2005 a truculência do governo prejudicou tanto ativos quanto aposentados porque não conseguimos derrotar a política de produtividade.

3) É fundamental a participação dos companheiros e companheiras na organização e fortalecimento da luta, pois as conquistas e garantias para os aposentados estão diretamente ligadas às lutas enfrentadas pelos trabalhadores que estão na ativa. Além do que diante das constantes ameaças ao direito de aposentadoria, temos que estar juntos lutando diariamente para garantir a sobrevivência de homens e mulheres depois de décadas de trabalho.

4) Hoje é fundamental que nosso sindicato discuta não só secretaria de aposentados e sim Secretaria de Assuntos de Aposentadoria.

Saúde do Trabalhador

1) As relações de trabalho no modo capitalista de produção são condicionadas para o lucro, para a produtividade, e no serviço público, marcadas pela precarização e pelo descaso. Neste sentido, o trabalho, como está organizado nas suas diversas manifestações é responsável pelo adoecimento, pela invalidez e pela morte de um número considerável de trabalhadores.

2) Em nossa atividade, tanto na Saúde quanto no INSS nos defron-

tamos diariamente com as vítimas do trabalho na iniciativa privada e na economia informal. No entanto, muitas vezes somos educados a ver o trabalhador adoecido como um vagabundo ou desinteressado, que faz “corpo mole” ao procurar os serviços de saúde ou tentar um benefício no INSS.

3) Esta visão não se forma ao acaso. Aprendemos desde pequenos, primeiro em casa, depois na escola e assim por diante que o trabalho edifica o homem e que o desempregado por exemplo “não trabalha por que não quer”. Hoje os índices alarmantes de desemprego mostram que a realidade não é bem esta. Ao lado do desemprego gritante, os trabalhadores que estão dentro da fábrica, nos bancos, nas agências do INSS, nos postos de Saúde, nas escolas, trabalham por 2 ou 3, para suprir o enxugamento de postos de trabalho imposto nas empresas e no serviço público. Outra parte, que não consegue ser super explorado na fábrica está na rua, ou no porão das casas realizando algum tipo de trabalho sub remunerado, sem nenhuma garantia. São estes os trabalhadores que chegam em nossas filas procurando alguma solução para a grave situação que é a doença e o acidente profissional.

GEAP

A GEAP apesar de mais de 60 anos e estamos diante de velhos dilemas. A GEAP neste período passou por transformações que levaram um fundo de saúde ligado aos servidores a ganhar autonomia e hoje relacionar-se com o mercado de saúde privada avançando até os limites da previdência complementar em função do Pecúlio. A GEAP, está na mira dos grupos privados de saúde porque todos querem por as mãos nesta base que tem emprego e salário garantido em função da estabilidade, portanto uma base estável.

Porém, a despeito de todos os esforços da categoria em manter a GEAP, temos enfrentado problemas graves em relação a prestação de serviços, seja pela falta de profissionais, a suspensão sistemática de atendimento por falta de pagamento, a suspensão de procedimentos médicos de alta complexidade como a suspensão do atendimento por parte dos hospitais especializados como é o caso do Hospital do Câncer, deixando usuários em desespero no meio do tratamento.

Com o aumento médio da idade da população usuária dos serviços da GEAP, já temos ouvido justificativas do tipo: - mas os idosos usam muitos procedimentos médicos. É verdade, mas também na juventude boa parte dos usuários pagam por anos sem utilizar os serviços.

Assim como os demais direitos, a garantia da prestação de serviços descentes por parte da GEAP depende da permanente vigilância e mobilização por parte dos usuários. Devemos intensificar nossa forma de relação com

TESE 1

a GEAP, não só através do conselheiros da GEAP mas principalmente através da mobilização nas cidades e regiões para ficarmos atentos aos problemas de atendimento e as tentativas de dificultar o acesso aos serviços com o corte de credenciados.

Neste sentido devemos fortalecer a luta em defesa da GEAP, consolidando o conjunto de medidas à ser encaminhados pela direção da FENASPS aos estados.

PLANO DE LUTAS

- Retomar as lutas pelo direito de organização nos locais de trabalho, pelo direito de greve.

- Contra a criminalização dos tra-

balhadores, dos movimentos sociais, contra a prática nociva de imposição de Processos administrativos aos trabalhadores grevistas.

- Exigir a implementação da jornada de 30 horas sem coação ou ameaça

- Lutar pelo reajuste linear de salários, única forma de garantir reajuste real aos salários e aposentadorias.

- Atribuições de técnicos e analistas - trabalho igual, salário igual

- Lutar pela incorporação das gratificações produtivistas, impedindo o governo de utilizar os salários e as metas de produtividade como forma de coação e ameaça permanente so-

bre os trabalhadores.

- Lutar pela efetivação das carreiras no setor público como forma de incentivar a profissionalização, sem imposição de gratificações produtivistas variáveis.

- Lutar pela paridade entre ativos e aposentados, seja através da incorporação das gratificações produtivistas, seja através das medidas judiciais cabíveis.

- Exigir a contratação de trabalhadores por concurso público, em quantidade necessária para suprir as necessidades do atendimento à população.

Pela aprovação do Projeto de Anistia à greve de 2009 no INSS.

Apóiam esta tese:

Ritinha – INSS Xavier
 Rita – INSS São Jose dos Campos
 Gilmar – INSS Xavier
 Cristiano – INSS Campinas
 Deise – INSS Barretos
 Josias – INSS Campinas
 Ângela – INSS Dracena
 Inez Alquati – INSS Prudente
 Felipe R adiante – SAÚDE - Caçapava
 Noemi – SAÚDE - Capital
 Carlos Henrique Arantes - INSS Campinas,
 Antonio Carlos Versolato – INSS – Ribeirão Preto,
 Natália Nascimento - INSS Campinas
 Lucia Helena Darbo Facio - SAÚDE Bebedouro
 Paulo Sérgio Guedes – SAÚDE – Cachoeira Paulista,
 Vagner – INSS Diadema,
 Afraneu F. Azambuja – INSS – Araçatuba
 Alaíde Dias dos Santos Brilhante – INSS – São Sebastião,
 Alair Silva Freitas Dias – INSS – São José dos Campos,
 Aldaíza Teresinha Moraes Tanajura – INSS – São José dos Campos
 Alexandre Santos – INSS - Campinas
 Aline Araujo de Pala Hansen – INSS – Taubaté
 Amauri de Oliveira - INSS Campinas
 Ana Alves Ferreira - INSS – Penápolis
 Ana Alves Pereira- INSS- Penápolis
 Ana Beatriz - INSS Bebedouro
 Ana Beatriz Pacheco Araújo – INSS – Pindamonhangaba,
 Ana da Silva Prates Guimarães – INSS – Dracena,
 Ana Flora Alves Carneiro – SAÚDE – Birigui,
 Ana Maria Gonçalves Lima – INSS - Penápolis
 Ana Rodrigues Zangirolami – SAÚDE – Presidente Prudente
 Ana Solera - SAÚDE- LINS
 Antonio Carlos de Carvalho – INSS – Araçatuba
 Antonio Carlos Nunes da Silva – INSS – Cachoeira Paulista,
 Antonio Garcia Lopes INSS - Bebedouro
 Antonio Sebastião da Silva Hummel – SAÚDE – Caçapava
 Aparecida Fátima Leal – INSS - Penápolis

Arlene Frernande Machado - SAÚDE - S. Vicente - SP
 Arlete Aparecida Domingos – INSS - Bebedouro
 Arlete Ivanilte Barbatto – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Assunta Verrone – INSS Xavier
 Auro Martins Morastica - INSS- BIRIGUI
 Benedita Gutierrez da Silva Carlos – INSS – Dracena,
 Caio Luis de Oliveira Fink- INSS- PENAPOLIS
 Carlos Alberto Boza – INSS – Osvaldo Cruz
 Carlos Vernillo INSS Xavier
 Carolina Gonçalves Vecchia – INSS – São José dos Campos
 Cecília Correa Bazzo – INSS - Adamantina
 Célia Imaculda – SAÚDE – Dracena
 Clarisse de Campos Madia – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Cleusa Bono Graneiro – INSS – Araçatuba
 Cleusa Rosa Assunção – INSS – Penápolis
 Conceição - INSS Brás
 Cristina Norico N. Tanajura – Presidente Prudente,
 Dalmo Bueno – SAÚDE – Caçapava,
 Dalva Gonçalves – INSS – Taubaté,
 Denise Maria Solimar Diana – INSS – São José dos Campos,
 Dinalva Gonçalves de Souza – INSS - Rancheira,
 Dinorá Terezinha de Gusmão Moraes – SAÚDE
 Dirceu Galvão dos Santos – INSS – Caraguatatuba,
 Edmar de Faria - SAÚDE- ILHA SOLTEIRA
 Elba Maria Freire – SAÚDE – Presidente Prudente
 Eliana Gonçalves Leite – SAÚDE – São José dos Campos
 Eliane Vilas de Castro – INSS – Caçapava,
 Eliete Laurindo- SAÚDE - Ipiranga;
 Elizabeth Monteiro – INSS – Caçapava,
 Elizabeth Fujie Fujishima – INSS - Adamantina
 Elizete - Xavier de Toledo,
 Erivaldo Costa - INSS - Centro
 Etaíde Viera Policei – INSS – Dracena
 Euclides Borges da Cunha – INSS – Presidente Epitácio,

Eugenia Sara Gvozden Porrua de Abranson – INSS – São Sebastião,
 Evandir Pereira de Siqueira Silva – SAÚDE – Presidente Epitácio,
 Francisco de Assis Martins Caparroz- INSS-PROMISSÃO
 Fátima da Graça de Oliveira Sabino – INSS – Dracena,
 Francisca Manfron- SAÚDE - Santos - SP
 Francisco Alberto Pessin – INSS – Presidente Epitácio,
 Francisca Luiz Lozano- INSS-ANDRADINA
 Frederico Gabas- INSS- BIRIGUI
 Geraldo Argemiro - SAÚDE campinas
 Giovana Martins Agostinho – INSS – São José dos Campos,
 Hans Traugott Rafael Binder – INSS – São José Campos,
 Helen Furtado - INSS Campinas
 Helena Marangoni Hengling – SAÚDE – Dracena
 Higino de Souza Pacanaro – INSS – Penápolis,
 Hildamar Maria da Cunha Amorim – INSS – São José dos Campos,
 Ilza Gomes da Silva SAÚDE Bebedouro
 Iraci Ozório Pereira – SAÚDE Presidente Prudente,
 Irene de Oliveira – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Irenilda Miguel de Souza – INSS – Taubaté
 Irineu Alves – INSS – Santos
 Isabel Cristina de Oliveira – INSS – São José dos Campos
 Isabel Santana – INSS - Presidente Prudente,
 Isailita Nantes de Souza – SAÚDE – Caçapava,
 Ivanilda de Fátima Gonçalves Carvalho – INSS – São José dos Campos,
 Ivanilda Sasso INSS- Bebedouro
 Ivone Cruz Ribeiro – INSS - Presidente Prudente
 Jacira Maria Salgado César dos Santos – INSS – Caçapava
 Jacqueline Ramalho da Silva – INSS – São José dos Campos
 Jayme Eduardo Almeida Silva – INSS – Guaratinguetá
 Jesiel Santos Silva – SAÚDE – Rancheira,
 Joaquim de Azevedo Junior - INSS - Cachoeira Paulista
 Jocila Souza de Oliveira – INSS – Pre-

(1) PLP: Projeto de Lei Complementar
 (2) CUT – Central Única dos Trabalhadores.

(3) Arranjo Produtivo Local.

(4) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

(5) Nesta tese sempre que nos referirmos a trabalhadores, trata-se de setor público e privado, do campo e da cidade, formais e informais.

sidente Prudente,
 Jodair Gomes de Souza – SAÚDE – Caçapava,
 José Corte – SAÚDE – Presidente Prudente,
 José da Silva – INSS – Presidente Prudente,
 José de Arimatéa Gomes - SAÚDE - Caçapava
 José Ferraz de Vasconcellos – INSS – Adamantina,
 José Galdino Sobrinho – Receita – Pindamonhangaba
 José Henrique Pereira de Souza – INSS – Penápolis
 Josefa Ramos da Silva – INSS – São Sebastião
 Juceli Maria Santos Viana – INSS - Rancheira
 Julia Maria Januário dos Santos – SAÚDE – Araçatuba,
 Juraci de Lourdes Froes – INSS – Presidente Venceslau,
 Laura Francisca de Faria – INSS – Cachoeira Paulista,
 Lazaro Roberto Lirnas - INSS - APS Santos - SP
 Leila Etsuco Noda Onishi – INSS – Jacaréí
 Leni Dirce Pereira do Nascimento – INSS – Araçatuba
 Mara Fernanda Campos – INSS Xavier
 Marcia Maria Cheida Faria - INSS- PENAPOLIS-SP
 Márcia Marize de Oliveira Moreira Victor – INSS – Taubaté,
 Marco Aurelio Ferreira de Moraes – INSS São José dos Campos
 Marcos Faustino Caliri- INSS- ANDRADINA
 Maria Antonia de Moura Mesquita – INSS – São José dos Campos,
 Maria Aparecida da Silva Carlos Perfeito – INSS – Lorena
 Maria Aparecida de Lima – INSS – São José dos Campos,
 Maria Aparecida dos Santos Clemente – SAÚDE – Aparecida
 Maria Aparecida Dundes Batagliott – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Maria Aparecida Duque – INSS – Cruzeiro
 Maria Aparecida Gasqui Videira – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Maria Aparecida Vicente Assencio – INSS – Adamantina,
 Maria Auxiliadora de Oliveira Ferreira – SAÚDE – Guaratinguetá,

TESE 1

- Maria Benedita - Saude - Bebedouro
 Maria Carmen Colnago de Carvalho – Saúde – Presidente Prudente,
 Maria Cristina Perez - INSS Campinas
 Maria das Graças Dias de Oliveira – Saúde – Taubaté
 Maria das Graças Lopes – INSS – Taubaté
 Maria de Fátima Campos Peres – INSS – Penapolis
 Maria de Fátima Ceregheti – Presidente Prudente
 Maria de Fatima Maia Pirtouscheg – INSS – Guaratinguetá
 Maria de Fátima Souza – INSS – São José dos Campos
 Maria de Lourdes Azevedo – SAÚDE – Araçatuba,
 Maria de Lourdes Café – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Maria de Lourdes da Silva Cavaco – INSS – São Sebastião
 Maria do Carmo Silva Marques – INSS - Rancharia ,
 Maria do Carmo Tonetto – INSS – Presidente Prudente,
 Maria Elisabete Borges – SAÚDE – Caçapava,
 Maria Isabel da Silva Rizzi – INSS – Dracena,
 Maria Isabel de Oliveira – INSS – São José dos Campos,
 Maria José Campos Nimia – SAÚDE Araçatuba,
 Maria Letícia Ferreira Tiburcio Bueno – SAÚDE – Cruzeiro,
 Maria Luiza Viola da Silveira Salles – SAÚDE – São José dos Campos,
 Maria Odilha de Souza – INSS – São José dos Campos
 Maria Pedra Citra de Souza - SAÚDE - Bebedouro
 Maria Rodrigues do Amorim – SAÚDE Araçatuba
 Maria Rosa Floriano Franzo – INSS – Leme
 Maria Severina Neves – INSS – Penapolis
 Maria Silva Faria Galano – INSS - Penapolis
 MARIA SILVA FARIA GALANO- INSS- PENAPOLIS
 Maria Silva Ivamoto – INSS – Presidente Epitácio
 Maria Simião Pinto – SAÚDE – Cruzeiro,
 Maria Socorro Nogueira de Souza Pinto – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Maria Valdice de Freitas – SAÚDE - Presidente Prudente,
 Maria Virginia Castro Pereira da Rocha – Receita – Guaratinguetá,
 Mariângela Silva Juremeira – Presidente Prudente
 Marina Garcia Benetti – INSS – Presidente Epitácio
 Marinalva Ribas – INSS – Caçapava
 Marinalva Silva D'Assunção – ANVISA – Caraguatatuba
 Marisa Costa Amantea -INSS-BIRIGUI
 Marizete de Oliveira Silva Alves – INSS – São Sebastião
 Marlene da Silveira - SAÚDE Campinas
 Marli Maldonado – INSS – Presidente Prudente
 Mauricio Castilho Pereira – INSS – São José dos Campos,
 Miriam –Aps Centro.
 Moacir Perez- SAUDE- PENAPOLIS
 Moema aparecida Lopes – INSS - Bebedouro
 Necivaldo Rebech - INSS-PENAPOLIS
 Neucy de Almeida Oliveira – INSS – Penapolis,
 Neusa Bianchi - SAÚDE Campinas
 Neusa Carmen da Silva Casal – INSS – São José dos Campos
 Neusa Ramos Guedes – INSS – São José dos Campos
 Nilson Inacio de Lima - INSS- PROMISSÃO
 Octavio Luiz Rogante de Carvalho – INSS – São José dos Campos
 Odalina Bueno de Camargo – INSS – Pindamonhangaba
 Ofélia Ferreira dos Santos – INSS – São José dos Campos,
 Og Rodrigues de Lima – INSS – Rancharia
 Ondina Correia de Souza – INSS - Rancharia,
 Pedro Ataíde Novaes – SAÚDE – Presidente Prudente,
 Pedro Sampaio Neto – INSS – Santos,
 Pedro Silvio de Oliveira – INSS – Caçapava,
 Péricles de Souza – Saúde – Lorena,
 Priscila de Souza Cintra – INSS – São Sebastião,
 Regina Fulas INSS Bebedouro
 Renato Cesar Rodrigues – INSS – Taubaté
 Risa Kaihara – INSS – Presidente Prudente,
 Rita Cassia Pinho - Saúde - S. Vicente,
 Rosália Giancuri Nakagima – INSS – Dracena,
 Rosana Mara Veiga Araujo – INSS - Araçatuba
 Rosângela Barbosa Pinto Chinaith – INSS – São José dos Campos,
 Roseli Baesso Gonçalves – Saúde – Guaratinguetá,
 Rosemaria Moreira Astrazione de Souza – Saúde – São José dos Campos
 Rosires Bueno Santos – INSS - Rancharia,
 Ruth Maria Carpinetti Garcia – INSS – Caraguatatuba,
 Sandra Souza Bacelar de Carvalho – Receita – São José dos Campos
 Sebastião Fernandes da Silva Junior – INSS - Lorena
 Seji Fugimoto – INSS – Mirandópolis,
 Shirley Rodrigues de Moraes – Saúde – São Sebastião,
 Shizue Conceição Sakata Guerra – Receita – Presidente Prudente
 Sílvia Kiyomi Tatemoto – Receita – Presidente Prudente
 Sílvia Maria Tosseto de Almeida – Saúde – Caçapava,
 Sonia Isabel Lambert de Melo – INSS – São José dos Campos,
 Sueli Aparecida Babori Bori – INSS - Presidente Prudente,
 Sueli do Amaral Marcondes – INSS – Pindamonhangaba,
 Suzana Heloisa Assunção – INSS – Penapolis,
 Suzana Tizuko Tomakani – INSS – Adamantina
 Teresinha Regina Baldissera (Xuxa) – INSS – São José dos Campos,
 Tiago Braga - INSS Campinas
 Valério Gomes de Lacerda Neto – INSS - Araçatuba
 Vanda Gallo Bebedouro
 Vani Farcia – INSS – São José dos Campos,
 Vânia Maria Fatori – Saúde - Penapolis
 Vera Lúcia de Castro Gabriel – INSS – Presidente Prudente,
 Vera Lúcia dos Santos – INSS – Taubaté,
 Vera Padoqui – INSS – Osvaldo Cruz,
 Vilma Aparecida de Souza - Saúde - S. Vicente - SP
 Vilma Cardoso Franco – INSS – Dracena,
 Walber - APS Centro,
 Waldir Ferreira da Costa Filho – INSS – São José dos Campos
 Waldyr Montoro Junior – Procuradoria – São José dos Campos
 Wilson Alves Ferreira – Saúde – Cruzeiro,
 Xuxa – INSS – São José dos Campos
 Zilda Maria Plazio – Saúde – Presidente Prudente

ANOTAÇÕES

TESE 2

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”

Rosa Luxemburgo, 5/03/1871 — 15/01/1919), Filósofa e economista marxista polonesa e judia, naturalizada alemã.

Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia do Reino da Polônia e Lituânia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

Sobre sua morte escreveu Bertolt Brecht:

*Aqui jaz, Rosa Luxemburg
Judia da Polônia
Vanguarda dos operários alemães
Morta por ordem
Dos opressores.
Oprimidos
Enterrai vossas desavenças!*

**Ao
XI CONSISPREV,**

Estamos chegando ao fim de mais um mandato e temos plena convicção de que desenvolvemos o nosso melhor em prol da categoria que representamos. Mantivemos sempre o ânimo, o espírito de luta e a coerência necessários buscando sempre o que de melhor atendesse aos anseios da categoria. Muitas foram as lutas, algumas vitórias alcançadas, mas reconhecemos que também temos um longo caminho a percorrer e muito a enfrentar e a aprender para construirmos organizações que legitimamente representem a classe trabalhadora.

Há algum tempo fazemos parte dos setores do movimento sindical que questionam o funcionamento de suas organizações. Os trabalhadores querem que os sindicatos sejam mais abrangentes, dinâmicos e capazes de aglutinarem a classe trabalhadora mais amplamente. É fato que os movimentos de esquerda não vivem seu melhor momento, porém, têm que ser capazes de ouvir e acolher a categoria, que é plural e se renova constantemente com diferentes níveis de compreensão e consciência de classe.

É preciso direcionar nossas organizações também para as novas gerações, precisamos pensar em novas formas de nos relacionarmos com a categoria. É necessário um sindicato que renove seus quadros e sua direção, desburocratize sua estrutura e possibilite participação política. Essa meta se dá porque reconhecemos que os esvaziamentos dos nossos fóruns não se dão apenas pelas dificuldades na conjuntura mas também porque há um problema de método na nossa atuação. Assim, organizar a juventude da classe para um próximo período de lutas e abrir canais de diálogo com a base estão no nosso horizonte.

Precisamos seguir afirmando o caráter combativo e a importância que o SINSPREV e a FENASPS tiveram nas últimas lutas travadas pela categoria.

Sempre nos colocamos na defesa de nossas principais bandeiras, como as 30 horas, ainda que houvesse uma maioria que já julgasse a luta como perdida -, construímos nossa pauta de reivindicações e não rebaixamos nossa política com propostas de 7 horas ou 8 horas corridas. Não faltaram esforços, políticos ou jurídicos na defesa da manutenção e ampliação de nossos direitos. Infelizmente isto não tem sido suficiente, grande parte da categoria não se reconhece em nossos fóruns, não participa de nossas assembleias e os nossos meios de comunicação (site e jornal) não têm sido suficientes para atender as expectativas e necessidades da categoria. Só com organização e luta atingiremos a nossa meta.

Nesse contexto, nossa proposta se apoia em uma longa convivência com o movimento sindical e a sensibilidade e humildade de entender que só isto não basta. Não temos conseguido dialogar ao mesmo tempo com os companheiros que estão chegando, com aqueles que estão tendo contato com o sindicato pela primeira vez e com quem já esta na luta há muitos anos. Não estamos sendo capazes de respeitar nossas diferenças. Também não queremos aqui defender nenhuma experiência preconcebida.

Reconhecemos que ainda não há alternativa pronta à atual organização, capaz de se aproximar e contemplar essas mudanças, preservando o que temos. E tampouco temos a pretensão de gestar essa alternativa sozinhos.

Ampliar e aprofundar este debate é o principal objetivo desta proposta. O seu eixo articulador é a democracia da organização sindical como elemento básico para assegurar a representatividade e a unidade. Não basta pertencermos à mesma entidade, é preciso desenvolver uma atuação conjunta. Um sindicato para ser dinâmico, coerente, um organismo consciente, além de cultivar e praticar a solidariedade de classe precisa preparar seus militantes, oferecer cursos de formação política, de economia, revelar oradores, promover palestras, conferências, debates, ensinar cultura e História, desenvolver a arte, proporcionar sessões de cinema e teatro, organizar debates, se atualizar se modernizar, sair das fronteiras de suas sedes.

Estas aspirações existem entre os trabalhadores, e nos levaram a admitir a urgência de mudanças na nossa organização sindical e a necessidade de trabalharmos para tomar algumas atitudes concretas.

Para isso, estamos convidando a todas e todos para juntos construirmos uma nova forma de organização sindical, como o objetivo de se fazer respeitar e ampliar os direitos dos trabalhadores. E os acontecimentos têm demonstrado que não há mais tempo a perder, é urgente o chamado à unidade e à mudança.

Introdução

O XI Congresso do SINSPREV acontece sob uma situação política e econômica mundial e nacional turbulenta: com o agravamento da crise econômica capitalista desencadeada em 2007/2008, o levante árabe e a crise econômica e social em importantes países da Europa. A perspectiva é de estagnação de longo prazo e ataques feroces a direitos sociais e democráticos, com impactos globais.

Será também um congresso ao fim do primeiro ano do governo Dilma, que chega a este momento com índices de popularidade maiores do que os de Lula ao final de seu primeiro ano de mandato. Com a economia aquecida e alguma margem para manobras, o Estado Brasileiro tem enfrentado os tempos turbulentos da economia. Com uma forte carga tributária, achou na desoneração a saída para não entrar na crise com o mesmo peso da Europa e EUA. O problema é que em um novo cenário de crise mundial, essa saída talvez não seja tão eficiente.

No calor das tensões sociais e lutas de resistência que crescem, juntamos aos sindicatos de oposição de esquerda colados nas lutas e demandas da classe trabalhadora.

Conjuntura

A crise continua, e é uma crise de longo prazo com várias consequências ruins para a classe trabalhadora. Em vários países a “primavera árabe” é consequência da falta de emprego que forçou os jovens (parte significativa dos trabalhadores que preenchem as vagas em empregos subalternos na Europa) a reivindicar melhoria das condições de vida nos seus países de origem. O movimento levou inclusive a mudança nos sistemas de governo e a revoluções.

Na Europa, os governos continuaram no intuito de estimular a economia atacando direitos e acabando com as aposentadorias, o que tem levado a grande insatisfação nos trabalhadores

destes países, gerando protestos até mesmo onde há anos não via mobilização - como na Bélgica, que há vinte anos não enfrentava uma greve geral. A Grécia já está falida, e há um consenso que dificilmente será capaz de saldar suas dívidas, o que deve abalar ainda mais a economia mundial. O endividamento dos Estados - anunciado como uma solução para salvar a economia, mas na verdade para não deixar falir a banca - deixa uma pesada conta para a população destes países pagar.

O Estado brasileiro atua como “indutor” dos mega negócios e investimentos de grandes grupos do capital para consolidar lugar no mundo como exportador de commodities. Sem romper com a dependência do capital internacional, o Brasil - via BNDES - vem patrocinando a expansão de grandes negócios, como a privatização da administração dos aeroportos de Guarulhos, Congonhas e Brasília. O PAC, associado aos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), é estratégico para esse projeto de aliança do Estado com setores do capital tais como empreiteiras, siderúrgicas, construção civil, agronegócio e capital financeiro.

Não por acaso aumenta a política de repressão do aparelho de Estado e os mecanismos de criminalização das lutas populares e da pobreza. Seja para preparar uma mão de obra em condições mais precárias de trabalho, para disciplinar ou para promover “faxinas” étnicas e sociais nas comunidades e bairros mais pobres, onde vão ocorrer as grandes mudanças urbanas com os megaeventos. Ou ainda para inibir o crescimento da resistência social. Um exemplo dessa política é a desocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, mesmo diante de uma liminar da Justiça Federal suspendendo a ação, sob ordens do Governador e do Judiciário Estadual para defender o interesse de um especulador financeiro e imobiliário, sem prévio aviso. A greve da polícia do estado da Bahia e que se alastra pelo resto do país.

Um dos traços centrais deste novo período histórico é a crise de representação política da institucionalidade burguesa tradicional. Partidos, parlamentos, processos eleitorais, políticos passam a serem vistos com enorme desconfiança pelas camadas mais jovens da classe trabalhadora e pela juventude. A razão é que os partidos tradicionais revezam-se no poder para aplicar as mesmas receitas de ajustes neoliberais e

TESE 2

ataque a direitos da classe trabalhadora e praticamente todos estão misturados nos grandes negócios e na corrupção estatal. Estes ventos já começam a chegar no Brasil, onde aumenta a desconfiança do povo e da juventude em relação aos partidos e políticos de maneira

O governo Dilma, que mais uma vez cortou gastos sociais do Orçamento da União, anunciou “reajuste zero” para o conjunto do funcionalismo federal neste ano. Esta política de ajuste e cortes se faz sentir com maior peso na esfera dos estados e municípios. De outro lado, o baixo crescimento da economia previsto para este ano e as perspectivas nada boas para o ano que vem, por conta da inflação e do aumento do endividamento da população, já fizeram de 2011 um ano de conjuntura de greves - como bancários, correios, as greves da construção civil e nas redes estaduais e municipais de educação e saúde, a greve dos bombeiros do Rio de Janeiro entre outros exemplos.

São assombrosas as fontes de corrupção do Estado e das instituições políticas da democracia burguesa (basta ver a nova onda de denúncias de corrupção que atinge inúmeros parlamentares e executivos nos âmbitos estadual e municipal, além claro das ininterruptas denúncias no primeiro escalão do governo federal, com o afastamento de sete ministros do governo Dilma). A endêmica corrupção no capitalismo brasileiro será ainda mais alargada com os megaeventos e a utilização de dinheiro público ou toda ordem de favorecimentos para os amigos do Estado e do BNDES neste projeto de grandes obras.

Não estamos diante de um Estado progressista, que desenvolve um projeto nacional para atender os interesses da maioria da população e combater a desigualdade social. Trata-se do seu oposto. Sob a batuta do PT, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado “indutor” para os grandes negócios do capital, naquilo que permite a consolidação do país, em particular, como produtor e fornecedor de ponta de commodities e com este objetivo, ser hegemônico para estes negócios também no continente. De outro lado, um Estado mínimo no que concerne aos direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas e democráticos.

Uma alternativa à classe trabalhadora

O crescimento das greves e manifestações da classe trabalhadora do final de 2011 e início deste ano, ainda que no marco de lutas em geral isoladas entre si e sob uma relação de forças ainda desfavorável, mostra a capacidade, vontade e necessidade dos trabalhadores de se organizarem. Precisamos de organizações e sindicatos desatrelados da estrutura sindical pelega atreladas à base de sustentação do governo, organizações que dialoguem com a classe trabalhadora. E é necessário levar em conta que esta classe trabalhadora hoje é composta por amplas camadas mais

jovens de trabalhadores e trabalhadoras que estão a frente de lutas como a da construção civil, metalúrgicos e que se expressa na tendência de disputas sindicais mais favoráveis às oposições às burocracias tradicionais ou diretamente vinculadas governismo.

Construir a unidade dos trabalhadores para resistir

O elemento fundamental para que possamos ser vitoriosos frente à crise é a unidade de todos os lutadores que não se curvaram à subserviência aos patrões e ao governo.

Hoje, os movimentos sociais dos trabalhadores estão divididos e as lutas têm sido travadas de forma fragmentada. O isolamento das diversas mobilizações favorece a ofensiva dos patrões e dos governos e a criminalização dos movimentos sociais da cidade e do campo. Mas é possível reverter esse quadro e fortalecer as lutas pelas reivindicações de nossa classe, impedindo as ações de criminalização e possibilitando a conquista de vitórias para o conjunto dos trabalhadores.

Para isso, é necessário construir uma grande frente de lutas que reúna todos os movimentos sociais com base numa plataforma que enfrente a crise e defenda os nossos direitos. É decisivo para a vitória das nossas lutas unificar a Inter-sindical, a Conlutas, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto), as centenas de entidades estudantis e os movimentos de mulheres, contra a discriminação racial, pela liberdade de orientação sexual e de defesa do meio ambiente.

E para que esta frente de lutas se constitua efetivamente é necessário debater onde queremos chegar, qual a estratégia que nos manterá unidos.

Uma CENTRAL SINDICAL AMPLA UNITÁRIA E CLASSISTA, o movimento sindical tem demandas próprias que necessitam de organização para serem realizadas. Por isso, é fundamental avançar também no debate da reorganização sindical, colocado pela falência da CUT como instrumento de luta dos trabalhadores.

A CUT faliu enquanto ferramenta capaz de unificar o conjunto da classe trabalhadora em razão de sua adesão ao governo federal e do abandono dos seus princípios fundadores: liberdade de organização sindical; autonomia e independência frente aos patrões; governos e partidos políticos; e solidariedade de classe. Embora esse processo de falência não tenha se iniciado no governo Lula, mas já viesse de longa data.

E nossa categoria já compreendeu isso. No plebiscito realizado pelo sindicato juntamente com a FENASPS no ano passado, 87,35% votaram que a FENASPS deve romper com a CUT e 87,53% também se manifestaram pela desfiliação do SINSPREV àquela Central. O Sinsprev deve aprovar a ratificação do resultado do plebiscito e romper definitivamente com a CUT. Mas

é preciso também ir além. Precisamos construir uma nova Central Sindical para organização da classe trabalhadora. Uma nova Central ampla; plural; classista; democrática; independente e autônoma frente aos patrões, ao Estado e aos partidos; organizada pela base; que organize e represente de conjunto o mundo do trabalho (setores formais ou informais, da cidade e do campo, ativos ou aposentados, precarizados, terceirizados, estagiários, cooperativados, prestadores de serviços, ambulantes etc). Um organismo que defenda a unidade da classe como valor estratégico, que unifique todos os setores que não se renderam à lógica neoliberal e às benesses do poder e se mantêm determinados a seguir na luta contra o neoliberalismo e o capital, e pela construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores – uma sociedade socialista.

E mais, uma nova Central precisa nascer a partir da luta cotidiana e do desenvolvimento de uma prática sindical nova que supere a da CUT e dos sindicatos. Questões como a proporcionalidade; o combate à burocratização dos dirigentes; as formas de participação dos trabalhadores nos sindicatos; a relação entre os sindicatos entre si e com os organismos de uma Central; a independência dos patrões e o governo; e a relação do movimento sindical com os partidos, devem ser objeto de muitas discussões procurando obter uma síntese.

Precisamos fazer esse debate com nossa categoria. Para isso, propomos que o 11º CONSINSPREV aprove o apoio a todas as iniciativas de unidade da classe trabalhadora para lutar contra o capital e os governos que nos atacam (Lula, Serra, Kassab, etc), e em defesa dos direitos sociais e das nossas reivindicações; e garanta a abertura de um amplo debate sobre concepção, organização, prática sindical; caráter de uma nova Central; sobre a realidade da classe e suas organizações;

Sobre o CONCLAT, um relato e um lamento à oportunidade perdida

Inacreditável! Lamentável... Essas foram as expressões mais pronunciadas e escutadas pelos delegados, observadores e ativistas de todo o país que acompanharam o Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) realizado em junho de 2010, em Santos-SP.

Por aproximadamente 9 meses, as lideranças da CONLUTAS, da INTERSINDICAL, do MTST, do MAS, do MTL e da Pastoral Operária discutiram as condições necessárias para a construção de uma nova central sindical capaz de superar a fragmentação daqueles que romperam com a CUT.

Neste período, aparentemente, a maioria das divergências foi equacionada, chegando-se a superar grande parte delas. Restavam ainda as polêmicas em torno da composição social da Central, se seria apenas sindical, sindical e popular ou sindical, popular e estudantil; da forma de eleição das direções estaduais e do nome da nova entidade. Compreendendo a importância

de construir um instrumento unitário para alavancar as lutas de resistência da classe trabalhadora contra os patrões e seus governos, a coordenação da INTERSINDICAL e outras organizações cederam às exigências da direção majoritária da CONLUTAS e concordaram em levar essas questões a voto.

Durante todo o tempo apostamos na construção de um congresso unitário que permitisse o surgimento de uma organização nova e caracterizada pela síntese e superação das diversas experiências em curso. Apostamos sinceramente na formação de uma equipe unitária com a coordenação da CONLUTAS e de outras organizações, em uma nova direção com capacidade de escutar, respeitar e incorporar posições divergentes.

Desgraçadamente a aposta restou frustrada. À medida que se aproximou o congresso, a direção majoritária da CONLUTAS foi se fechando e fazendo de suas posições, imposições. Ao mesmo tempo, passou a se recusar a estabelecer um diálogo franco sobre as polêmicas que ainda persistiam. De tal forma que, durante o Congresso da CONLUTAS, realizado dois dias antes do CONCLAT, foram votadas, unilateralmente e sem a participação das demais organizações, polêmicas que no espírito da verdadeira democracia operária deveriam ficar em aberto para discussão conjunta. De antemão, a CONLUTAS fechou o debate e centralizou suas bancadas.

O que se viu depois, no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), foi a imposição da vontade da CONLUTAS sobre as demais organizações. Na apresentação das teses, nos grupos de trabalho e nas defesas das propostas polêmicas, os principais dirigentes da CONLUTAS não hesitavam em dizer que ali havia uma maioria. Mesmo assim a Coordenação da INTERSINDICAL não fez exigências ou chantagens e enfrentou o debate defendendo suas posições, constantemente chamando a direção majoritária da CONLUTAS à responsabilidade. E votação após votação foi crescendo uma postura prepotente e autoritária que minuto a minuto foi empurrando os delegados e os observadores organizados por nós por outras organizações para um mal estar generalizado.

Aqueles que diziam desejar construir uma central ampla reunindo os trabalhadores empregados e desempregados e os movimentos sociais, entre eles os de opressões não tiveram a sensibilidade de perceber que a sua postura autoritária, avessa ao diálogo, e sua composição de propostas conduziam bancadas inteiras a não sentirem o congresso como seu. A direção majoritária da CONLUTAS operou de maneira que todas bancadas discordantes se sentissem estranhas na tarefa de construir um novo instrumento para a classe trabalhadora. A recusa em aceitar um novo nome de consenso para a nova Central foi neste sentido emblemático. A questão menor, o detalhe, o motivo irrisório para sair do congresso

TESE 2

como foi dito pela direção majoritária da CONLUTAS foi tomada por ela mesma como uma polêmica central, uma questão de princípio, algo que não podia ser objeto de qualquer negociação, mesmo diante dos apelos da coordenação da INTERSINDICAL e de outras organizações que, no plenário, expressaram contrariedade com o nome CSP-CONLUTAS.

A verdade é que a coordenação da INTERSINDICAL, onde nós Independentes e Campo Debate Socialista Sindical nos incluímos, colocou a unidade e construção da central acima de tudo. Contudo, não percebemos o que nossas bancadas enxergaram com nitidez: no Congresso da Classe Trabalhadora não estava sendo criada uma nova ferramenta, não estava ocorrendo uma síntese política e programática e muito menos a formação de uma nova equipe de direção para as lutas da classe trabalhadora. O que estava acontecendo era a incorporação de das demais organizações ali presentes pela CONLUTAS, por meio da imposição das deliberações do congresso da CONLUTAS sobre o conjunto do CONCLAT.

Ao fim, nossos delegados e os observadores e de outras bancadas mostraram, na prática, o que é de fato democracia operária quando por sua própria vontade e determinação, apesar dos apelos das suas coordenações, foram se retirando do congresso para realizar plenárias próprias. Nelas, expressaram seu sentimento e sua vontade de construir a ferramenta que precisamos, mas pela base, sem autoritarismo, sem prepotência e com respeito às posições de todos.

Nós, o Coletivo Socialismo e Liberdade, Independentes e o Campo Debate Socialista Sindical, demos o combate a fundo pela nova Central. Mesmo antes do nosso rompimento com a CUT compreendemos a necessidade de construir esse instrumento. Estivemos em Luisiana, participamos da Assembléia Popular, construímos a INTERSINDICAL e fomos de peito aberto a Santos.

Os percalços não nos tiram a determinação de seguir nessa luta e contamos com a força e a capacidade da classe trabalhadora para reunir os que realmente desejam juntar força para derrotar os patrões e seus governos. Por isso defendemos que o XI CONSINSPREV se posicione favorável à organização da classe trabalhadora e a recomposição de uma Central Unitária Ampla, Democrática. **Consideramos que a construção de uma nova central sindical e popular não se encerrou neste Congresso da Classe Trabalhadora. Trata-se ainda de um processo em curso. Por isso acreditamos que a recomposição de todos os setores que convocaram o CONCLAT rumo a unidade em uma mesma central sindical e popular é possível e urgente.**

Mulheres, LGBTs e raça

Hoje no Brasil e no mundo as mulheres são a maioria da classe trabalhadora, segundo a Organização Interna-

cional do Trabalho (OIT) as mulheres são mais de 50% do mercado de trabalho mundial, sendo que no Brasil são mais da metade da população. A maior inserção da mulher no mercado de trabalho acabou por dar alguma autonomia financeira, tanto que de 1997 à 2007 o percentual de mulheres chefes de família no país foi de 24,9% para 33% segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feita em 2007. Porém a inserção da mulher no mercado de trabalho e o ganho desta certa autonomia financeira normalmente não estão ligadas a uma igualdade de direitos sociais entre mulheres e homens, pois até hoje as mulheres chegam a ganhar até 30% menos do que os homens e ocupam os postos de trabalho mais precarizados. Com um importante destaque para as mulheres negras, que acabam ocupando os postos de trabalho mais precarizados, são as serventes, empregadas domésticas, atendentes de telemarketing, enfermeiras e sofrem ainda mais com a retirada dos direitos trabalhistas e previdenciários que tem ocorrido nos últimos governos.

Além das diferenças existentes no mercado de trabalho, até hoje nos confrontamos com a violência machista em diversos momentos da vida das mulheres, há 3 anos nos impressionávamos com o caso da menina Eloá que teve parte de seu desfecho no começo deste ano quando seu agressor foi condenado a 98 anos de prisão, porém no Brasil e em São Paulo existem diversos casos de violência machista não denunciados. As mulheres sofrem violência dentro e fora de casa, e no ano que passou os casos de estupro acontecidos nas linhas de metrô de São Paulo deixavam isso claro, além de sofrer com a superlotação do transporte público a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil.

Para combater a violência doméstica foi criada em 2006 a Lei Maria da Penha (lei 11.340/06), que define e tipifica juridicamente violência contra a mulher – seja ela física, psicológica, patrimonial, sexual ou moral. A lei alterou o código penal, proibindo a punição dos agressores com cestas básicas; determinando a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, com competência cível e criminal; e estabelecendo penas mais rígidas para o agressor, que, inclusive, pode ter prisão preventiva ou em flagrante e deixa de ser réu primário. Porém desde então sofre com os cortes de orçamento recorrentes feitos pelos governos do PT, só ano passado o Pacto de Enfrentamento à Violência contra Mulher que subsidia os instrumentos criados pela lei teve seu orçamento cortado em 1/3.

Atualmente é importante compreendermos que é fundamental a luta das mulheres estar em consonância com a luta dos trabalhadores e vice-versa, pois temos visto neste período de governo da primeira mulher presidente do país cortes de orçamento profundos em áreas sociais essenciais para as mulheres

trabalhadoras (saúde, educação, justiça, cidades...), para nós é importante frisar que para avançar na luta das mulheres não basta apenas ser mulher, é preciso ter compromisso com as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil.

A implementação das 40 horas em nossa categoria atingiu principalmente as mulheres, pois acabou tornando mais pesada a dupla jornada de trabalho-família. A volta das 30 horas beneficia diretamente as mulheres da categoria.

Mas não são só as mulheres que vêm sendo dupla ou triplamente vitimadas pelo capital na atualidade. Além da violência homofóbica cotidiana, as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) também sofrem enorme discriminação no mercado de trabalho. Para as travestis e transexuais, a rejeição da família e a discriminação no ambiente escolar, onde professores, funcionários e pedagogos em sua maioria não estão preparados para lidar com a questão da diversidade sexual, coloca como única alternativa de sobrevivência a prostituição. Por isso é muito raro conhecermos travestis advogadas, médicas, enfermeiras, jornalistas ou professoras universitárias.

É muito comum ouvirmos essas companheiras relatarem que o preconceito vivido durante a adolescência em casa e na escola foi definitivo para comprometer a continuidade dos estudos, o ingresso na universidade e a garantia de um emprego estável. Nas ruas, além da informalidade, as travestis correm todo o tipo de risco, que vai desde a violência física até maior vulnerabilidade às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O direito a previdência é uma realidade distante para muitas delas.

Quando são absorvidas pelo mercado de trabalho, as travestis e transexuais geralmente ocupam postos precarizados, como no recente setor de telemarketing, que não exige o contato visual com o público, paga pouco e submete os funcionários a longas jornadas de trabalho. Também são poucos os empregos, seja na iniciativa pública ou privada, que reconhecem o nome social, ou seja, o nome que corresponde ao gênero com o qual a pessoa se identifica, o que gera muitos transtornos e muitos constrangimentos.

Os gays e lésbicas, por sua vez, são igualmente reprimidos em seus ambientes de trabalho. Para muitos homossexuais, assumir-se diante dos colegas de trabalho pode significar menores oportunidades de ascensão profissional. E o medo de ser demitido, ridicularizado e oprimido leva muitos trabalhadores a esconderem sua orientação sexual e "retornar" ao armário.

Para os casais de lésbicas, pesa ainda a diferença de gênero. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2011 as mulheres ganharam pelo menos 27% menos que os homens, o que significa que um casal de lésbicas possui um rendimento significativamente menor que um casal de homens ou um casal heterossexual.

De modo geral, todos os LGBT

têm grandes dificuldades de acessar seus direitos previdenciários. As travestis e transexuais pela própria relação de marginalidade em relação ao mercado de trabalho e os gays e lésbicas pelo não reconhecimento do casamento civil igualitário. Embora o direito a união civil estável, conquistada em 2011 por meio de uma decisão do STF, tenha dado respaldo jurídico para reivindicações como as pensões do INSS, muitos casais homoafetivos ainda precisam recorrer à justiça para valer seus direitos.

No caso dos negros e negras, a exploração e a opressão se multiplicam com ainda mais violência. É lamentável a situação da população negra em todo o mundo. Nesse contexto, entra em cena o racismo com a nomenclatura atual: xenofobia. Na Europa para cada imigrante legal, 3 são ilegais, vindos em sua maioria do norte da África, Turquia, Índia, Paquistão e África subsaariana. A organização internacional para a imigração estima que 17 milhões de africanos estejam na Europa. Quando não morrem na tentativa de chegar ao velho continente, pelas dificuldades da travessia ou presos nas fortalezas militares das fronteiras, são submetidos aos piores empregos e salários, além de serem vítimas crescentes da violência policial estatal e de grupos racistas organizados.

Na prática, de nada serviu a conferência de Durban e os tratados internacionais. As tropas da operação "Minustah", organizada pela ONU, seguem firmes no Haiti, massacrando a população – primeiro país latino americano a abolir a escravidão – e protegendo a propriedade privada, enquanto os haitianos morrem de fome ou comem as tradicionais "bolachas de terra". São frequentes as denúncias de violência policial, e até mesmo de estupros das mulheres haitianas. A operação é controlada por dezenove países, sendo as tropas brasileiras o maior contingente e responsáveis pelo comando das operações. Uma vergonha para o mundo, para o Brasil e antes de tudo, para a autodeterminação do povo negro do Haiti. A estimativa de gastos com as tropas em 2011, segundo o Ministério da Defesa brasileiro, é R\$240 milhões, enquanto para o fundo da reconstrução o Brasil define apenas R\$ 40 milhões e R\$2,2 milhões em ajuda humanitária. O Haiti precisa de médicos, professores, engenheiros e comida. Não de exércitos estrangeiros.

No Brasil, não bastasse os já tradicionais problemas - como subemprego, trabalho escravo, falta de moradia e de acesso a direitos básicos, e permanente preconceito e discriminação - está em curso um projeto de extermínio da população negra, em especial da juventude, por parte do Estado. A esquerda e o conjunto do movimento negro que denunciam esse processo desde a década de 60, em boa parte patinam na institucionalidade e na disputa dos rumos dos últimos governos de Lula e do recém-eleito governo Dilma. Pautas como as cotas, lei do ensino da cultura africana nas escolas, estatuto racial, tomam em muitos momentos a centrali-

TESE 2

dade do debate de forma fragmentada – não combinada com o debate de fundo sobre a sua necessidade como política de enfrentamento ao racismo que deu base à formação socioeconômica brasileira – e outras questões centrais são deixadas de lado – como temas relativos à identidade negra, saúde da população negra e direitos dos quilombolas. E comumente, uma parcela majoritária do movimento negro vem aceitando negociar essas pautas que são tão caras ao povo negro no Brasil, como vimos na discussão sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Enquanto isso, de acordo com o Mapa da Violência 2011, os jovens negros têm risco quase três vezes maior de serem executados que os brancos no Brasil.

Quando o jovem negro não é assassinado, o Estado o encarcera. O Brasil fechou o ano de 2010 com 496.251 pessoas presas – um terço no Estado de São Paulo (163.676). Somente entre 1º de janeiro e 5 de julho, foram incluídas no sistema carcerário paulista 57.329, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária. Entre a massa carcerária, 60% são negros.

A população pobre que se declara parda ou preta no Brasil é quase o triplo da que se declara branca, de acordo com dados do Censo 2010. Em maio de 2011, o governo federal definiu para o limite da miséria – renda de até R\$ 70 por mês – e divulgou que 16,2 milhões de pessoas se encaixam nele. Uma semana depois, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou a cor ou raça declarada deste grupo de pessoas. De acordo com os dados, 4,2 milhões dos brasileiros pobres se declararam brancos e 11,5 milhões pardos ou pretos – isso significa que o número de pobres negros é 2,7 vezes o número de pobres brancos.

Na Saúde, esse mesmo estudo revela que existe um abismo entre brancos e negros no acesso à saúde pública e que essa desigualdade perpassa o Sistema Único de Saúde (SUS), onde, por exemplo, em relação ao pré-natal, 71% das mães de filhos brancos fizeram mais de sete consultas. O número de mães de filhos negros que passaram pelos mesmos exames é 28,6% inferior. No geral, a população negra é a mais necessitada do SUS e também aquela que tem mais dificuldade ao acesso.

O descompromisso histórico do Estado brasileiro com os negros e as negras no país é também uma forma de perpetuação do preconceito e do racismo. Como demonstrou Florestan Fernandes, a extinção da escravidão não promoveu a integração dos ex-escravos, relegando-os ao destino de desterrados e marginalizados da nova sociedade capitalista que então se erigia. Por isso, é responsabilidade desse Estado reparar a distinção incentivada e patrocinada pelas instituições que fundaram as bases sócio-econômicas e políticas de nosso país. As ações afirmativas por si só não asseguram o fim da discriminação racial, mas são um elemento concreto de reconhecimento da responsabilidade do Estado pela realidade em que

vivemos. O racismo continuará existindo enquanto vivermos sob a égide do capital – que a tudo mercantilizava e se utiliza da opressão, especialmente de gênero e etnia – para legitimar a propriedade e potencializar os lucros de uns poucos ao custo das vidas de milhares. Mas essa realidade não anula o fato de que é devida a nós negros a reparação pela chaga escravista de quase quatro séculos da história brasileira. Por isso, a luta contra o extermínio população negra e a criminalização da pobreza é também nossa bandeira: o racismo é parte da luta de classes e a luta contra ele é parte da luta pelo socialismo.

INSS: Em defesa da Previdência Pública

Estamos diante de uma vitória parcial, demos um passo importante para o retorno das trinta horas, após dois anos de mobilizações, idas e vindas ao Ministério da Previdência, ações judiciais e uma retórica do governo dando como certa as 40 horas, porém diante da ineficaz administração do serviço público, a constatação do grave erro cometido pelo governo ao se impor as oito horas no seguro social, não acarretando nenhum aumento da produtividade, elevando o número de adoecimento dos servidores e a constatação da quantidade de servidores prestes a se aposentar, abrindo um buraco em nossas frentes de atendimento praticamente impossível de ser coberto, sai a resolução 177 que disciplina a extensão do atendimento para turnos ininterruptos e restabelece a possibilidade da jornada de 30 horas sem redução de remuneração.

Desde a greve de 2009, onde o governo nos impôs uma dura derrota, através da manipulação evidente do sistema judiciário, do uso dos meios de comunicação internos (INTRAPREV) como veículo de contra-informação à categoria, e a grande dificuldade de mobilização e até mesmo de participação por parte dos servidores do INSS, inclusive por conta do aumento da jornada, é necessário lembrar que o SINSPREV e a FENASPS mantiveram seu compromisso na defesa e ampliação de direitos, jamais defendemos pautas rebaixadas como as 7 horas tão propagadas (inclusive nos emails institucionais) pelo SINSSPS e pela CNTSS. Também é importante ressaltar que a luta pela implantação das 6 horas ainda não acabou, temos que aproveitar os espaços que se abrem para conseguir a regulamentação em lei das 6 horas diárias. E acreditamos que o GT é um importante espaço para que possamos apresentar as nossas pautas, temos que casar isto com mobilizações, mas não podemos abrir mão dos espaços que se abrem para negociação.

Saúde: Dever do estado direito de todos

Vivemos em um período de ataque aos direitos sociais historicamente con-

quistados. Setores de extrema importância para a sobrevivência da população, como a Saúde, vêm sendo atacados e reduzidos. O número de trabalhadores no setor é insuficiente; as condições de trabalho são mínimas; os recursos são extremamente diminuídos; não há materiais nem atendimentos suficientes e os trabalhadores estão diariamente submetidos aos ataques dos gestores, que exigem quantidade de atendimento ao invés de qualidade.

Este governo não tem o menor respeito por esta categoria que garante a saúde da população, haja vista a edição da MP 431/08 (transformada na lei 11.784/08). A lei 11.784/08 – aprovada em setembro deste ano – é uma reprodução da MP 431 (sem a correção de nenhuma das distorções e sem a incorporação de nenhuma das emendas apresentadas pela FENASPS). A dificuldade de negociação colocada para os trabalhadores da Saúde foi o resultado da traição da CNTSS/CUT/CONDSEF, que assinaram um acordo sem nenhuma discussão com a categoria.

Desde o primeiro momento a FENASPS repudiou a forma como a CNTSS/CUT/CONDSEF negociaram os direitos e reivindicações da categoria (sem nenhuma discussão ou mobilização dos trabalhadores) porque esse acordo impôs patamares salariais e condições de trabalho muito inferiores ao que era possível conquistar.

Desde o início a FENASPS mobilizou a categoria, e assim conseguimos impor alguns avanços em relação ao que a CNTSS/CUT/CONDSEF haviam negociado. Mas, devido à intransigência do governo, várias das nossas reivindicações não foram atendidas. Por isso, é hora de fortalecer a luta pela aprovação da Nossa pauta.

Em defesa do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Até hoje o governo não pôs em prática o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos trabalhadores da Seguridade Social (Saúde). Esse é mais um desrespeito ao Termo de Compromisso firmado entre as entidades e o governo no dia 27 de setembro de 2005, quando acabou a greve da categoria. O compromisso do governo era finalizar uma proposta de carreira até 30 de junho de 2006, mas isso não foi feito. A diretoria da FENASPS realizou estudos e apresentou uma proposta de Carreira – que assegura as reivindicações históricas da categoria (incorporação das gratificações, regulamentação da jornada de 30 horas, implementação de uma política de formação que sirva de parâmetro à progressão funcional).

Também exigimos o cumprimento deste acordo no que se refere à incorporação dos 47,11% ao vencimento básico. Com isso, os cálculos da GAE também sofreriam impactos, o que minimizaria a perda que a categoria terá a partir de fevereiro do ano que vem, quando a GAE será incorporada ao vencimento básico por determinação da lei 11.784/08.

Outra questão pela qual temos que lutar na Saúde é o combate à extinção do quadro de nível Auxiliar na catego-

ria. As tabelas remuneratórias apresentadas pelo governo para os diversos segmentos do serviço público evidenciam a intenção de extinguir esse nível das carreiras para aprofundar a terceirização no serviço público. E o pior, sem critérios definidos de futuro profissional dos servidores que já estão no quadro.

Para avançar nessas discussões é fundamental o restabelecimento do GT da Seguridade Social, conforme Termo de Compromisso assinado pelo governo em setembro do ano passado.

Além da defesa da carreira, outro ponto fundamental da pauta de reivindicações da Saúde é a equiparação salarial com os trabalhadores da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A tabela salarial conquistada pelos colegas da ANVISA após a heróica greve realizada no início deste ano colocou os patamares salariais em condições bem melhores do que as existentes hoje na Saúde. A ANVISA está ligada ao Ministério da Saúde e faz parte da Seguridade Social, por isso é justa a reivindicação de equiparação salarial.

Construir o ramo da Seguridade Social

A realidade dos trabalhadores da Saúde é produto da política dos governos federais de extinção da categoria. Há mais de 10 anos não é realizado um concurso público. Com a municipalização e a estadualização da Saúde os governos dividiram os trabalhadores do SUS em diversos parâmetros salariais, de contratação e de jornada, que facilitam a exploração ainda maior dos servidores.

Nossa categoria está sendo destruída – mais de 70% do quadro atual está a poucos anos da aposentadoria – e precisamos ter uma política para enfrentar essa realidade. Em nossa opinião essa política é a retomada da luta pela organização sindical da categoria pelo ramo da Seguridade Social. Só com a unificação das pautas de reivindicações, das data-base, das cargas horárias poderemos fortalecer a luta pelo Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores do SUS e avançar num piso salarial nacional baseado nos cálculos do DIEESE (R\$ 1.971,55). Essa é também a única forma de enfrentarmos o processo de desmonte da saúde pública que os governos vêm impondo com o fechamento de postos, a entrega de unidades às OSs e a privatização da saúde.

GEAP: A GEAP é nossa vamos lutar por ela!

O grande desafio colocado para os servidores públicos federal, beneficiado pelo plano de saúde GEAP, está no adequado equilíbrio atuarial, ou seja, a receita deve estar equilibrada com as despesas. E a esta equação, chamamos Princípio da Solidariedade.

Na GEAP, a solidariedade está lastreada em dois pressupostos: quem ganha mais, paga mais e os jovens, que

TESE 2

utilizam menos serviços de saúde, amparam os de mais idade que usam mais, esperando que na sua velhice possam contar com o mesmo apoio.

Infelizmente a questão da saúde dos servidores públicos federais e a Geap não têm sido considerados efetivamente parte da política de recursos humanos do Governo Federal, pois uma ação integrada entre as políticas de saúde ocupacional e suplementar (combinando saúde preventiva e saúde curativa), de assistência social e de previdência social poderia ter importante impacto na qualidade de vida e de trabalho dos servidores públicos, e, contribuiria para uma sensível redução nos níveis de absenteísmo, nos índices de aposentadorias por invalidez, na postergação de aposentadorias voluntárias, com evidentes reflexos positivos para a prestação de um serviço público de melhor qualidade e até mesmo para as contas públicas.

Em 2008, o Condel aprovou a mudança da forma de contribuição, passando de percentual para percapta, retirando o direito a assistência à saúde da massa assalariada de assistidos, sem que o governo aumentasse o seu repasse para a Fundação. Estas mudanças impuseram em nossa categoria, novas necessidades de luta contra os ataques impostos. Após esta malfadada mudança na forma do custeio, os déficits apurados foram bancados com o incremento das contribuições dos servidores ou redução dos serviços e da qualidade, quando deveriam ter sido bancados pelas patrocinadoras.

Considerando que o servidor é responsável por grande parte do financiamento do plano, contribui mensalmente para uma assistência que a cada dia se torna mais débil, uma rede de prestação de serviços que sofre uma queda brusca na rede de credenciados nas capitais e a inexistência quase total dos serviços, em grande parte das cidades do interior, enquanto as patrocinadoras contribuem com percentual bem menor e o governo usa a GEAP como "presente" para os afetos, é necessário que façamos uma reflexão.

- O que de fato temos feito contra a ingerência político partidário que desde o início do governo Lula se instalou na GEAP?

- Até quando vamos aceitar os débitos monstruosos de patrocinadoras, que ocupam cargos diretivos da casa?

- Até quando vamos aceitar que se façam gastos monstruosos em reformas enquanto a categoria fica sem o menor acesso a rede, porque ela não existe?

- Até quando vamos aceitar "pagar" rescisões trabalhistas e multas a diretores e gerentes desqualificados e sem o menor conhecimento da história da nossa fundação, que são colocados na DIREX e em Gerências como consolo? Porque temos nós que pagar se não fomos nós que os escolhemos?

- Porque é que nós, servidores, que somos descontados regularmente em nosso contracheque temos que ficar sem atendimento em detrimento à má gestão de "militantes partidários"? E que, no entanto, se não entra o des-

conto somos excluídos do plano sem o menor critério?

- Porque ficamos com melindre de denunciar a má gestão de alguns gerentes que extrapolam várias vezes o orçamento e nem se preocupam com a rede para os assistidos?

- Porque é caro, para nós assistidos, receber informes reais da situação da GEAP, enquanto é gasto milhares para propaganda que não chega aos novos servidores?

- Até quando vamos permitir que uma entidade tenha representante no CONDEL e faça campanha de venda de plano de saúde de outro plano que não o da GEAP?

- O que podemos fazer para impedir a demissão sem justa causa dos eficientes empregados da casa, ou seja, da memória viva da Fundação, dos que conhecem a verdade sobre o nosso plano?

Como enfrentar os problemas e buscar soluções;

Acreditamos que é mais do que hora de tomarmos uma decisão sobre o futuro do nosso plano de saúde, vamos continuar que ele seja "cabide de emprego" do governo? Não podemos mais aceitar "encontros estaduais e nacionais" com diretores e funcionários despreparados e com falsas demonstrações da realidade da GEAP? É necessário reunirmos todas as nossas forças em torno do que achamos essencial para mantermos nosso plano de saúde possível.

Nossa tarefa é:

Junto ao Governo:

- Cobrar, do governo, a uniformização dos aportes financeiros entre os poderes Executivo, legislativo e Judiciário e a intervenção para que as patrocinadoras façam o repasse mensal para a Geap;

- Cobrar do governo a elevação urgente da contribuição per capita das patrocinadoras;

- Exigir que o governo coloque na discussão salarial a questão da saúde dos trabalhadores, tornando a GEAP o único plano de saúde dos servidores fortalecendo-a assim, e fazendo retornar a solidariedade;

- Que a GEAP seja realmente uma auto gestão administrada pelos trabalhadores;

- Reivindicar à SRH/MP que os descontos da participação tenham prioridade nos descontos nos contracheques;

- Que o governo busque junto ao STF discutir e garantir a GEAP com as patrocinadoras atuais para garantir nosso plano;

Junto à GEAP:

Que no cenário do cálculo do custeio seja levada em consideração a faixa de remuneração percebida pelo servidor participante e número de dependentes;

Que o Condel aprove a participação por percentual;

Que O CONDEL/GEAP respeite as decisões dos encontros e encaminhe as propostas para as instâncias competentes, com respostas aos proponentes;

Que os cargos das GERES sejam ocupados, após seleção interna, por profissionais que tenham vinculação de no mínimo 3 anos em um dos planos da GEAP/FSS;

Propor mudança estatutária; fiscalização pelo Conselho Regional dos conveniados no atendimento dos beneficiários;

Exigir a expansão da rede de credenciados e atendimento

Hospitalar e ambulatorial de qualidade, em todo o estado;

Lutar pelo pagamento do pecúlio integral, sem deságio, quando da aposentadoria, exceto a proporcional.

APOSENTADOS: Defender os direitos dos Aposentados

Acreditamos que uma séria luta pela paridade entre ativos e aposentados deve encarar a necessária discussão de retomar a unidade dos servidores federais. A política de rebaixamento dos direitos dos aposentados é uma política geral do governo e exige uma unidade mais ampla e organizada do conjunto do funcionalismo para que possamos derrotar o governo.

A luta pela paridade entre ativos e aposentados passa impreterivelmente pela união de todos os servidores federais. É necessário, mais do que nunca, fortalecermos a unidade dos federais ara isso precisamos discutir as fragilidades da CNESF enquanto entidade aglutinadora o trabalhador do serviço público federal, no sentido de fortalecer lá o necessário para nos organizarmos e participarmos juntos na defesa dos nossos direitos, pois a política de rebaixamento dos direitos dos aposentados é uma política geral do governo e exige uma unidade mais ampla e organizada. Para estes, não há reajuste salarial. A velha e surrada cantilena do Governo, da falta de dinheiro para conceder reajuste é mentirosa. O Brasil é uma das economias emergentes mais respeitadas do mundo, porém continua bastante injusto com os aposentados, exigindo destes maiores sacrifícios e arrastando-os para o poço dos excluídos.

A FENASPS que tem se destacado na luta incessante e incansável pelos direitos dos aposentados e pensionistas, vem conchamar a todos os sindicatos estaduais, por respeito, dignidade e valor real para suas aposentadorias. 2012 será mais um ano de lutas no Congresso e junto ao Governo. Se parlamentares e governos gozam do privilégio de gordas aposentadorias por pouco tempo de serviço, nós aposentados, que trabalhamos a vida toda, merecemos muito mais.

Defendemos:

- A paridade de proventos e benefícios em consonância com os vencimentos e direitos dos servidores da ativa e lutar contra a retirada deles na aposen-

tação, marcando nessa luta a dimensão política e jurídica;

- Lutar pela recuperação das perdas salariais dos aposentados;

- Agilizar as revisões de aposentadorias, com a inserção do tempo integral decorrente do mandado de injunção 880;

- Lutar pela isenção total de pagamentos de contribuição social e imposto de renda pelos aposentados, apoiando propostas legislativas nesta direção;

- Promover atividades de informação e integração dos aposentados no contexto dos seus direitos;

- Realizar seminários a respeito das legislações sobre aposentadoria;

- Fortalecer o trabalho da programação sócio-cultural junto aos aposentados, capacitando inclusive na formação sindical;

- Elaborar e desenvolver um programa de trabalho com pré- aposentáveis direcionados a informar, analisar e esclarecer sobre as opções existentes de aposentadoria;

- Restabelecer a data base para todos os servidores públicos federais para maio, conforme deliberação do último CONFENASPS;

- Pressionar o Congresso Nacional para garantir o cumprimento da PEC 270 quando esta for aprovada no Senado Federal. Para garantir aposentadoria integral as aposentadorias por invalidez;

- Pressionar o Congresso Nacional para garantir a aprovação da PEC 555, isentando os aposentados e pensionistas da contribuição previdenciária e não como foi aprovado na comissão da Câmara dos Deputados;

- Contra o projeto de lei que congela o salário dos servidores por mais dez anos. Arquivar já!

ANVISA

A FENASPS, como prova de sua grande capacidade de organização, conquistou mais uma vitória em benefícios dos trabalhadores. Desta vez, para os colegas federais do INSS, apontando para todos nós, que é possível a implantação das 30 horas semanais, não apenas para os servidores do Seguro Social, mas também, para a Seguridade Social e ANVISA, provando que para isto basta vontade política de nossos gestores e, principalmente, organização de nossa categoria. A conquista das 30 horas semanais não é um privilégio e sim uma maneira inteligente de gerir Recursos Humanos, pois aumenta o leque de atendimento ao público, para 12 horas ininterruptas e melhora a qualidade de vida de homens e mulheres, que tanto se dedicam e contribuem com seus saberes, para que todos nós da ANVISA tenhamos o respeito e o status, que hoje ocupamos no cenário nacional e internacional.

As 30 horas semanais também é possível, para toda a força trabalhadora da ANVISA.

O DEVISIA/FENASPS convoca a todos os colegas, da ANVISA, a busca-

TESE 2

rem, também, esta conquista e exigirem da direção da ANVISA e Governo Federal, concurso público, condições de trabalho, treinamento, incorporação das gratificações, reposição das perdas salariais e plano de carreira único para toda a sua força trabalhadora. E nós propomos atender e fortalecer o chamado do DEVISA/FENASPS em todo o país. Uma das estruturas mais importantes do Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), foi abandonada nos últimos anos.

Doenças adquiridas pelo excesso de trabalho e as aposentadorias fazem com que o déficit de servidores chegue a 90%. Com isso, Portos, Aeroportos, Postos de Fronteira e Recintos Alfandegados ficam vulneráveis à entrada de alimentos contaminados, lixo hospitalar de outros países e tantos outros produtos que colocam em risco a saúde da população brasileira e a própria economia do país.

O Brasil, de “Celeiro do Mundo” passa a ser também o lixão de países desenvolvidos, que se aproveitam de nossa falta de recursos humanos em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, para jogarem em nosso território os seus contêineres abarrotados de lixos hospitalares, o que se continuar a acontecer, o governo federal poderá sofrer sanções da própria Organização Mundial da Saúde.

Nós teríamos que ter, no mínimo, mais de três mil servidores atuando em Portos, Aeroportos, Fronteiras e recintos alfandegados, do Oiapoque ao Chuí. No entanto, o governo não deu sinal algum sobre a abertura de concurso público.

É preciso olhar para a ANVISA pensando no futuro do Brasil.

Nossa pauta:

- Concurso Público Emergencial na ANVISA, para Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.
- Reabertura e reestruturação imediata de todos os postos, que foram fechados por falta de pessoal.
- Carreira única para todos os quadros da ANVISA (Especial e Efetivos).
- Programa de Saúde do Trabalhador e Qualidade de Vida.
- Capacitação para todos os servidores de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.
- Incorporação de todas as gratificações dos servidores.
- Recuperação das perdas salariais.
- Equiparação salarial entre ativos e aposentados

Construir os Planos de Carreiras do Seguro e da Seguridade Social

Há mais de 20 anos nossa categoria luta por um Plano de Carreiras, essa reivindicação esteve na pauta em todas as greves que fizemos desde a década de 1980. Ao longo deste período, conquistamos a jornada de 30 horas, o PCCS do INSS, a reabertura de concursos públicos a partir do ano 2000 (depois de quase 15 anos sem que nenhuma vaga fosse aberta na categoria) e

a extensão e manutenção do PCCS em 47,11% para todos os trabalhadores da Seguridade e do Seguro Social.

Os projetos da FENASPS que foram entregues ao governo em 2006 não foram encaminhados até agora pelo Governo, mas são a alternativa para a conquista de um serviço público de qualidade e de dignidade para os servidores.

A proposta da FENASPS teve por base o acúmulo das discussões feitas pela categoria ao longo desses 20 anos de luta. Pela proposta, as duas carreiras que existem hoje (a do Seguro Social e a da Seguridade Social, Trabalho e Ministério da Previdência) seriam reestruturadas, resguardando o tempo de serviço dos trabalhadores para impedir que manobras como a imposta na “reforma” da Previdência do governo Lula (2003) obriguem a categoria a trabalhar mais para conquistar a aposentadoria.

A proposta de carreira que a categoria acumulou visa garantir:

- Progressão salarial (avanço dos padrões) anual, do início ao fim do tempo de serviço;
- A incorporação de todas as gratificações ao vencimento básico, para assegurar a paridade e a não redução salarial na aposentadoria;
- A manutenção da jornada de 30 horas;
- Enquadramento da Insalubridade;
- Reajuste anual das perdas inflacionárias.

Plano de Lutas

A realidade nacional e internacional coloca para nossa categoria, como já dissemos acima, o desafio do fortalecimento da organização para a defesa dos direitos. E defendemos que nossas lutas no próximo período estejam canalizadas para, além do atendimento a nossa pauta específica de reivindicações, os seguintes temas:

Saúde do Trabalhador

As condições e o ambiente de trabalho tornam-se cada vez mais penosos. Essa situação, gera muitas doenças decorrentes da relação com o trabalho, afastando centenas de trabalhadores todos os meses por motivo de tratamento de saúde.

Os locais de trabalho estão submetidos a transformações administrativas e tecnológicas sem a devida preparação dos trabalhadores e a estrutura física em que atuam.

Combate ao assédio moral

A violência moral no trabalho não é um fenômeno novo no mundo do trabalho. As novas formas de gestão e salários vinculados a produtividade são o motivo principal que possibilitam que chefias assediem moralmente aos trabalhadores na previdência social. E esse processo cresceu mais recentemente nas unidades da previdência, desde a aplicação das gratificações por avaliação de desempenho que repercutem

diretamente em nossos salários.

O individualismo é forte tônica desta forma de relação de trabalho. O trabalhador deve se tornar “competitivo”, “criativo”, “flexível”, “capaz de ter bom relacionamento”, etc. E as exigências não param a cada ciclo. A depender do humor do avaliador, o trabalhador não preenche alguma exigência e terá avaliação negativa, provocando sofrimento e humilhação e acarretando sérios prejuízos psicológicos no servidor.

As pressões por produtividade desumanizam o ambiente de trabalho, acirram a competitividade e dificultam a germinação do espírito de cooperação e solidariedade.

O assédio moral vem sendo denunciado sistematicamente pelo SINSPREV. Nosso departamento Jurídico tem realizado inúmeras denúncias desta violência. Porém, é sabido que assédio moral **pressupõe:**

- Repetição Sistemática
- Intencionalidade (forçar o outro a abrir mão do emprego, cargo, posto);
- Direcionalidade (uma pessoa do grupo é escolhida como bode expiatório);
- Temporalidade (durante a jornada, por dias e meses);
- Degradação deliberada das condições de trabalho.

Mover ações que nos tragam vitória no campo jurídico se torna bem difícil. É fundamental que os servidores compreendam que o assédio moral é consequência dos aspectos organizacionais e valores relacionados ao trabalho. E é provado que quem assedia esconde suas fragilidades e incompetência. Não podemos nos calar diante deste abuso.

Por isso, consideramos a organização por local de trabalho como aliado fundamental para intervenção e prevenção do assédio moral.

Temos que:

- Promover debates nos locais de trabalho para esclarecer as razões para a existência de situações de assédio moral no ambiente de trabalho;
- Esclarecer as consequências individuais e organizacionais do assédio moral;
- Criar mecanismos de intervenção e de prevenção nos locais de trabalho

Por tudo isso, propomos que o XI CONSINSPREV aprove:

Impulsionar a luta pela criação de uma Comissão Interna de Prevenção e Saúde do Trabalhador nos locais de trabalho;

- Seguir a luta pelo reconhecimento das doenças do trabalho no serviço público, bem como a reestruturação dos departamentos médicos de pessoal para a caracterização das mesmas; o cumprimento de todas as Convenções da OIT, a fim de assegurar um ambiente de trabalho com condições de segurança, saúde e higiene satisfatórias;

- Buscar a constituição de um banco de dados com informações sobre doenças relacionadas ao trabalho na

Seguridade Social de maneira a elaborar políticas preventivas de saúde no trabalho;

- Reivindicar a realização de exame médico periódico anual pago pela instituição empregadora, a fim de avaliar a saúde dos trabalhadores da Seguridade Social e garantir a realocação para tarefas compatíveis com suas condições de saúde quando necessário;

- Participar das discussões que envolvam toda e qualquer mudança no processo, no ritmo, no conteúdo e na organização do trabalho, a fim de diminuir o enorme abismo entre quem prescreve e quem executa o trabalho; Exigir cursos de formação sobre saúde do trabalhador, de maneira que em cada local de trabalho hajam trabalhadores capacitados para a constante vigilância, garantindo assim um ambiente seguro e saudável.

Defender os direitos do funcionalismo

Além da “reforma” tributária há uma série de outros projetos que vêm sendo impulsionados pelo governo no Congresso Nacional que atacam direitos dos trabalhadores. Levantamento elaborado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) elenca vários projetos que retiram direitos. São eles:

Limite de gastos com pessoal (PAC) – Por meio do projeto de lei complementar 01/2007, o governo pretende restringir gastos com pessoal. O projeto faz parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e limita o aumento da despesa com a folha de pagamentos à reposição da inflação mais 1,5% até 2016. Esse limite coloca a perspectiva real de congelamento salarial para o funcionalismo por até 8 anos porque a proposta não leva em consideração o crescimento vegetativo do número de servidores. Além disso, o PLP 01/2007 estabelece que o Poder ou órgão que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complementar criada pela “reforma” da Previdência de Lula, ficará impedido de criar cargos, empregos ou funções; alterar a estrutura de carreira caso isso implique aumento de despesa; fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvado educação, saúde e segurança; conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequações de remuneração a qualquer título, salvo sentença do Judiciário ou revisão geral; e contratar hora extra.

O PLP 01/2007 foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em fevereiro de 2007, tramita em regime de prioridade e poderá ser apreciado pelo plenário da Câmara a qualquer momento.

Há outro projeto de lei no Senado com o mesmo objetivo – o PLS 611/07, dos líderes governistas, Romero Jucá (PMDB/RR), Ideli Salvatti (PT/SC), Roseana Sarney (PMDB/MA) e Valdir

TESE 2

Raupp (PMDB/RO).

Previdência complementar privada – A “reforma” previdenciária de Lula, imposta em 2003 com o ‘mensalão’, abriu a previdência dos servidores públicos ao capital privado. Em 2007, o governo também enviou ao Congresso Nacional o PL 1992/07, que regulamenta a previdência complementar privada do funcionalismo. Esse projeto cria um Fundo de Pensão único para os três Poderes que oferecerá planos exclusivamente pelo regime de contribuição definida (o servidor sabe quanto paga, mas não sabe quanto vai receber quando se aposentar porque esse valor dependerá da boa gestão do Fundo de Pensão). Os futuros servidores teriam cobertura até o teto do Regime Geral de Previdência Social (R\$ 3.092,00 em outubro). E os servidores atuais poderiam aderir, mediante prévia e expressa opção, no prazo de 180 dias após a criação do fundo, passando então a ter três tipos benefícios na aposentadoria: a) no regime próprio, limitado ao teto do INSS, b) um complementar, equivalente às reservas que acumular no fundo de pensão, e c) o benefício especial, relativo ao tempo em que contribuiu para o regime próprio pela totalidade da remuneração.

Essa proposta é o fim da “reforma” previdenciária de Lula para o funcionalismo e acaba de vez com a possibilidade de reversão da “reforma” porque vincula os trabalhadores à iniciativa privada. No Chile, foi feita a mesma coisa na década de 80 e, vinte anos depois, o governo chileno está assumindo as dívidas previdenciárias no país porque mais da metade dos fundos privados quebraram e deixaram os trabalhadores sem aposentadoria.

O PL 1992/2007 foi apresentado à Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, está na Comissão de Trabalho (CTASP) e também tramita em regime de prioridade, sob a relatoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP).

Repressão ao direito de greve – Na Câmara, o direito de greve dos servidores públicos está na mira do PL 4497/2001, da deputada Rita Camata (PMDB/ES), para o qual foi aprovado um substitutivo na Comissão de Trabalho. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e obriga a manutenção do funcionamento de pelo menos 35% das atividades consideradas essenciais em caso de greve. E dá ao dirigente máximo do órgão ou entidade a prerrogativa de definir, sem necessidade de acordo com as entidades sindicais, quais são as áreas essenciais. Os sindicatos podem ser submetidos a multas de R\$ 30 mil por dia caso a greve seja considerada abusiva pela Justiça, sendo que há um artigo no texto que considera abuso do direito de greve os piquetes e comissões de convencimento, a paralisação ocorrida antes de 30 dias da entrega da pauta às administrações ou antes de 45 dias após a apresentação de proposta conciliatória pelo órgão.

No Senado, tramita o PSL 83/2007,

do senador Paulo Paim (PT/RS), tem por objetivo regulamentar o exercício do direito de greve no Serviço Público, também definindo serviços ou atividades essenciais. Os serviços de urgência médica não poderão parar de funcionar e os sindicatos serão obrigados a montar uma escala de plantão na greve.

O texto será examinado ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aguarda designação de relator.

Demissão por insuficiência de desempenho - O PLP 248/98, do Executivo, vai regulamentar as avaliações de desempenho e se o servidor for avaliado por duas vezes consecutivas negativamente ou por três vezes num período cinco anos pode ser demitido. A proposta é da “Era FHC” e tramita em regime de urgência urgentíssima. Já foi aprovado pela Câmara em primeira fase de discussão e, alterado pelo Senado, retornou à Comissão de Trabalho da Câmara, que aprovou parecer rejeitando as três emendas do Senado.

Precatórios - a proposta de emenda à Constituição (PEC) 12/06, do senador Renan Calheiros (PMDB/AL), acaba com a ordem preferencial dos créditos de natureza alimentícia. A proposta será votada em plenário em dois turnos e tende a ser aprovada. Depois, vai ao exame da Câmara.

Como se pode ver, o funcionalismo público está na mira do governo e é necessário que nossa categoria discuta, no Estado e nacionalmente, formas de impedir que esses ataques se concretizem.

Derrotar o fator previdenciário

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, o parecer favorável do relator, deputado Germano Bonow (DEM/RS), ao PL 3.299/08, do senador Paulo Paim (PT/RS), já aprovado pelo Senado, que extingue o fator previdenciário. É nossa tarefa no próximo período seguir a luta pela extinção do “fator previdenciário”, em unidade com os trabalhadores do setor privado.

Balanço da última Gestão

Em primeiro lugar, consideramos essencial destacar que é uma vitória de nossa categoria ter impedido que os setores governistas tomassem conta de nosso sindicato nas eleições passadas. Outra importante consideração a fazer sobre o balanço político do SINSPREV nos últimos três anos é que esta direção, juntamente com a diretoria da FENASPS, mobilizou permanentemente a categoria (com paralisações, atos, caravanas a Brasília, ocupações de Ministérios, etc).

Esta gestão também foi marcada por grande atuação do Setor Jurídico que deu embate duro, consistente e de grande qualidade tanto as nossas ações em curso como no auxílio das novas demandas, inclusive para questões perdidas através da luta política naquele momento, como as 30 horas para os

concurados em 2004, exigindo a paridade, a prioridade de idade nos processos, a averbação do tempo insalubre estatutário tanto para a aposentadoria quanto para a revisão da aposentadoria para quem se aposentou proporcionalmente, exigir o pagamento dos 20 pontos da gratificação para todos os servidores do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa, como ocorreu no caso das gratificações GDASST e GDASS no TRF de São Paulo que resultou no julgamento imediato dos processos favoráveis aos servidores, além de precionar o Governo para reconhecer a diferença dada aos servidores da Saúde em relação as demais carreiras.

Nosso sindicato foi também um dos impulsionadores dos processos de mobilização contra as reformas neoliberais. Por isso, em nossa opinião, essa gestão tem um balanço político positivo diante dos inúmeros ataques impostos pelo governo federal à nossa categoria e pela solidariedade sempre prontamente expressa aos trabalhadores de outras categorias em luta contra a retirada de direitos.

Corrigir os erros para avançar

Mas nosso Congresso deve também ser um espaço de avaliação dos erros cometidos nos últimos três anos. E queremos dialogar com o conjunto da diretoria e da categoria sobre os avanços que precisamos ter na próxima gestão para fortalecer a concepção de um sindicato efetivamente para a categoria.

Um balanço, ao nosso ver, só tem sentido para resgatar os acertos e identificarmos nos erros para superá-los, e não para alimentar uma guerra fratricida entre nós. Debater francamente as divergências e os erros é a melhor forma de superá-los e, dessa forma, avançarmos nas tarefas que não demos conta no último período.

Em nossa opinião, a atual direção não percebeu as mudanças que se impuseram em nossa categoria (tanto do ponto de vista de seu perfil, quanto das novas necessidades de nossa luta contra os ataques impostos). Por isso, não foi possível dar resposta à altura aos desafios colocados, o sindicato não conseguiu ir a fundo numa política de aproximação da base da categoria (e isso não significa apenas ir aos locais de trabalho, ou cair num assembleísmo, mas essencialmente compreender os elementos que efetivamente mobilizam os trabalhadores).

É fundamental a organização cotidiana dos trabalhadores para dar conta das necessidades de respostas que os ataques governamentais cotidianamente nos impõem. Para isso, é necessário o estabelecimento imediato de espaços próprios de cada setor da categoria. É fundamental que existam assembleias setoriais, GTs, coordenadorias, espaços próprios no site, entre outros mecanismos de organização específicos do INSS, da Saúde e da ANVISA.

Ressaltamos que é a combinação correta do debate específico com o debate geral que garantirá a possibilidade de acompanhamento de todas as

demandas da categoria pela direção do Sinsprev e a mobilização de todos os trabalhadores em nosso Estado.

Nesse sentido, queremos discutir:

- Fortalecer e re-hierarquizar o papel das assembleias gerais;
- Reestruturar as delegacias e sub-sedes no interior;
- Estabelecer uma ampla e plural política de formação para a categoria;
- Avançar na organização de coletivos.

Garantir assembleias setoriais específicas

Não é correto que colegas deliberem sobre uma ação na qual não estarão envolvidos. Por exemplo, é antidemocrático que os colegas da ANVISA votem que faremos greve no INSS e vice-versa. O mesmo vale para a Saúde. Em todos os sindicatos do funcionalismo federal de São Paulo que têm bases organizadas a partir de diferentes segmentos, é comum a realização de assembleias específicas. O Sintrajud (Judiciário Federal), por exemplo, realiza assembleias setoriais da Justiça do Trabalho, ou da Justiça Federal, ou da Eleitoral, etc. No Sindsef (Servidores do Executivo), também ocorrem assembleias do IPEN, da DRT, da Cinemateca, etc. E assim, debatem as questões e mobilizações específicas, combinando esse espaço de organização com as assembleias gerais que dizem respeito a todos os segmentos daquelas categorias.

Resgatar o papel da Assembleia Geral

A assembleia geral é para discutir e deliberar sobre temas que atingem a todos. Por isso, é necessário que sejam convocadas e organizadas nos momentos de grandes decisões da categoria, com pauta previamente definida, divulgada e discutida nos locais de trabalho. E será um fórum muito mais dinâmico e produtivo se articulada com os espaços específicos de discussão (os Departamentos) e o Conselho de Representantes.

Além disso, para permitir que a categoria participe e não apenas as lideranças falem durante quase todo o tempo, é fundamental a organização dos informes por escrito para evitar que se percam preciosas horas para os trabalhadores.

Expandir a política de sub-sedes e delegacias

É fundamental estruturar o sindicato em todo o Estado, aproximando a entidade da categoria. Nesse sentido, avançamos, mas avançamos pouco. É uma necessidade da categoria a estruturação de sub-sedes na Zona Leste e na Zona Sul da capital, Osasco e no ABC Paulista.

O lugar da formação

Outro avanço necessário é instituir

TESE 3

“O SINSPREV QUE QUEREMOS”

TESE DO COLETIVO “DEMOCRACIA E LUTA”

ÍNDICE

1- EM DEFESA DO SINSPREV INDEPENDENTE E DE LUTA, Pág.20:

- a) Breve histórico dos sindicatos;
- b) É possível construir a mudança?
- c) Sindicato como prestador de serviços ou instrumento democrático de luta?

2- CONJUNTURA: NOSSA ANÁLISE SOBRE O MUNDO, Pág.20;**3- NOSSAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS, Pág.21;**

- a) Limitação dos mandatos e liberações consecutivas;
- b) Revogabilidade dos mandatos e liberações controladas pelas assembleias;
- c) Por Departamentos fortes com caráter deliberativo;
- d) Eleições para as delegacias regionais com urnas nos locais de trabalho;
- e) Manutenção de plenos direitos para todo demitido político;
- f) Retorno da proporcionalidade direta e qualificada;
- g) Convenções de chapa;

4- COMBATE ÀS OPRESSÕES! Pág.22**5- ORGANIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA DO SINSPREV, Pág.23;****6- APOSENTADOS, Pág.23;****7- INSS: BALANÇOS E PERSPECTIVAS, Pág.24:**

- a) Acordo de 2008: uma ferida que segue no seio da categoria;
- b) Uma greve justa atacada brutalmente pelo governo;
- c) Um isolamento que nos enfraqueceu;
- d) Era possível vencer;
- e) 2010, um ano de reorganização do movimento;
- f) A luta por um conselho de representantes de fato;
- g) Assistentes sociais e servidores do edital de 2004 reacendem a luta pelas 30 horas;
- h) GT: muitas ilusões, poucos resultados práticos;
- i) Nos unir aos demais servidores, arrancar na luta nossos direitos;

8- INSS: ASSISTENTES SOCIAIS, Pág.25:

- a) O fórum de assistentes sociais de São Paulo;
- b) A luta dos assistentes sociais pelas 30 horas no INSS;

9- POR UMA SAÚDE SOCIALISTA PARA OS TRABALHADORES, Pág.25:

- a) Elementos da agonia da saúde;
- b) O financiamento da saúde – uma inversão radical de prioridades;
- c) Combate às privatizações e terceirizações – as coveiras da Saúde Pública!
- d) Saúde do Servidor;
- e) Trabalho em Saúde (Federais);

10- EM DEFESA E RECUPERAÇÃO DA GEAP, Pág.29;**11- CULTURA E ARTE: POR UMA****CULTURA POLÍTICA E UMA POLÍTICA DE CULTURA, Pág.29;****“DEMOCRACIA E LUTA”****O SINSPREV QUE QUEREMOS****1 - Em defesa do SINSPREV Independente e de Luta**

Nos dias 13, 14 e 15 de abril desse ano, acontecerá o XI ConSINSPREV – Congresso do sindicato – onde as diversas correntes políticas e ativistas independentes da base do SINSPREV/SP irão debater e disputar suas posições políticas, e onde será definido os rumos e o caráter que a entidade tomará nos próximos 3 anos.

Em nossa tese, traremos diversas propostas para os setores que compõe a categoria – Saúde, INSS e aposentados – bem como propostas de combate às opressões e de reformas no estatuto e funcionamento do sindicato. Pretendemos com ela apresentar nossa concepção sobre o sindicato.

BREVE HISTÓRICO

Os sindicatos foram uma criação da classe trabalhadora, ainda no séc XIX, para serem instrumentos de organização de sua luta por direitos, salário, melhores condições de vida e trabalho, bem como de resistência contra os diversos ataques dos patrões e governos – também conhecidos por classe burguesa. Se hoje possuímos uma série de garantias e direitos, tais como, jornada diária de 8 horas, 13º salário, férias, insalubridade, licença maternidade, direito de greve, auxílio creche, aposentadoria, salário mínimo, entre outros, foi a custo de muita luta da classe trabalhadora organizada em seus partidos e sindicatos, que durante muito tempo foram ilegais, perseguidos e reprimidos pelos Estados.

Quando os sindicatos eram ilegais e clandestinos, a luta era muito mais difícil. Fazer assembleias, que hoje acontecem aos montes, naquela época era crime. Os trabalhadores tinham que se reunir às escondidas, e planejar uma greve era uma decisão, literalmente, de vida ou morte. Nessa época as contribuições financeiras aos sindicatos eram feitas exclusivamente por trabalhadores com o fim de servirem principalmente de fundo de greve. Sendo assim, os sindicatos eram um instrumento completamente independente dos governos e patrões e lutavam unicamente pelos interesses da classe trabalhadora, pois, como diz o ditado, quem paga a banda, escolhe a música. Todavia no Brasil, com Getúlio Vargas, com a desculpa de “facilitar” e “legalizar” a luta sindical,

os sindicatos foram completamente atrelados ao Estado, ganhando a legalidade, porém perdendo em muito sua independência política.

Com a subida do PT ao governo, além da estrutura sindical burocrática getulista, temos formas superiores de cooptação material dos dirigentes sindicais com o advento do imposto sindical e os fundos de pensão. Muitos sindicalistas se tornaram membros do governo – como foi o caso do ex-ministro da previdência que havia sido diretor de SINSPREV/SP no início dos anos 90. A contradição está justamente no fato de que agora, que a constituição nos garante uma série de direitos inclusive para lutar, temos uma estrutura sindical atrelada jurídica, política e financeiramente ao Estado e aos governos freando as mobilizações dos trabalhadores. As sucessivas traições à classe trabalhadora por parte de grandes centrais sindicais como CUT, CTB, Força sindical acontecem por essas entidades atuarem como uma correia de transmissão da política do governo e da burguesia para “amansar” e controlar a luta.

É POSSÍVEL CONSTRUIR A MUDANÇA?

Mesmo dentro desse quadro não muito animador, existem formas de resistir à burocratização e garantir a independência política e financeira dos sindicatos. Hoje está em curso um processo de reorganização sindical e política promovido por ativistas independentes, sindicatos e partidos de esquerda, concentrado principalmente em torno da central sindical e popular CSP-CONLUTAS, que defende a independência política dos históricos instrumentos de luta da classe trabalhadora.

Essa reorganização, da qual nosso coletivo – “Democracia e Luta” – é parte ativa, defende um funcionamento democrático e anti-burocrático para as entidades do movimento dos trabalhadores.

Nossa atuação tem que sempre visar à participação ativa da base nos espaços de discussão e deliberação do sindicato, bem como promover formação política para a categoria, ser um espaço de denúncia e luta contra os ataques e assédios machistas, racistas e homofóbicos das chefias, garantir a lisura na lide com as finanças do sindicato e que estas sejam utilizadas exclusivamente para luta dos trabalhadores – fundo de greve, caravanas massivas para atos e mobilizações, ajuda para organizações de trabalhadores em luta de outras categorias, etc. Também devemos dar o combate para superar o corporativismo e nos unir as demais categorias, tanto

do funcionalismo público quanto de toda classe trabalhadora, para garantir campanhas fortes e massivas que de fato sejam capazes de enfrentar – e vencer – o governo e os patrões!

SINDICATO COMO PRESTADOR DE SERVIÇOS OU INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO DE LUTA?

Uma eleição sindical não pode ser vista como um cheque em branco passado pela categoria ao diretor eleito. Este não é um prestador de serviços contratado para encaminhar ações judiciais e negociar com o governo e patrões sobre o que nos prejudica menos. Um diretor do sindicato é um representante de um setor da base, que para continuar sendo de fato representada tem que ter voz e presença ativa para cobrar sempre as ações dos que foram por ela eleitos. Ao contrário do parlamento, em que votamos em deputados, senadores, vereadores, prefeitos, etc, de quatro em quatro anos e não sabemos nem podemos ter controle de suas ações e, muito menos, tirá-los caso não cumpram as promessas de campanha, a diretoria de um sindicato deve ser a representação direta dos trabalhadores, acompanhada cotidianamente por eles, e modificada sempre que necessário.

Nós do coletivo “Democracia e Luta”, que constrói a central CSP-Conlutas, defendemos que o sindicato seja um instrumento da luta dos trabalhadores, onde estes possam ter a certeza de que terão sua voz ouvida e suas demandas defendidas. Que seja um espaço de ampla discussão política e que seja voltado exclusivamente para a promoção da mobilização dos trabalhadores em prol de seus direitos, e isso não é possível sem uma ampla participação da base.

Venha lutar com o ““Democracia e Luta”” por um sindicato voltado para a mobilização dos trabalhadores, anti-burocrático, democrático, classista e solidário com as lutas da classe trabalhadora de conjunto!

TODOS AO XI CONSINSPREV!

Boa leitura!

2 - Conjuntura: nossa análise sobre o mundo

O mundo vive uma crise econômica desde 2007/2008, evidenciada com a crise do banco Lehman and Brothers. É consensual entre os analistas econômicos que esta é a maior crise econômica do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Vários países da Europa estão à beira da falência, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália. Tanto na

TESE 3

Europa quanto nos EUA vários bancos, seguradoras e indústria não faliram porque receberam generosas doações e empréstimos governamentais. Tudo o que o FMI e os “experts” em economia falaram que era errado o Brasil e os países pobres fazerem (déficit público, subsídios à indústria, etc..) está sendo feito nos países ricos, com o aval deste mesmo FMI.

Nada indica que a situação vá melhorar nos próximos anos. Ao contrário, é muito possível que o mundo viva uma recessão em 2012. O Brasil, de certa forma, por enquanto tem caminhado num sentido contrário. Embora tenhamos sentido os reflexos da crise mundial em 2009, com algumas fábricas demitindo em massa como a Embraer, de conjunto a economia de nosso país vem crescendo nos últimos anos. Este fato gera uma grande ilusão na classe trabalhadora, de que o Brasil está imune à crise mundial e que o governo federal é competente.

Infelizmente, temos de alertar que estas idéias são ilusórias, portanto falsas. O Brasil não está imune à crise, o que tem “segurado nossa barra” é o crescimento da economia da China, que compra muito minério e soja (comodities). Só que a locomotiva chinesa pode ter de frear a qualquer momento, se a fraqueza da economia européia e americana se aprofundar. Mais grave do que isso, o governo brasileiro não é competente. Ao contrário, Dilma (e Lula, anteriormente) nada mais fez do que manter a política econômica de seus antecessores tucanos.

A prioridade dos tucanos e, depois, dos petistas, foi o controle dos gastos públicos, com cortes sistemáticos nos gastos sociais, seja através da DRU (desvinculação das receitas da união), seja através do achatamento dos gastos com a previdência ou a saúde. O valor das aposentadorias pelo INSS está tremendamente defasado, o que perturba o sono de milhões de aposentados que contribuíram religiosamente em dia quando estavam na ativa. Os gastos federais com saúde são muito baixos, o que foi mais uma vez comprovado com uma pesquisa recente que mostrou que as famílias gastam mais com saúde do que o governo. Para piorar, o congresso nacional acabou de votar a EC 29 e não definiu o piso de gastos federais com saúde (ao contrário dos municípios e estados, que tem piso definido por lei).

A mídia e o governo não se cansam de propagandar que o desemprego nunca esteve tão baixo, mas o déficit habitacional existente é na casa dos milhões. Acabamos de assistir o espantoso episódio do Pinheirinho, aonde o governador Alckmin, mancomunado com a “justiça” estadual e a PM, organizou um banho de sangue para desocupar um terreno de uma comunidade de milhares de pessoas, com casas de alvenaria, igrejas, pequeno comércio, instalado desde 2004. Tudo isso porque o Pinheirinho fica situado numa área de especulação imobiliária, aonde o plano é construir residências para a

população de alto poder aquisitivo. É a criminalização do movimento social em nome de uma ordem que só favorece aos ricos.

O movimento dos trabalhadores procura responder aos inúmeros ataques feitos pelos governos e pela patronal. Para esta resposta ser mais eficaz, é preciso que seja o mais unificada possível, pois os inimigos são implacáveis. Como já afirmamos, o problema é que o instrumento construído pela classe trabalhadora para lutar, a CUT, foi cooptado pelo governo. Muitos líderes sindicais, que dirigiram importantes movimentos grevistas nos anos 80, hoje estão sentados nos gabinetes de Brasília defendendo a posição do governo de congelar o salário dos servidores federais. Por isso, de alguns anos para cá, iniciou-se a construção de novos instrumentos de luta. O principal deles é a CSP Conlutas, que tem estado presente em boa parte dos principais enfrentamentos feitos pelo movimento sindical, popular e da juventude de nosso país.

O governo vem atacando o conjunto da classe trabalhadora colocando na ordem do dia a nossa luta unificada com os demais servidores públicos federais e todos os trabalhadores. Temos a batalha contra a PL 1992/07, que cria a previdência complementar do funcionalismo e diminui ainda mais as possibilidades de conquistarmos a paridade entre ativos e aposentados. Outra batalha é contra a proposta de congelamento de nossos salários por dez anos, que vira e mexe o governo propagandeia como forma de aumentar o superávit público. Enganam-se aqueles que consideram impossível isso acontecer. A Grécia acabou de votar um pacote econômico que reduz em mais de vinte por cento o valor do salário mínimo oficial.

Em outubro teremos eleições municipais, precisamos de um posicionamento firme de nossa entidade, na defesa de um serviço público que de fato sirva aos trabalhadores, contra o desmonte da previdência e saúde públicas. Neste sentido propomos que o SINSPREV, junto a outras entidades sindicais e populares, elabore um programa que defenda estes princípios e o apresente aos partidos da classe trabalhadora. Só aqueles partidos e candidatos que defenderem este programa poderão ter o nosso apoio!

Chegou a hora do SINSPREV e da FENASPS se juntarem à construção de um instrumento de luta unificada, contra o arrocho e o desmonte do serviço público. Não podemos esperar nem mais um minuto para participar deste processo, antes que seja tarde demais. Por isso propomos a filiação do SINSPREV à CSP Conlutas e participação no próximo congresso nacional desta entidade.

3 - Nossas propostas de alterações estatutárias

Diante de inimigos tão poderosos

como o governo Dilma e toda a burguesia que a sustenta, precisamos de um Sinsprev forte, dinâmico e democrático, capaz de responder às diferentes realidades da categoria e unificar sua base. E para isso é necessário que adequemos não só sua atuação política no movimento, mas também suas formas organizativas, mudanças que passam pelo seu próprio estatuto.

Limitação dos mandatos e liberações consecutivas

Em primeiro lugar, para que o Sinsprev se aproxime da base dos trabalhadores e responda às suas demandas, é preciso reverter o processo de burocratização pelo qual tem passado. Entendemos que tal processo não é um problema moral, qualquer sindicato ou movimento social, por mais combativo que seja, está sujeito a ter desvios de burocratização. Principalmente após duras derrotas e o arrefecimento das lutas, que abrem o caminho para que os sindicatos sejam cada vez mais vistos apenas como escritórios judiciais e prestadores de serviços, e não como instrumentos de luta pelos direitos de nossa classe. Ocorre assim o afastamento da base dos fóruns dos sindicatos, levando à diminuição do controle sobre os dirigentes e o distanciamento dos mesmos da realidade das categorias.

Este é um processo pelo qual passa o nosso Sinsprev, e temos consciência de que a via para a reversão do mesmo passa por um processo de lutas que leve a categoria de volta aos fóruns do sindicato e forme novos dirigentes. Porém, algumas medidas práticas podem ser tomadas desde já para conter tal caminho. Uma delas é a limitação do número de mandatos e das liberações sindicais. É necessário que se formem novas lideranças que renovem as gestões do sindicato, para isso além da limitação do número de mandatos a que cada diretor pode permanecer no cargo, se faz necessária também uma política séria de formação para a categoria.

Lembrando que qualquer limitação de mandatos ou de liberações só tem efeito se se levar em consideração os mandatos e liberações exercidos também na Fenasps, do contrário corremos o risco de haver uma alternância entre as entidades, tornando nulos os efeitos de tal medida e sem o dirigente retornar ao seu trabalho.

Revogabilidade dos mandatos e liberações controladas pelas assembleias

Nosso método de democracia precisa ser diferente da democracia dos ricos que vive nosso país, onde não existe qualquer controle sobre os mandatos, só o do poder econômico. Nossos representantes sindicais devem estar a todo momento sob nosso controle, obedecendo as deliberações de nossos fóruns de democracia direta e com mandatos passíveis de revogação a qualquer tempo; sejam representan-

tes de base, sejam diretores ou membros do conselho fiscal. Evidentemente deve ser dado amplo direito de defesa e se estabelecer critérios claros para qualquer revogação, a fim de que este instrumento não se torne meio de perseguição política.

Reconhecemos também como um ganho para o movimento a possibilidade de haver diretores liberados dedicados integralmente à luta pelos direitos da categoria, sendo necessário inclusive se lutar para que se amplie esse direito, que atualmente sofre forte limitação estatal.

Porém, se tais liberações não estiverem sob o mais restrito controle da categoria, acabam se tornando uma via para a burocratização mesmo dos mais combativos dirigentes, afastando-os da realidade da categoria após sucessivas liberações. Sendo assim, deve ser decidido em assembleia quais dos nossos representantes serão liberados de ponto, devendo os mesmos prestarem contas regularmente nos fóruns da categoria, assim como ser passíveis de ter sua liberação revogada.

Por departamentos fortes com caráter deliberativo!

Os governos de frente popular de Lula e Dilma foram mestres na arte de divisão da classe trabalhadora, estabelecendo divisões mesmo dentro das próprias categorias. No funcionalismo público tal divisão foi ampliada com o instrumento das gratificações e com tabelas salariais diferenciadas com a desculpa de estabelecer reestruturação de carreiras, na prática, inexistentes. Acabou também com os aumentos lineares para o serviço público, além de nos dividir em mesas de negociações separadas, criando cada vez mais realidades distintas entre as diversas categorias. Mesmo no interior delas, como é o caso de nossa Seguridade Social, onde dentro de um mesmo prédio da Saúde temos por vezes 4 ou mais regimes ou contratos de trabalho. Também no INSS, deixado completamente de lado do ramo da Seguridade Social pelo governo, sendo transformado cada vez mais numa mera empresa seguradora distante de sua função social.

Ao mesmo tempo em que precisamos lutar contra a divisão que o governo tenta estabelecer entre os trabalhadores, buscando sempre unificar as lutas e fortalecendo nossa solidariedade de classe, nosso sindicato precisa dar respostas organizativas a essa nova realidade, sob o risco de se afastar da categoria e contribuir ainda mais para sua divisão. A diversidade de realidades existentes atualmente leva a necessidade do fortalecimento de nossos departamentos específicos, seja o da Saúde, do INSS e de aposentados.

Hoje caímos numa situação na qual o governo nos faz diversos ataques setorializados, para os quais por vezes somente nossas assembleias gerais não são capazes de dar resposta. Inúmeras são as reclamações dos servidores, tan-

TESE 3

to da Saúde quanto do INSS, quando são chamados para fóruns do sindicato e acabam sendo discutidos temas somente de outro setor da categoria, cuja realidade atual é bastante distinta da sua. Problemas como esse acabam gerando mais divisão na categoria, pois, incapaz de encontrar resposta e espaço para debater suas questões, os servidores se afastam do sindicato ou até mesmo, iludidos pelos traidores da CUT, procuram alternativas como o SINSSP governista.

O método mais eficaz para unificar nossa categoria e reaproximá-la da classe trabalhadora é justamente dar vazão às suas necessidades organizativas, conseguindo assim levá-la à luta e no processo convergirmos novamente nossas pautas. As questões específicas de cada setor da categoria devem ter como fórum de discussão preferencial seus departamentos, seja o da Saúde, INSS, ou de Aposentados. Esses devem ser fortalecidos, ter reuniões regulares, boletins próprios, além de poder de deliberação.

Isso, porém, não pode se dar com qualquer prejuízo àqueles que devem seguir sendo nossos fóruns máximos de decisão entre os congressos, ou seja, as Assembléias Gerais e Conselho de Representantes, que são órgãos que abrangem toda a categoria e devem seguir tendo poder deliberativo superior.

Porém, longe de enfraquecer tais organismos, essas medidas os fortaleceriam, pois abririam espaço para que nem todas as decisões e discussões tenham que passar por eles. Isso permitiria que se discutisse com mais profundidade em nossas assembléias as questões comuns à Seguridade Social, ao funcionamento de nosso sindicato, ao funcionalismo público e à classe trabalhadora de conjunto.

Eleições para as delegacias regionais com urnas nos locais de trabalho!

Na sua origem as regionais representavam um real movimento da base. Eram realizadas amplas assembléias e reuniões para medir a real mobilização da região. Porém, infelizmente hoje percebemos que muitas vezes delegacias são criadas sem obedecerem critério precisos, causando um grande problema no Sinsprev que é o distanciamento crescente de suas delegacias regionais da base dos trabalhadores. Reconhecemos estas como instrumentos importantíssimos para levar nosso sindicato às diferentes regiões do estado, aproximando o Sinsprev da categoria. Porém, ainda que algumas delegacias cumpram um importante papel e se destaquem pela sua combatividade, infelizmente a maioria hoje não tem conseguido exercer um papel de mobilização ativa da categoria.

O papel de nossas delegacias deveria ser de articular reuniões nos locais de trabalho, assembléias regionais, materiais de acordo com a realidade local, se articular com os movimentos sociais das diferentes cidades. Mas infelizmente não é isso que ocorre na maioria

dos casos. Tal fato precisa ser mudado e, para além das ações políticas necessárias para isso, como por exemplo a necessária realização de cursos de formação nas regionais para formar seus ativistas, se faz necessário também adequar o método de realização de eleição das mesmas.

Caso existisse um assenso de lutas em nossa categoria, e esta frequentasse ativamente o sindicato, as assembléias seriam o melhor fórum para eleger as delegacias regionais. Isso porque permitem que, para além da escolha dos nomes, se exerça a democracia direta dos trabalhadores, fazendo-se a discussão coletiva do que tais representantes devem fazer, de como as delegacias devem funcionar. Porém, não é esta a realidade atual da categoria, havendo pequena participação nas assembléias eleitorais, ficando a maioria dos servidores alheios ao processo.

Num momento de refluxo nas lutas, é necessário que o sindicato vá até os trabalhadores. Pensando nisso, nosso coletivo “**Democracia e Luta**” tem dado a batalha para que tais eleições se dêem com urnas nos locais de trabalho. Mas infelizmente nosso estatuto já foi colocado como impeditivo para que isso ocorresse, necessitando assim ser adaptado para que expresse claramente que as eleições para as delegacias devem ser realizadas com voto em urna. Tal procedimento já foi realizado em algumas delegacias, como a de Piracicaba, por exemplo, uma das mais combativas de nosso sindicato, dando um exemplo de aproximação com a base da categoria.

Manutenção de plenos direitos para todo demitido político

Nesta mesma delegacia tivemos o maior exemplo de perseguição política a um dirigente sindical em nossa categoria das últimas décadas. O combate ao governismo, justamente na que era a maior base do SINSSPelego, levou o governo a se utilizar de desculpas para instalar um PAD contra o principal dirigente de tal regional, chegando a ser pedido a demissão do mesmo, estando o processo em Brasília.

Caso o mesmo fosse demitido hoje, perderia não só o emprego, como também seus direitos políticos no sindicato, pois nosso estatuto não prevê essa possibilidade. Esta é uma grave lacuna, que deve ser corrigida, garantindo todos os deveres e direitos de filiado a todo militante que for demitido devido a qualquer processo de perseguição política.

Retorno da proporcionalidade direta e qualificada

Por fim, mas não menos importante, precisamos rediscutir o método da eleição da própria diretoria do Sinsprev. Há 7 anos teve fim o método de eleição proporcional em nosso sindicato, e nos cabe hoje fazer um balanço de tal medida. O fim da proporcionalidade levou

de fato a um avanço na organização da categoria?

Até 2005 as eleições de nosso sindicato se davam de maneira que, de acordo com a votação obtida, cada chapa elegia mais ou menos diretores para o Sinsprev, ficando todos os setores com peso na base representados. Porém, no IX Consinsprev, por iniciativa dos governistas que na época eram maioria na direção do sindicato, a proporcionalidade foi suprimida, passando as direções a serem majoritárias.

Através desse método de eleição a chapa vencedora assume todos os cargos de direção do sindicato, ficando os setores da categoria que fizeram outra opção de direção excluídos de representação. Não contar com correntes políticas que tem influência sobre setores da base, mesmo as mais burocráticas, só acaba levando ao isolamento dos setores da categoria que momentaneamente acreditam em tais direções, dificultando o sindicato de incidir sobre os mesmos.

Além disso, a manutenção do atual modelo de funcionamento majoritário no Sinsprev acaba levando a que setores minoritários para que não se vejam excluídos do sindicato e possam continuar levando adiante as políticas de suas bases, se vejam obrigados a escolher entre, ou fazer composições com setores com os quais não possuem afinidade programática, ou ter sua representatividade retirada do sindicato.

Tal método de funcionamento acaba na prática limitando a capacidade de escolha da categoria. O correto seria permitir que a base escolhesse no voto com quais setores mais se identifica, sem que para isso se ver excluída de representação caso sua opção seja minoritária. Em nossa opinião, portanto, o balanço do método de eleições majoritárias em nosso sindicato é negativo: hoje temos um sindicato paralelo e muitas desfiliações, levando à divisão da base dos servidores e dificultando ainda mais as mobilizações.

A própria Fenasps hoje funciona de maneira proporcional e, por mais problemas e críticas que façamos à nossa federação, tal mecanismo permite que mesmo nós, assim como outros setores minoritários e críticos, participemos de sua direção. Caso estivessem excluídas de sua representação na direção, as bases que nos elegeram teriam muito mais dificuldades de ver as políticas com as quais concordam discutidas e levadas a cabo.

Por esses motivos, nós do coletivo “**Democracia e Luta**” defendemos o retorno das eleições proporcionais ao Sinsprev. Com todos os setores que tem representatividade na base presentes na direção, a possibilidade de realização de ações unificadas que envolvam o conjunto da categoria é muito maior. A categoria só teria a ganhar com o retorno da proporcionalidade ao Sinsprev.

Convenções de chapa

Além disso, acreditamos que, inde-

pendentemente da forma de eleger a direção do Sinsprev, seja majoritária ou proporcional, qualquer composição de chapa também deve passar pelo crivo da categoria. No próprio congresso do Sinsprev, espaço máximo de presença da base, deve haver tempo livre para a realização de convenções de chapa, a fim de que os trabalhadores possam discutir o programa e a composição das chapas que disputarão a direção do sindicato.

4 – Combate às opressões!

A opressão é sempre utilizada pela classe dominante para submeter nós trabalhadores a condições distintas de exploração. É exatamente esse conceito que explica porque os trabalhadores negros são a parcela da classe trabalhadora mais explorada. A opressão das mulheres também é utilizada para justificar e ampliar a exploração. No capitalismo, essa opressão - exploração se manifesta de várias formas: a reprodução e manutenção da força de trabalho, através do trabalho doméstico não remunerado, e a utilização da mão-de-obra feminina por salários mais baixos.

Na seguridade social temos o exemplo prático do ataque a previdência através da ampliação da idade da aposentadoria realizado pela presidente Dilma, que apesar de ser mulher, por tanto oprimida, serve aos interesses do FMI e do Banco Mundial que exploram a classe trabalhadora brasileira. Portanto, é preciso fazer uma diferenciação de classe organizando a luta com os setores oprimidos da classe trabalhadora.

As mulheres são maioria na nossa categoria, e entre os trabalhadores terceirizados nos nossos locais de trabalho. A precarização das relações de trabalho, a falta de concursos públicos, a manobra no desvio de função que passam os assistentes sociais hoje, a falta de creches nos locais de trabalho ou o sucateamento e falta de manutenção nos poucos que existem, o auxílio creche de apenas R\$ 89,00 também são reflexo da relação de descaso do governo com a nossa maioria feminina. O assédio moral que estamos submetidos (inclusive por mulheres chefes que reproduzem o machismo) é sempre mais forte sobre as mulheres, principalmente as negras. Não raramente encontramos aposentadas que sustentam a família, tem grandes gastos com saúde privada e nenhum tipo de apoio do governo. Vemos também as várias jornadas de trabalho das trabalhadoras da saúde para complementar o salário. Contudo, ainda não conquistamos o espaço para fazer este debate de forma ampla com nossas companheiras. Organizar um movimento dentro SINSPREV que abarque a luta contra as opressões está na ordem do dia. Precisamos de um espaço no sindicato onde possamos denunciar o machismo, o racismo e a homofobia presentes no nosso cotidiano de trabalho, assim como para

TESE 3

reivindicar nossos direitos. **Assim, defendemos:**

- **Reformulação da atual "secretaria de políticas sociais" por uma SECRETARIA DE COMBATE ÀS OPRESSÕES NO SINSPREV, e núcleos de combate às opressões nas sub-sedes e regionais do SINSPREV no Estado que sejam um espaço de denúncia e organização das lutas e campanhas, bem como atuem promovendo cursos, palestras e seminários e que componham e apoiem os movimentos classistas de luta contra as opressões.**

- **A criação de uma creche na sede do sindicato e em todas as atividades feitas pelo SINSPREV/SP para permitir que as mulheres que são mães e avós participem das atividades sindicais!**

- **Formulação de um programa de formação política que debata os temas ligados às opressões, como por exemplo: A opressão e a luta das mulheres na história e Globalização e racismo: Raça e Classe.**

- **Que no jornal periódico do SINSPREV e em seus boletins haja sempre um espaço destinado ao debate de combate às opressões na base da categoria, sendo um espaço vivo de denúncia, diálogo e politização para os servidores.**

- **Contra a flexibilização dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores!**

- **30 horas já! Contra a dupla jornada de trabalho das mulheres!**

- **Por uma nova política pública de atenção à saúde da mulher que garanta a atenção em todos os aspectos de opressão à mulher (biológico, social e psicológico em todas as fases da vida)!**

- **Pela redução da jornada de trabalho para o conjunto da classe trabalhadora, sem redução salarial por entender que esta é determinante para a condição de saúde da mulher!**

- **Por creches de qualidade nos locais de trabalho, que funcionem 24 horas e que possuam profissionais qualificados em saúde e educação!**

- **Fim da terceirização! Por concursos públicos para todos os cargos do serviço público!**

- **Por paridade salarial entre ativos, aposentados e terceirizados.**

5 - Organização e transparência financeira do Sinsprev/SP

Propomos que passe a ser obrigação a elaboração de Orçamento Financeiro e Fluxo de Caixa para o SINSPREV, determinando toda uma metodologia a ser adotada desde a elaboração até a aprovação, implantação e publicação.

A preocupação central é estabelecermos um sistema e método de controle dos recursos financeiros do SINSPREV, adotando-se procedimentos uniformes, igualitários e antecipadamente planejados, nas aplicações dos recursos financeiros arrecadados, sem o engessamento burocrático, mas usando

técnicas simples capazes de ajudar na transparência das finanças.

O extinto Sindifisp - Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social - implantou um eficiente programa de controle das finanças que a qualquer momento emitia relatórios de fluxos de caixa e possuía travas no sentido de evitar que se gastasse acima do previsto na proposta orçamentária. Minimizando o risco de descontrole financeiro.

Por falta de um adequado e metódico planejamento financeiro, os encaminhamentos de propostas políticas aprovadas nos fóruns, têm sido dificultadas ou prejudicadas, gerando tensionamentos desnecessários.

Um dos instrumentos contábeis mais importantes para um bom planejamento de caixa é o Orçamento Financeiro, também conhecido como Fluxo de Caixa. É a projeção das receitas a serem arrecadadas e as aplicações dessas receitas por sub-períodos de um período maior. Pode ser elaborado tanto a curto ou a longo prazo.

As principais finalidades do orçamento financeiro, ou de caixa, podem ser assim esquematizadas:

a) Indicar, a partir da existência inicial de disponibilidades (dinheiro) em caixa, a provável sobra de caixa no final do período;

b) Planejar e controlar os desembolsos de caixa no período pré-estabelecido, objetivando formar reservas necessárias para encaminhar propostas políticas previamente planejadas ou aprovadas. Para isso é necessário, no início de cada exercício financeiro, a realização de fóruns voltados especialmente para planejar e elaborar as atividades políticas previstas e, logicamente, planejar os recursos necessários;

c) Permitir a coordenação dos recursos de caixa, evitando-se os descontroles financeiros em decorrência de pagamentos de despesas para as quais não existam recursos previstos;

e) Planejar, antecipadamente, as necessidades de empréstimos ou da busca de receitas extraordinárias.

É preciso deixar claro que o Fluxo de Caixa, ou Orçamento Financeiro, não é uma camisa de força. Ele pode ser alterado a qualquer momento, desde que se comprove a necessidade perante um organismo que pode ser determinado pelo Estatuto, por exemplo a Assembléia, o Conselho de Representantes, etc.

O argumento de que é impossível um planejamento financeiro confiável levando-se em consideração que os fatos políticos são dinâmicos e, a quaisquer momentos, podemos ter eventos inesperados como, por exemplo, greves, não se sustentam.

No orçamento são priorizados os gastos fixos e não controláveis como, por exemplo, despesas com o pessoal, manutenção dos veículos, despesas com telefones, honorários do contador, gastos com informática, etc. Para as despesas com, por exemplo, mobilização, congressos, encontros, etc., classificadas como variáveis ou incon-

troláveis, também poderão ser destinadas dotações orçamentárias. Para as pequenas despesas, geralmente as mais urgentes, é possível implantar-se fundos fixos. As previsões das despesas são efetuadas a partir de um estudo histórico do comportamento dos gastos num determinado período.

Faz-se necessário também que os demonstrativos financeiros trimestrais e balancetes semestrais já aprovados em assembléia sejam disponibilizados para o conjunto da categoria através do site e do jornal do sindicato.

PROPOSTAS:

Após o acima exposto, propomos:

- **Que no Estatuto do SINSPREV contenha um artigo ou capítulo determinando que, no prazo de até 30 (trinta) dias após a posse da Diretoria eleita, se convoque um fórum especial para planejamento de todas as atividades previstas para o período de um semestre; que posteriormente, sempre um mês antes do vencimento de cada semestre, se adote o mesmo método administrativo;**

- **Que planejadas as atividades, a Secretaria de Finanças, com a assessoria do responsável pela Tesouraria e Contabilidade, se elabore um Orçamento Financeiro ou Fluxo de Caixa para um semestre e que as conciliações ou checagens sejam efetuadas regularmente;**

- **Que este Orçamento seja estruturado seguindo-se o mesmo plano de contas estabelecido para a execução da contabilidade, o qual deve ser proposto e aprovado pelo Conselho de Representantes ou por Assembléia especialmente convocada para esse fim. Um plano de contas contábil previamente analisado e aprovado, ajuda na padronização dos relatórios financeiros.**

- **Que o Orçamento de Caixa, ou Financeiro, seja elaborado no sentido de contemplar todas as atividades previstas no planejamento;**

- **Que sejam apresentados demonstrativos financeiros trimestrais e balanços semestrais, publicados em todos os mecanismos de imprensa do sindicato;**

- **Que se faça valer a decisão de diversas assembléias sobre a constituição urgente de um fundo de greve e que se destine 5% da arrecadação mensal do sindicato para esse fim, o dinheiro proveniente das ações judiciais, bem como a verba advinda da venda da antiga sede do Sinsprev.**

- **Que as eleições para o Conselho Fiscal do Sinsprev se dêem em pleito separado das eleições gerais.**

6 - Aposentados

Os servidores públicos são os principais alvos dos governos que tentam contornar a crise internacional em nível mundial. Apesar de uma explosão popular, o parlamento da Grécia apor-

vou um pacote de contenção de gastos, todavia os aposentados foram os mais atingidos com o drástico corte de pensões e aposentadorias. No Brasil, o crescimento econômico que ainda existe já apresenta sinais de desaceleração, e os aposentados que enfrentam uma realidade adversa marcada por aposentadorias rebaixadas, fruto da política de arrocho do Governo federal, podem ainda ser ainda mais sacrificados. Não é por outro motivo que têm sido o segmento mais participativo ao longo desta gestão com presença espetacular em todas as atividades.

Fazendo uma retrospectiva, nos deparamos com vários exemplos de empenho e perseverança nas lutas e na organização que resultaram em várias conquistas da categoria, demonstrando força de quem, no dia a dia, se integra na busca de seus objetivos. O que é muito importante. Você, hoje aposentado, estava lá.

Desde o início da década de 80, os previdenciários se fizeram presentes a cada ameaça ou imposição dos sucessivos governos, demonstrando força e organização na manutenção ou ampliação dos seus direitos, a exemplo das 30 horas.

No decorrer dos anos a adequação do Estado ao modelo neoliberal impôs a flexibilização das relações de trabalho, implicando na redução ou retirada de direitos trabalhistas, da qual os servidores públicos não ficaram ilesos.

A começar pela ausência da correção salarial, a aposentadoria integral, como forma de compensar a inexistência do fundo de garantia por tempo de serviço, nos é negada com a clara intenção de mudar pela base o regime jurídico único e o regime geral de aposentadoria. Para tanto, criaram um sistema de avaliação de desempenho, que naturalmente, exclui o aposentado e o servidor que vier a se aposentar, e o agravante é que o novo projeto de reestruturação do pessoal do poder executivo, elaborado pelo ministério do planejamento, define muito bem esta disparidade entre ativos e aposentados.

Ninguém pode negar que a categoria está empenhada em reverter a situação para que reconquistemos a paridade. Porém nossa capacidade de pressão, por vários fatores, não é o mesmo que de 12 anos atrás. Contudo não podemos esmorecer, apesar da briga ser mais jurídica que política, temos que encontrar os possíveis caminhos que nos possibilitem solucionar os problemas da categoria, inclusive da nossa construção enquanto classe.

Para que a principal bandeira - a defesa da PARIDADE entre ativos, aposentados e pensionistas - seja prioritária para toda a categoria, intensificando a ação de nosso sindicato, apresentamos as seguintes propostas:

EM ÂMBITO NACIONAL:

- **Que FENASPS organize uma campanha permanente e introduza o tema veementemente em todos os**

TESE 3

seus materiais, cartazes, faixas, camisetas e etc, agregando a CNESEF e a COBAP que aponte a PARIDADE na Campanha Salarial para fortalecer esta luta para que tenha eco nos três poderes;

- Que se organize um dia nacional de luta com amplo envio de mensagens eletrônicas às autoridades e panfletagem nos principais locais de fluxos da população expondo a penúria dos aposentados à sociedade civil. Devemos utilizar as tribunas populares de câmaras de vereadores para exigir que se enviem moções para o Ministério do Planejamento também buscando espaços em rádios para divulgar nossa pauta de reivindicações.

- Propomos que sejam promovidas vigílias permanentes nos tribunais pela execução de pleitos pendentes e adicionando a população usuária em suas lutas concretas como a Alta Programada e o Fator Previdenciário, Contra as Privatizações e Terceirizações.

- A decisão do STF que reconheceu o direito a paridade em 80 pontos para os aposentados, na nossa compreensão só será conquistada de fato se houver uma ampla mobilização como ocorreu com a recente lotação de servidores nas galerias do Congresso Nacional que levou a vitória que tivemos da PEC 270, que integraliza as aposentadorias por invalidez, que em sua ampla maioria eram proporcionais e com reduções pela média do tempo de serviço.

- Paridade já! 100 pontos para todos os aposentados e pensionistas!

- Reajuste de proventos de acordo com o Dieese;

- Aplicação imediata da súmula do STF que garante 80 pontos para todos os aposentados e pensionistas retroativo a GDATA;

- Contra a redução de pensões pelo critério de idade;

- Contra a retirada de VPNI's;

- Pela aprovação da pec 555, que versa sobre a extinção da taxaço de inativos;

- Imediata aplicação do mandado de injunção 880, integralmente e para todos os servidores (conversão de tempo insalubre para efeito de aposentadoria no período do regime jurídico único) - para tanto é urgente a alteração da norma técnica nº e nº 10 que excluem os servidores administrativos que trabalham nas mesmas condições de natureza insalubre;

EM ÂMBITO ESTADUAL:

- Fortalecimento do Departamento de Aposentados;

- Que os aposentados possam ser eleitos para o Conselho de Representantes do sindicato em assembléia própria.

- Montar uma "comissão da paridade" composta pelos membros do departamento de aposentados que ficará responsável pela elaboração de uma campanha pela paridade que terá por objetivo dialogar com ativos e aposentados;

- Elaborar uma cartilha da paridade para fazer a discussão com ativos e aposentados;

- Fazer um vídeo didático sobre a questão da paridade;

- Construir atividades culturais politizadas;

- Resgatar o histórico de luta da categoria;

- Cursos de formação política regulares para aposentados, INSS e Saúde;

7 - INSS: Balanços e perspectivas

Foram anos turbulentos para os servidores do INSS desde o último CONSINSPREV. Temos agora um novo congresso, num momento em que segue a luta pelas 6 horas para todos os servidores e contra o congelamento salarial. Mas, para melhor nos armarmos para os embates do próximo período, é preciso fazer um balanço de nossa atuação sindical nos últimos anos, verificar quais os erros cometidos e realizar as correções necessárias.

O ACORDO DE 2008: UMA FERIDA QUE SEGUE NO SEIO DA CATEGORIA

Desde o último congresso, nós do Coletivo "Democracia e Luta", caracterizávamos que a assinatura do acordo de 2008 foi um erro, pois já estava em andamento acelerado no governo a discussão do aumento de nossa jornada de trabalho. Num momento como esse, assinar um acordo com duas tabelas salariais, uma de 30 e outra de 40 horas, abriu caminho para a perda de nossas 6 horas diárias. Foi neste momento que o governo programava o início dos ciclos de avaliação de desempenho. No acordo a grande maioria dos aumentos se deu na GDASS, tornando nossos salários dependentes desses ciclos e aumentando a quebra da paridade entre aposentados e servidores da ativa. Além disso, boa parte da categoria não aderiu a greve devido ao acordo já assinado, nos dividindo, ou seja nos enfraquecendo. Nesta situação foram dadas mais armas para o governo perante o judiciário e a imprensa, que sempre nos atacam.

Hoje estamos com os salários congelados e atrelados à produtividade, sem paridade e com a maior parte dos servidores ainda com 40 horas. Também corremos o risco de, em breve, ter um salário real equivalente ao que tínhamos antes do acordo. Que isso sirva de lição aos companheiros dos setores que defenderam o acordo, que erraram ao defender tal acordo na época e venceram a discussão nos fóruns da FENASPS.

UMA GREVE JUSTA ATACADA BRUTALMENTE PELO GOVERNO

Mesmo assim nós fomos à luta contra a implementação das 40 horas e da produtividade. A partir das assembléias de base, a categoria adiantou seu calen-

dário, contando com o apoio ativo de nosso coletivo nos estados em que atuamos (SP, MG, RJ e SE).

Entretanto o governo Lula utilizou nosso movimento como ensaio para a repressão ao funcionalismo público, um exemplo para as demais categorias do que passaria a fazer com aqueles que o desafiavam. Recorreu ao STJ para declarar a abusividade da greve antes mesmo dela começar, levando os mais receosos a recuarem e descontando os dias parados dos ativistas que fizeram a greve. Acionou a CNTSS/CUT para dividir o movimento, com seus sindicalistas utilizando sua influência, seus sindicatos e delegacias regionais para furar a greve. Foram tão pelegos que seus principais dirigentes foram expulsos do quadro do SINSPREV, criando o SINSSP, sindicato paralelo que já nasceu filiado a CUT governista e cuja principal dirigente hoje integra os quadros do governo. E não pára por aí, Lula se utilizou também da terceirização via 135 para minar o movimento, realizando parte dos serviços outrora feitos pelos servidores, precarizando um trabalho que deveria ser público. Usou a polícia para garantir que as agências abrissem mesmo sem funcionários, a fim de passar a impressão de que a greve não existia, sempre com a nefasta colaboração da imprensa. Mesmo assim nós trabalhadores do INSS não desistimos, realizamos uma forte greve, não fomos derrotados sem luta, mantivemos viva a luta pelas 30 horas.

UM ISOLAMENTO QUE NOS ENFRAQUECEU

Os principais responsáveis por nossa derrota foram certamente os governos e seus lacaios, mas a FENASPS cometeu erros importantes que poderiam ter sido evitados. Como se afastar do movimento dos servidores federais, de seus calendários de luta e de sua coordenação, a Cnesf. O ataque à nossa greve iniciou um movimento que culminou na derrota de diversas outras categorias, se fazia necessário um amplo movimento em nossa defesa. Já anos antes, nossa federação ficou de fora da principal iniciativa do movimento sindical de oposição ao governo, a CSP-Conlutas. Preferiu se unir a uma Intersindical carente de iniciativas políticas, contribuindo para o nosso isolamento. Consideramos um avanço a FENASPS ter passado a integrar a Cnesf de maneira ativa, bem como a discussão com a CSP-Conlutas. Outra questão que precedeu a própria greve foi a pouca preparação para a mesma. Desde antes da assinatura do acordo o governo deixava claras suas intenções, era necessário uma grande campanha nos locais de trabalho para preparar a categoria. Em São Paulo, onde foi votado contra o acordo, o grupo majoritário na época, a ASS, nada fez para mobilizar a categoria, contribuindo para que não fôssemos à greve com a força necessária.

ERA POSSÍVEL VENCER!

Iniciada a paralisação, deveríamos ter ido com tudo aos locais de trabalho para espalhá-la, contar com nossos principais dirigentes para ser tribunos propagadores da greve, realizar atos de rua e atividades que dessem visibilidade ao movimento, marchar a Brasília, ocupar ministérios se necessário fosse. Porém, infelizmente não foi esse o caminho escolhido. Logo de cara, todo o foco foi voltado para a judicialização da greve, semeando ilusões numa justiça que já tinha se provado vendida e debilitando o movimento a cada liminar perdida. Obviamente deveríamos utilizar todas as ferramentas judiciais disponíveis, mas este não poderia ser nosso foco.

Semanas antes do final da greve, a maioria da direção da FENASPS, com a exceção de nosso coletivo, se precipitou ao defender o seu término baseados em uma promessa verbal de negociações futuras do secretário executivo de nosso ministério, caso a greve se encerrasse. Não ampliamos a greve. O que aconteceu então é que, chegado o recesso parlamentar, a greve entrou num beco sem saída, com a categoria temerosa por PADs e sem perspectivas. Só então o coletivo defendeu o fim da greve, pois o contrário seria deixar os mais aguerridos isolados sofrendo perseguição.

Mesmo assim consideramos correto fazer a greve. Se não tivéssemos resistido as 40 horas teriam passado como um simples consenso. A greve foi a impulsionadora da resistência que prossegue até hoje na luta para que tenhamos nossa jornada de volta.

2010, UM ANO DE REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Mesmo com o refluxo na mobilização em nossa categoria, o movimento de reorganização da classe trabalhadora que se iniciou com a ascensão de Lula ao poder e a traição da CUT prosseguiu. Nesse contexto se deu o Conclat, congresso do qual o SINSPREV fez parte e que buscava reagrupar todos os movimentos de oposição ao governo, principalmente a Conlutas e a Intersindical.

Não iremos entrar aqui num balanço de tal congresso, mas este teve consequências sérias para o funcionamento do SINSPREV, fato que é preciso analisar. A participação de nosso sindicato nesse importante evento não se deu sem polêmicas, pois o setor majoritário da direção do SINSPREV na época, a ASS, insistiu na política de adiar tal debate, contribuindo para nos manter isolados. Tal política levou a um racha na direção, com este grupo perdendo a maioria no sindicato e se formando uma maioria instável em torno de uma nova corrente, o Avançar na Luta. O SINSPREV passou também a adotar uma postura mais crítica com relação a direção da FENASPS, representando um avanço que nós apoiamos.

Meses depois ocorreu outro importante congresso, o da FENASPS. Era a

TESE 3

oportunidade de corrigir diversos problemas em nossa federação, iniciar a reversão de seu afastamento da base e da burocratização de seus fóruns, reaproximá-la das movimentações do restante da classe, mas não foi isso que se deu. Apesar de nossos esforços, não ocorreu praticamente debate político algum na base, os delegados foram eleitos sem qualquer discussão. Com a exceção da tese do nosso coletivo, que já estava pronta antes e foi disponibilizada e debatida com aqueles com quem tínhamos contato, as teses só foram disponibilizadas no próprio congresso, quando não havia nem tempo para lê-las.

Ocorreu assim um congresso esvaziado de debate político, cuja única medida prática foi renovar o mandato da direção. Se conformou um novo bloco majoritário, composto pelas correntes APS, ASS e o Pcdob. Havíamos levado uma série de propostas de alterações estatutárias, que passavam pelo fim dos delegados natos nos fóruns da FENASPS e pela ampliação da participação da base nos mesmos. Porém, diante da falta de debate, foi cometido o erro de adiar a discussão para uma plenária específica sobre o assunto. Esta, que deveria ter sido realizada no final do mesmo ano, não foi feita até hoje.

A LUTA POR UM CONSELHO DE REPRESENTANTES DE FATO

Após muita insistência de nosso coletivo, a por diversas vezes adiadas eleição para o conselho de representantes do SINSPREV, que deveria ter sido realizada em 2009, finalmente ocorreu.

Esta infelizmente não se deu da maneira mais democrática possível. Com a exceção de nós, as demais correntes que compõem o sindicato ou não foram aos locais de trabalho realizá-la, ou a fizeram de maneira irregular. Na maioria das vezes não foram realizadas nem mesmo assembleias para debater a escolha dos delegados e o papel dos mesmos, como previsto em nosso estatuto, sendo meramente passada uma lista de presença para referendar algum nome.

Somado ao fato de parte dos antigos representantes terem traído a categoria e ido para o SINSSP/CUT, formou-se um conselho onde ainda não estão presentes a maioria dos locais de trabalho. É preciso ampliá-lo e democratizá-lo, de forma a que seja de fato a voz da base da categoria.

Ainda assim a realização das eleições e a garantia da regularidade das reuniões foi um avanço para aumentar a representatividade do SINSPREV. Isso porém não deve obscurecer a necessidade de corrigir tais erros na próxima gestão.

ASSISTENTES SOCIAIS E SERVIDORES DO EDITAL DE 2004 REACENDEM A LUTA PELAS 30 HORAS

Durante esses meses de discussão, outros processos de mobilização se da-

vam. Após a aprovação de legislação que atestava a jornada semanal de 30 horas a todos os assistentes sociais, tais profissionais tiveram sua expectativa frustrada justamente no funcionalismo público. No INSS houve a organização dos mesmos para a luta pela implementação da lei, tendo sido ampliado em São Paulo o fórum de assistentes sociais, órgão que já se reunia por iniciativa de um grupo do qual fizeram parte desde o começo os camaradas de nosso coletivo. Passou então a abranger os profissionais com legislação específica, impulsionando a realização de reuniões nacionais, num processo que levou a uma paralisação em primeiro de março. A luta direta deste movimento seguiu com os servidores fazendo eles mesmos a jornada garantida em lei, ainda que sofrendo descontos.

Porém, somente São Paulo e alguns servidores do Rio Grande do Sul o fizeram, e mesmo aqui a maioria das delegacias regionais falhou em impulsionar a mobilização, ficando o movimento isolado. Em São Paulo a ASS, em conjunto com a maioria da direção do CRESS atuou firmemente para levar o movimento para a frágil luta jurídica.

Nacionalmente tal processo foi mais grave, pois na maioria dos outros estados nem fóruns houve, não foi realizada o registro das 6 horas no Sisref, não se deu sequência a outras iniciativas que não fossem judiciais após a paralisação. Mas, mesmo com a derrota, a mobilização desse setor da categoria teve um papel vital, pois reviveu a luta pelas 6 horas nos locais de trabalho, sendo também parte de um processo de resistência que segue até hoje.

Ao mesmo tempo, em São Paulo o SINSPREV conseguia liminar garantindo que os servidores do edital de 2004 realizassem jornada de 30 horas. Nós do Coletivo "Democracia e Luta" dizíamos desde o começo que esse ganho era temporário, pois o o governo possui forte controle sobre o judiciário, e quanto mais o processo sobe em suas esferas, maior é a força dele para barrá-lo.

Sendo assim, enxergamos nessa vitória jurídica uma oportunidade de utilizá-la para alavancar a mobilização do conjunto dos servidores, defendendo que todos fizessem desde já a jornada ao invés de esperar o processo terminar, realizando atos nos tribunais, assembleias nos locais de trabalho, reascendendo a luta pelas 30 horas. Após muito debate isso foi aprovado nos fóruns do sindicato, e assim se deu. Ainda que, como esperado, o governo tenha conseguido derrubar nossa liminar, não conseguiu barrar o início da volta da mobilização nos locais de trabalho.

GT: MUITAS ILUSÕES, POUCOS RESULTADOS PRÁTICOS

Após diversas mobilizações em Brasília, o governo abriu negociações com diversas categorias e nesse contexto foi criado o GT de Carreira do Seguro Social. Tal fato, em conjunto com diver-

sas concessões apontadas logo de cara pelos integrantes de tal grupo, levaram a um certo refluxo nas mobilizações, com a categoria na expectativa de que tais promessas fossem cumpridas.

Mais uma vez infelizmente a direção da FENASPS não agiu para que a categoria superasse tais ilusões. Não foram realizadas assembleias na maioria dos estados, tampouco formado comitês e campanhas de mobilização, só se aguardou o término das negociações.

Ao final, tivemos o episódio lamentável do único membro do SINSSP na mesa se retirar para integrar os quadros do governo, tendo o mesmo nos enrolado até que o orçamento fosse fechado. Ficamos assim mais um ano sem aumento e sem nenhuma concessão que onerasse o governo, como a incorporação da GDASS que havia sido apontada, a qual diminuiria o problema da paridade e o assédio moral das avaliações.

NOS UNIR AOS DEMAIS SERVIDORES, ARRANCAR NA LUTA NOSSOS DIREITOS!

Acabamos nos desligando da campanha salarial do funcionalismo público, as greves que ocorreram foram isoladas e acabamos mais uma vez com os salários congelados. Mesmo a questão de nossa jornada de trabalho foi diversas vezes postergada. Deveria estar em curso uma grande campanha de mobilização na base da categoria, e cabe à FENASPS fazê-lo, pois tal iniciativa não partirá dos governistas do SINSSP/CNTSS/CUT.

É urgente reverter esse processo e nos integrarmos de fato as mobilizações do funcionalismo público e da classe trabalhadora, pois sozinhos dificilmente conseguiremos reverter nosso congelamento salarial.

- **30 horas em lei e para todos já!**
- **Incorporação da GDASS!**
- **Aumento real já!**
- **Pela anistia e devolução dos descontos da greve de 2009;**
- **Paridade entre ativos e aposentados!**
- **Unificação com o movimento em defesa do funcionalismo público!**
- **Contra a retirada dos direitos da classe trabalhadora!**

8 - INSS – Assistentes Sociais

A maioria dos assistentes sociais hoje no INSS entraram no último concurso de 2009. Esses profissionais entraram num momento em que o serviço social no INSS se encontrava totalmente desestruturado ou quase inexistente. Além desse quadro em que se encontrava o serviço social, no instituto havia, e ainda há, um grande déficit de servidores. As agências do INSS tem funcionando na base do sufoco, sem servidores e com uma enorme demanda para atender, sem contar as metas e avaliações produtivistas que tem provocado o adoecimento da categoria.

Diante desse quadro, quando os

assistentes sociais entraram no INSS ficaram focados na avaliação social do BPC/LOAS para pessoas com deficiência, trabalhando principalmente com a demanda que estava represada. Nesse momento muitos profissionais se despararam com a falta de condições de trabalho para atender à população, sem salas, sem materiais, equipamentos, Etc. Prejudicando o sigilo profissional e um atendimento de qualidade.

Com o passar do tempo, após atenderem a demanda represada, os assistentes tiveram que enfrentar a pressão do desvio de função. Muitas chefias lançando mão do assédio moral, pressionavam, e ainda pressionam, esse profissionais para que façam serviços técnicos administrativos, desconsiderando a formação e as atribuições desses profissionais no Instituto. Em poucas palavras, para as chefias tem sido mais interessante usar esses profissionais para tapar o buraco da falta de servidores do que buscar uma reestruturação do serviço social.

O FÓRUM DE ASSISTENTES SOCIAIS DE SÃO PAULO

Diante desse quadro, os profissionais não se calaram e não ficaram inertes. Como espaço de discussão e organização política, foi criado, em novembro de 2009 o Fórum dos Assistentes Sociais, o que permitiu uma primeira aproximação desses profissionais com o sindicato e à categoria como um todo. Num primeiro momento as principais discussões eram justamente o desvio de função e o assédio moral que os profissionais estavam enfrentando nas agências.

A criação do fórum em São Paulo foi importante, pois provocou os assistentes sociais em outros estados, que buscaram os sindicatos e/ou CRESS para que pudessem se reunir e discutir as questões no coletivo. No entanto, em muitos estados as direções sindicais não procuraram organizar politicamente esses profissionais ou faziam de forma burocrática sem garantir a participação nos fóruns e decisões políticas.

A LUTA DOS ASSISTENTES SOCIAIS PELAS 30 HORAS NO INSS

Após a aprovação da lei 12.317/10, que garantia aos assistentes sociais a jornada de 30 horas semanais, a luta pela implementação dessa jornada de trabalho no INSS ganhou força e mobilizou assistentes sociais de todo o estado de São Paulo e todo o Brasil.

9 - Por uma saúde socialista para os trabalhadores

Reafirmamos centralmente o pressuposto de que, o SUS nasceu do acirramento da luta de classes na década de 80, fruto de um processo de reforma sanitária brasileira que estava alinhado a um explosivo enfrentamento e amplas mobilizações pelo qual vivia a nossa sociedade que rompia com a ditadura militar e exigia o direito às liberdades

TESE 3

democráticas, nesta ocasião defendíamos enfaticamente a bandeira “**POR UM SISTEMA DE SAÚDE ÚNICO, ESTATAL, UNIVERSAL E DE BOA QUALIDADE SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES**”, enquanto nos balcões dos Postos de Assistência Médica (PAM’s) do Ex-Inamps na prática eram extintas as matrículas de emissões e manutenções de CIB’s (Cartão de Identificação de Beneficiários), que condicionavam o acesso ao atendimento ao vínculo empregatício, ou seja, mediante carteira assinada, o que excluía uma grande parcela da população brasileira face ao alto índice de desemprego reinante.

A nossa defesa do SUS- lei do SUS-8080/88-como bandeira democrática que “constitucionalmente” traduz os seus princípios de Universalidade, Integralidade Publicidade, equidade dentre outros, representa uma conquista da classe trabalhadora brasileira de conjunto não inibiu e nem tão pouco proibiu que o crescimento desenfreado da participação da iniciativa privada. Somando-se a este elemento não definiu e nem garantiu uma fonte de financiamento. Deste modo, a combinação de dois fatores como a relação permissiva com a iniciativa privada e o subfinanciamento vinculado a uma agenda de reformas neoliberais introduzidas no Brasil na década de 90 reduziram as responsabilidades do Estado, ampliou-se o sucateamento e as privatizações aumentando o espaço para a acumulação drástica de capitais nos setores sociais, principalmente pelo mecanismo de incentivos às PPP’s (Parcerias Público-privadas), tornando a saúde um lucrativo mercado. Hoje muitos dos então “defensores do SUS” são gestores ou ocupam cargos burocráticos no governo, nos sindicatos, confederações e no parlamento implantando este projeto.

Portanto resgatamos categoricamente que o modelo de saúde que queremos não ocorrerá no sistema capitalista que tem por objetivo o lucro e a apropriação do excedente gerado do trabalho pelo capital com a introdução de uma reestruturação produtiva sob o manto da exploração.

Na esteira das maiores preocupações e necessidades cotidianas da classe trabalhadora, a saúde é reconhecida como o principal problema, sendo considerado o maior desafio enfrentado pela população brasileira para 24,2% dos entrevistados em pesquisa realizada pelo conselho nacional de secretários de saúde. Para ter uma dimensão real deste quadro até 1998, as autoridades políticas e a classe dominante confiavam na saúde pública para se tratar, todavia nos dias atuais buscam atendimento no exterior ou em famosos e sofisticados hospitais e, a partir de 2003 com o drástico desmantelamento dos serviços de saúde prestados ao povo, 31,2 milhões de brasileiros já haviam ingressado no mercado de planos de saúde privados. O Presidente Lula que acusava os governos anteriores de desonerar e desossar o SUS promovendo a migração para a assistência médica,

hospitalar e odontológica de grupos da medicina lucrativa, teve em seus dois mandatos um salto para 45,6 milhões na clientela de convênios particulares, o que vem crescendo sistematicamente.

Constata-se que 75% dos brasileiros que dependem de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), os possíveis motivos da preocupação dos usuários podem ser compreendidos durante qualquer contato com equipamentos públicos de saúde. Neste aspecto nós, trabalhadores da Seguridade Social, somos profundos conhecedores porque vivenciamos a saga de inúmeras famílias por atendimento de qualquer natureza na rede pública de saúde desde os mais simples aos de maior complexidade. É preciso frisar que, na rede privada com preços mais acessíveis, a classe trabalhadora sofre de idênticos problemas. O fenômeno do processo de envelhecimento população brasileira que leva ao crescimento de doenças degenerativas (cardiovasculares e cânceres dentre outras), doenças típicas de países imperialistas. Contudo, os indicadores de saúde apontam que no governo brasileiro não se deu respostas para dramas de saúde que estes países resolveram a meio século, tais como mortalidade infantil e neonatal, recém-nascidos com baixo peso e expectativa de vida aos nascer, altos índices de tuberculose pulmonar, hanseníase, dengue, cólera e de outras doenças características de países atrasados que estavam sendo erradicadas, mas que tem reaparecido em um volume assustador na última década.

Em novembro de 2011, Dilma Rousseff lançou um programa federal de atendimento médico domiciliar para pacientes idosos provenientes do SUS denominado “Melhor em Casa”, que preconiza reduzir a necessidade e o tempo de internação que não se materializou efetivamente e, tem o objetivo de restringir o acesso desta faixa etária no fluxo de internações em alta complexidade pelo alto custo que exige e um serviço de emergência que complementaria o SAMU, que na sua essência é a privatização da locomoção de doentes. Outro grave e vergonhoso problema de saúde pública é a violência urbana que tem interrompido vidas de jovens pobres, principalmente negros e moradores de comunidades carentes. É preciso ressaltar a operação desencadeada na chamada Cracolândia em São Paulo, em que doentes dependentes de drogas foram vitimados pela violência de estado perpetrada pelo Governador Geraldo Alkimim e pelo Prefeito Gilberto Kassab, atacando as conseqüências e mantendo intactas as causas de um problema crucial de saúde pública com uma política de internação involuntária que nada mais é do que o aprisionamento forçado de moradores de rua com o afã de higienizar a cidade, ofertando o espaço público para atender aos interesses da especulação do mercado imobiliário em aceleração.

ELEMENTOS DA AGONIA DA SAÚDE

Não são raras as notícias de escândalos envolvendo gestores da saúde pública em desvios de verbas, corrupções e sucateamento onde brasileiros doentes e mortes poderiam ser evitados. As recentes demissões que resultaram na queda de ilustres membros do governo estadual, como a exemplo do Secretário de Esportes, Jorge Pagura suspeito de ter recebido por plantões como neurocirurgião sem jamais ter comparecido no hospital, ou então a descoberta de um esquema de matrículas de funcionários fantasmas nos hospitais da rede de saúde carioca. Compra de materiais e medicamentos que são transferidos para particulares, superfaturamentos e favorecimentos próprios tramados com fornecedores e prestadores de serviços, frequentes assaltos a farmácias de hospitais e a proliferação de verdadeiras máfias que agem desviando remédios de alto custos de hospitais públicos. Fatos que ganham expressão na imprensa em geral e ilustram a situação de alguns equipamentos de saúde brasileiros. Enquanto isso, a classe trabalhadora brasileira segue adoecendo e morrendo de doenças previsíveis e curáveis como diarreias, cólera, dengue, malária, câncer do colo uterino, desnutrição e um longo etcetera. Deste modo, não é secundário considerar a forma como se vive, adoece e morre é diferente entre as classes sociais. As estatísticas anunciam um fragoroso alongamento da expectativa de vida, porém esta sobrevida é maior entre as classes abastadas.

O Setorial de Saúde da CSP-CONLUTAS subscreveu o manifesto da Frente Nacional contra as Privatizações condenando o golpe desferido com pelo Ministro da Saúde Alexandre Padilha com a apresentação e aprovação sob protestos da Carta de Brasília ao final dos trabalhos na 14ª Conferência Nacional que desconsiderava a vitória contra as privatizações, por financiamento e controle expresso pela vontade das delegadas(os) e, repudiando ainda o fato de o mesmo se tornar Presidente do Conselho Nacional comprometendo o controle social da saúde pública previsto na CF. Lula delirou em 2006 ao afirmar que o SUS estava a um passo da perfeição e o atual Ministro deveria admitir o balanço negativo do PAC SAÚDE, o desmantelamento da FUNASA que redundará no alastramento de endemias e a veredicto que a FUNAI significa de fato a Funerária Nacional.

Na contramão do proclamado estado forte e provedor de serviços públicos de qualidade para a população, o governo federal focaliza os investimentos na iniciativa privada e no capital estrangeiro para investimentos na Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, em uma série de ações de interesse coletivo questionável que vem sendo tomadas, como no leilão dos nossos três maiores aeroportos. A situação se agrava com redução de valores de benefícios e aposentadorias e restrição às pensões por morte e, com o corte de orçamento da União em 50 bilhões que

Dilma executou em início de seu governo que teve forte impacto no SUS e nas condições de saúde do nosso povo. Neste ano aprovou o corte de 55 bilhões do Orçamento geral que são vitais para fortalecer os serviços prestados. O caos da saúde que vitimou recentemente o secretário de Recurso Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, fiel escudeiro da ministra Miriam Belchior, responsável direto pelo diálogo com os servidores que desnuda um dos reflexos negativos e um estelionato eleitoral deste governo. Neste sentido para a classe trabalhadora que se aflige com inúmeras mazelas promovidas pelo sistema capitalista a melhora do nível de vida tem relação direta com o acesso aos serviços e ações de saúde pública, gratuita e de qualidade, e esse direito é um dos que em sido negados a maioria dos brasileiros.

O FINANCIAMENTO DA SAÚDE – UMA INVERSÃO RADICAL DE PRIORIDADES

Recentes do IBGE referentes ao ano de 2009 revelam que o sistema de saúde brasileiro aponta para o desequilíbrio, pois o brasileiro gasta R\$ 29,5% a mais do que governo para ter acesso aos serviços de saúde. Enquanto o Estado tem um dispêndio de R\$ 645,27 por pessoa, o gasto per capita por família fica em R\$ 835,65. Em todo o território nacional metade das despesas são arcadas pelas famílias enquanto 43,7% são cobertos pela administração pública. Os gastos da administração pública passaram de 3,5% para 3,8% do PIB, enquanto as despesas das famílias subiram de 4,0% para 4,9%. Esta disparidade se torna mais atípica na geração de emprego no setor público reduziu 58.961 postos de trabalho enquanto o setor privado gerou mais de 58.840 vagas tendo como explicação o grande nº de aposentadorias e terceirizados que não foram contabilizados. Esta retração explica por si só a precário atendimento por falta de profissionais em um setor extremamente dinâmico que exige novas tecnologias e funcionários, mas sofre de uma imensa fragmentação. Assim, os governos de plantão atacam as verbas por uma opção política de favorecimento dos setores privilegiados da sociedade em prejuízo da classe trabalhadora, o que pode ser explicitado por alguns elementos:

- No Brasil foi aprovada em Dezembro último a prorrogação da DRU (Desvinculação dos Recursos da União) que permite que até 20% da totalidade dos recursos da União seja destinado para pagamento de outras despesas, principalmente aos credores da dívida pública, quando deveriam ser investidos prioritariamente a serviço da população e, segue enriquecendo a agiotagem bancária e aos grandes empresários. Em 2011 foram direcionados 930 bilhões de reais para arcar com juros e amortizações da dívida, um valor volumoso em reação ao orçamento do

TESE 3

Ministério previsto para a área.

- Existe uma recomendação da Organização Mundial de Saúde para que países com sistemas universalizados apliquem 6% do PIB no setor. Em todos os governos anteriores e vem sendo mantido por Lula/Dilma, o investimento perpetuou em torno de 7,5% do orçamento, sendo 3% do setor público e 4,5% do setor privado. Assim, o governo garantiu o lucro dos empresários da saúde e, subtraiu o direito do povo.

- A Emenda Constitucional nº 29 – que define percentuais de gastos das três esferas, depois de décadas de chantagens, negociatas e adiamentos foi aprovada em 08/12/2011, todavia sem novas fontes de financiamento, sendo mantidos 15% dos recursos dos municípios 12% dos estados e a União se recusou a vinculação de 10% da receita líquida do Orçamento contra os 7% atuais, que significaria em tese um acréscimo de 35 bilhões de reais para o custeio da saúde, que hoje atinge R\$ 71,5 bilhões. A lei determinou que pagamento de pessoal inclusive da saúde, merenda escolas, programas de alimentação saneamento básico, limpeza urbana, coleta de lixo dentre outros itens não fossem consideradas ações que podem ser contabilizadas nas contas da saúde, e foi rejeitada a criação da CSS (Contribuição Social da Saúde) que era previsto, mas inviabilizava sua cobrança porque não definia uma base de cálculo, todavia devemos estar alertas quanto possibilidade de retomada do assunto.

COMBATE AS PRIVATIZAÇÕES E TERCEIRIZAÇÕES-AS COVEIRAS DA SAÚDE PÚBLICA

Numa grave ofensiva ao SUS, o governo tucano aprovou a lei 1131/10, que foi regulamentada em julho/2011, a qual permite que 25% dos serviços de alta complexidade sejam gerenciados por organizações Sociais (OS), seja destinado a iniciativa privada, ou seja, o OTI (Centro de tratamento Intensivo) que antes atendia 10 pacientes atenderá no máximo 7 pacientes. Este é um exemplo do aprofundamento das privatizações em um cenário que 70% dos leitos hospitalares em geral estão nas mãos do setor privado, mas por força da mobilização foi suspensa por medida cautelar, porém o governo pode reverter.

A privatização da saúde e dos demais serviços sociais se dá pelo pagamento direto do serviço de saúde e, também quando os recursos vão para empresas privadas (OS, OSCIP, FEDP, SSA, EBSHU, ONG'S, por intermédio de convênios e consórcios para que estes executem ações de responsabilidade do poder público partindo do argumento de que o público e estatal é ineficiente, de maior agilidade na gestão, e os governos tentam levar a lógica empresarial para as entranhas do SUS, aprovei-

tando uma brecha da lei Orgânica do SUS que prevê serviços complementares, que está sendo utilizada para oferecer a totalidade dos serviços a rede privada. Em contrapartida, o programa de combate a AIDS, o sistema público de transplantes de órgãos, a distribuição de medicamentos de alto custo e outros massivos como de imunizações (vacinas) são a confissão de que quando se tem uma política consciente de priorizar os serviços públicos de saúde, as respostas são extremamente positivas. Estas empresas de caráter privado tem as mesmas características em diversos países, embora possuam uma infinidade de arranjos jurídicos e objetivos comuns: Extinção do funcionalismo público com o fim dos concursos públicos e a estabilidade no emprego, aumentar a exploração sobre os trabalhadores com planos de metas, seleção por critérios aleatórios perfis eivados de preconceitos de toda a monta em meio a salários condicionados a ritmos produtividade e avaliações desempenho, promover a abolição da previdência pública, liberar recursos públicos para investimento em mercado financeiros, oportunizar fraudes e desvios de verbas públicas sob alegação de que as licitações emperram a administração.

Pra ilustrar os desmandos, as 29 Organizações Sociais contratadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo receberam em 2011, a soma de 1,3 bilhões e totalizam em caixa R\$ 39 milhões por conta de serviços que não foram prestados e dentre eles 15 não realizaram nenhum serviço. Outra distorção é a distribuição de profissionais médicos que são quatro vezes maior na rede privada o que reflete a falta de investimentos no SUS. (FSP 01/11/2011).

A privatização da saúde também se expressa pelas terceirizações que submetem esses trabalhadores a remuneração e condições de trabalho diferenciadas, e por vezes, inferiores, como salário, cor de uniformes e uso de alas diferentes nos restaurantes. Medidas essas que confundem e dificultam a convivência social e o surgimento e fortalecimento da identidade de classe entre os trabalhadores potencializando as saídas corporativas em oposição a uma visão sólida enquanto classe trabalhadora.

A Medida Provisória 520/10- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares- que avança na privatização dos Hospitais Universitários foi editada no último dia de mandato do ex-presidente Lula. Contudo embora aprovada no Congresso Nacional caducou uma vez que foi votada fora do prazo de apresentação, devido a dois processos articulados: a crise da base governista frente ao escândalo Palocci e a pressão do funcionalismo federal que postergou ao máximo a votação. Embora tenha havido uma vitória parcial o governo retornou a ofensiva convertendo a Medida Provisória no Projeto de Lei nº 1741 que foi aprovada e sancionada, o que constitui um exemplo interessante para a compreensão de como as PPP's estão dentro de um projeto de esta-

do: Segundo o governo o objetivo era atender a exigência do TCU para que se regularizasse a situação de 30 mil trabalhadores terceirizados nos HU's que foram julgadas ilegais por serem pagas com recursos advindos do fundo público, assim a empresa faria uma triangulação, mas na prática o financiamento mantinha o financiamento público para a iniciativa privada, mas de uma maneira "juridicamente legal" com a infraestrutura cedida a ESERRH. Porque este recurso disponível não fora utilizado para contratação de pessoal por concurso público?

O modelo de Organizações que foi impulsionado em unidades existentes pelo Governador Mário Covas em 1996, todavia teve seu o questionamento na ADIN 1923 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pelo PT e PDT. O supremo concedeu parecer favorável a este modelo de gestão atendendo aos interesses econômicos da Medicina de Grupo Privada ao considera-los sem fins lucrativos em 2007, ao arripio frontal dos princípios do SUS. O julgamento definitivo da questão teve duas audiências suspensas com pedido de vistas do volumoso processo, em que pese toda a mobilização dos movimentos e setores organizados da luta pela saúde pública, esta postura do judiciário é fruto das pressões de poderosas entidades como a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e de partidos que como os signatários da medida dão sustentação ao governo.

No contexto de que o Sistema de Saúde no Brasil nunca foi 100% estatal e, frente a importância de intensificar esta luta, a reorganização do movimento sindical e popular é uma necessidade objetiva, e para tanto entendemos que, a unificação dos ativistas da saúde deve orientar uma perspectiva autônoma e democrática que seja fortalecida na base das categorias do setor em conjunto com a população usuária do SUS no sentido de barrar não só os avanços da privatização, mas efetivar a garantia do direito à saúde para todos os brasileiros. Por fim, mas evidentemente necessário, é uma tarefa fundamental que seja retomada a defesa do socialismo e do classismo dentro do movimento da saúde, por entendermos que enquanto houver a exploração do homem pelo homem, a vida assim como a saúde, será sempre uma mera mercadoria e, combatendo o duro golpe que soldará oficialmente a privatização e a falência do sistema de saúde brasileiro.

SAÚDE DO SERVIDOR

As doenças e acidentes de trabalho que atingem a classe trabalhadora são provocadas pela super exploração característica do modo de produção capitalista. Para obter lucro a burguesia imprime um ritmo produtivo alucinante, que associado a políticas de redução de custos fazem com que a saúde e a segurança no trabalho, sejam colocadas como necessidades secundárias.

Essa situação foi agravada pelo

desmonte neoliberal do Estado que promoveu o sucateamento de serviços públicos relacionados ao Ministério do Trabalho, como as Delegacias Regionais do Trabalho e o INSS. Por exemplo, com o desmonte do INSS não existe mais pessoal disponível para fazer a perícia no local de trabalho, o que dificulta o estabelecimento do nexa causal.

Vale destacar ainda os ataques à previdência social promovido pelo governo FHC no que diz respeito à legislação trabalhista, como por exemplo, a alta programada, ou seja, o trabalhador tem tempo pré-determinado para se recuperar e retomar ao trabalho. Mesmo sendo Lula um ex- trabalhador vítima de acidente de trabalho, seu governo manteve e aprofundou as alterações promovidas por FHC.

Os Dort's (Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho) conhecidos como LER (Lesão por Esforço Repetitivo) são os principais problemas relacionados ao trabalho. Segundo dados do Ministério da Previdência Social no Brasil os casos de LER/DORT cresceram 512% em 2007. Contudo, hoje as doenças de ordem psíquica tem aumentado devido a políticas de gestão baseadas na produtividade, nos programas de qualidade total, no assédio moral e por vezes, sexual e na flexibilização das leis do trabalho. Por exemplo, numa pesquisa realizada pelo SINSPREV-ES constatou-se que 32% dos trabalhadores de saúde entrevistados sofrem de LER. Em segundo lugar com 30% estão com problemas de depressão e ansiedade. A terceira causa de doença entre os trabalhadores de saúde é o alcoolismo, um índice altíssimo, de 20%, que é muito maior que na população em geral. Especialmente entre os trabalhadores da FUNASA.

Um grave problema enfrentado pelos trabalhadores é o assédio moral. Uma conduta abusiva, adotada por palavras, gestos ou atitudes, que, intencional e freqüentemente, atinge a dignidade e a integridade física e/ou psíquica da vítima, ameaçando seu emprego e degradando o ambiente de trabalho. Inúmeros trabalhadores sofrem com o assédio moral, freqüentemente: servidores públicos como um instrumento de coerção devido à estabilidade, trabalhadores com mais idade, trabalhadores que sofrem perseguição política e os acometidos de doença ou que sejam vítimas de acidente de trabalho. Estes últimos geralmente são assediados também por colegas quando retornam ao trabalho. As mulheres são vítimas freqüentes de assédio moral.

Ao pensarmos em saúde e qualidade de vida desse trabalhador é fundamental que possamos ter organizações nos locais de trabalho para lutar por saúde e segurança do trabalhador. Comissões de saúde e segurança dentro de todas as unidades, eleitas somente pelos trabalhadores. Por tudo isso, é fundamental os trabalhadores se organizarem em seus sindicatos, disputarem as CIPAS como um instrumento para promover melhores condições de trabalho com

TESE 3

minimização de riscos. Organizarem associações de lesionados e lesionáveis. Lutar pelo fim da alta programada, entre outras.

Por fim, destacar-se que a saúde do trabalhador está incluída entre os campos de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), onde este é responsável por promover ações de vigilância epidemiológica e sanitária, promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como, recuperar e reabilitar a saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Entretanto, o SUS não tem a categoria “trabalho” como algo central para formulação e implementação das políticas de saúde.

Com a implementação da produtividade, metas e aumento da carga horária no INSS muitos estão adoecendo e com isso o aumento dos afastamentos do trabalho, na saúde houve a suspensão do pagamento do adicional de insalubridade nos postos e hospitais, pois a administração federal não tem médicos/engenheiros/arquitetos peritos para realizar os laudos ambientais/individuais e mesmo assim não reconhece este direito para todos que trabalham em localidades insalubres negando veementemente este direito a uma parcela significativa da categoria. Temos relatos de aumento significativo de faltas/afastamentos ao trabalho por motivo de doenças, uso de medicamentos psicotrópicos, doenças cardíacas, hipertensão, diabetes, surtos psiquiátricos, quedas, casos de mortes durante e após término do trabalho; sem notificações relacionando às atividades profissionais extremamente desgastantes ou penosas visto que alguns chegam a uma carga horária de 10h...sem contar os tempos de percurso e no caso das mulheres a dupla jornada.

- Pagamento do adicional de insalubridade para todos que trabalham em localidades insalubres;

- Aplicação da NR NO.5/Normas Regulamentadoras do M T E/MIN. TRAB. , (CIPA) que as COMSAT's/ Comissão de Saúde do Trabalhador, de fato cumpram com a função de promoção, prevenção e segurança no trabalho;

- NR/Nº 9 (PPRA/Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

- Fornecimento de EPI's/Equipamento de Proteção Individual quando a atribuição assim o exigir;

- NR/Nº 17(adaptação das condições de trabalho/ergonomia às características psicofisiológicas do trab. Para bom desempenho, conforto e segurança) nas unidades do serviço público a exemplo das pertencentes à iniciativa privada;

- Que o serviço público tenha normas que estabeleça cargas horárias especiais e a readaptação aos servidores que estejam impedidos de exercerem suas funções no cargo por problemas de saúde;

- Serviço Médico-assistencial voltado para à saúde do servidor nas

unidades , inclusive com ambulância e atendimento domiciliar- de acordo com legislação trabalhista em caso de unidades com grande concentração de trabalhadores;

- Que sejam feitas campanhas de prevenção de acidentes de trabalho;

- Equipe com peritos para emissão de laudos para concessão de adicional de insalubridade e programas preventivos;

- Que seja emitida a CAT/Comunicação de acidente de trabalho visto que no serviço público isto não ocorre dificultando ao servidor relacionar seu adoecimento com sua atividade laboral e por conseguinte fazer valer seus direitos trabalhistas e médico-psicossociais;

- Que o SIASS de fato disponibilize unidades de atendimento médico-psicológico a todos os servidores;

- Fornecimento de medicamentos de alto custo aos servidores enquanto estiver em tratamento.

TRABALHO EM SAÚDE (FEDERAIS)

A campanha salarial de 2008 começou ameaçada pela ação das entidades sindicais governistas (CUT, CNTSS, CONDSEF) bloqueando qualquer possibilidade de construção da unidade. Os servidores não aceitaram a chantagem do governo, Lula na época, e em plenária nacional em fevereiro decidiram: "Não a repactuação! Cumprimento imediato dos acordos e Negociação já!

Fez isto sem discussão com a base, no intuito de confundir, dividir e alijar a FENASPS do processo de negociações, na tentativa de desmoralizar a entidade, que é a representação real e de fato do setor. Além de romper com a paridade e isonomia para aposentados classificando-os como um estorvo para o orçamento público da união, provoca um distanciamento e divisão do local de trabalho quando aumenta o valor das gratificações para o nível superior achatando o nível médio com justificativa em ilações do mercado. Este acordo não identifica as péssimas condições de trabalho e representa um grande risco para os servidores tendo em vista que as gratificações podem ser retiradas a qualquer momento, além de que elas são base para o PLP 248, projeto desengavetado de FHC em tramitação no congresso. Este projeto prevê a demissão por insuficiência de desempenho, sendo que duas avaliações consecutivas negativas e três intercaladas no prazo de cinco anos pode gerar a demissão, e onde foi implantada aumentaram os casos de assédio moral.

Após a aprovação no parlamento, a MP nº 431, que se transformou na lei nº 11.784/08 aglutinando a lei 11.355/06 reafirmando quatro anos de congelamento salarial (2011), associado ao reflexo dos altos índices de inflação que já se manifestam, se torna insuficiente para enfrentar a crise econômica mundial em curso em que o go-

verno já revela medidas penalizando os trabalhadores suspendendo concursos e adiando até estes acordos rebaixados, as direções governistas defendem estes acordos em parceria com a burguesia que propõe corte nos gastos públicos (folha de pagamento) e a imprensa que divulga constantemente que foram dados aos servidores reajustes até 140%. Diante disto, a nossa luta é por uma tabela única dos trabalhadores dentro do conceito de seguridade social, que engloba ANVISA e INSS.

Mais uma vez o governo Dilma, juntamente com as entidades como a condsef e cut, assinaram um acordo salarial rebaixado à revelia dos servidores da saúde, trab, funasa e Previdencia. Isto vai na contramão daquilo que foi assinado entre governo e entidades representativas dos servidores como a fenasps, no GT/Grupo de Trabalho do Min. da Saúde tendo como reivindicação central a equiparação salarial com o seguro social/INSS e a possibilidade dos cedidos não serem submetidos a avaliação de desempenho. Esta proposta indecente, assinadas pelas entidades pró governo está tramitando no congresso nacional através do PL 2203/2011 cujo “reajuste” médio é em torno de R\$ 90,00 para os aposentados e R\$ 211,00 para os ativos do nível intermediário. Os servidores fizeram manifestações em Brasília, entregaram carta aos parlamentares e exigem que suas emendas ao PL apresentadas pela fenasps sejam incorporadas.

Não aceitaremos esta enrolação com mais um ano de congelamento salarial como já declarou o governo Dilma deixando o PL 2203 praticamente “parado” no congresso nacional.

A política de privatização tem seu laboratório nacional de precarização da saúde em São Paulo. O ARE Heliópolis foi terceirizado, seguindo a política do Governo do PSDB em São Paulo de privatizar um patrimônio público de saúde. Nós vimos a terceirização do PAM Várzea do Carmo, PAM Maria Zélia. Alguns simplesmente foram desativados como PAM Centro, Consolação, Bela Vista, Tatuapé, Catão dentre outros e o Prates, Santa Cruz, etc, que se tornaram referência somente para determinada especialidade.

Estes poucos que restaram passaram a ser administrados pelas OS – Organizações Sociais - e fundações, teoricamente, “sem fins lucrativos”. Organizações como a SPDM – Sociedade Paulista de Medicina, ligada à UNIFESP, que teve o seu reitor envolvido nos escândalos do cartão corporativo e que se demitiu recentemente, é quem administra atualmente o PAM Várzea do Carmo e PAM Maria Zélia.

Agora, por último, o governo de São Paulo publicou um Decreto transformando o ARE Heliópolis em AME – Ambulatório Médico de Especialidades, que é administrado também por uma OS “sem fins lucrativos”. O SECONCI – Sindicato da Construção Civil a administrar o ARE Heliópolis, o mesmo que administra o Hospital de

Vila Alpina, que tem sido alvo de denúncias em jornais sobre péssima qualidade de atendimento. O clima entre os funcionários é de insegurança e dúvidas quanto ao nosso destino, pois o tratamento dado aos funcionários das outras unidades terceirizadas, foi de total descaso e de grande violência, pois quando a OS entra os servidores não podem permanecer na unidade. E pior, ninguém informa aos funcionários e aos pacientes o que vai acontecer, quais clínicas vão existir depois desta privatização. O PAM BELEM, embora o governo tenha determinado seu fechamento; segue atendendo à população por força decisão judicial da mobilização de funcionários e população.

O HOSPITAL BRIGADEIRO foi entregue à SPDM que fechou especialidades como onco-ginecologia, endocrinologia, pediatria dentre outras se tornando referência de transplantes; faz uma gestão calcada em autoritarismo e como se não bastasse também alterou o nome da unidade para EURYCLIDES DE JESUS ZERBINI.

No ano passado os funcionários e usuários do HOSPITAL HELIÓPOLIS foram surpreendidos com a informação de que o Pronto Socorro seria fechado. Foram realizados atos públicos com participação dos funcionários e comunidades usuária contrários ao fechamento do Pronto Socorro; exigindo a contratação imediata de funcionários e compra de medicamentos em falta como os oncológicos.

Esta luta unitária fez com que a Secretaria de Saúde recebesse as entidades representativas dos funcionários e comunidade onde foi assumido o compromisso de abertura de contratação de funcionários, regularização dos medicamentos oncológicos, comissão representativa para acompanhamento das medidas adotadas pela Secretaria de saúde, otimização do atendimento prestado à população e a manutenção do Pronto Socorro.

Nossa proposta é dar continuidade a estas atividades, inclusive com o desencadeamento de uma mobilização mais ampla, abaixo assinado à população no sentido de rever estas medidas de desmonte da saúde pública. Conclamamos a todos a cerrar fileiras conosco na defesa da saúde pública, estatizada e sob controle dos trabalhadores.

Em 2011 foi fechado o primeiro ciclo de avaliação de desempenho (produtividade) onde no primeiro momento 1/3 dos servidores cedidos ao SUS ficou fora, uma vez que os gestores, alguns de OSS, se recusaram a fazê-lo e também não possuíam computadores para acessar o Sistema de Avaliação de Desempenho – SAD. Muitos foram prejudicados com avaliação baixa (entre 8 e 17 pontos) e ademais os dias de efetivo exercício (conforme Lei 8.112), foram contabilizados como faltas (férias, Lic. Prêmio, Lic. Médica). Até agora os recursos impetrados pelos servidores não foram analisados pela comissão de avaliação de desempenho – CAD.

TESE 3

O Sinsprev/SP indicou 2 representações para compor a Sub-CAD para garantir os direitos dos servidores e aguarda o início dos trabalhos. O segundo ciclo de avaliação encerra em julho desse ano. Foram feitas alterações de critérios para avaliação e como sempre, o servidores só toma conhecimento quando já foi prejudicado.

Achamos um absurdo as gratificações por produtividade, pois aprofunda as disparidades com aposentados e entre ativos. Esta política prioriza a quantidade em detrimento da boa qualidade dos serviços de Saúde Pública prestado à população.

Com vistas a isso, propomos:

- Saúde é direito de todos e dever do Estado! Pela saúde como direito social conquistado pela classe trabalhadora e não mercadoria para os que podem comprar. Exigimos um sistema de saúde público, estatal, gratuito e de qualidade para todos. Pela implementação dos princípios do SUS.

- Dobrar as verbas para a saúde pública! Pelo financiamento mínimo de 6% do PIB para a saúde pública "estatal". Que as verbas para a saúde venham de impostos sobre a burguesia, como o imposto sobre grandes fortunas, até hoje emperrado no congresso. Contra medidas "tapa buraco" como a CSS (substituta da CPMF). Não à renúncia fiscal na saúde para hospitais filantrópicos!

- Pela estatização dos hospitais privados. Nenhuma verba pública para os hospitais privados ou filantrópicos.

- Contra a DRU (Desvinculação de Recursos da União), que permite que 20% dos recursos sociais sejam desviados para outros setores, como o pagamento da dívida interna e externa.

- Contra a Lei de Responsabilidade Fiscal! Contra o limite à expansão do funcionalismo público e a terceirização e privatização dos setores públicos.

- Luta por conselhos populares de saúde sob controle dos trabalhadores!

- Concursos públicos já! Contra as terceirizações e privatização das relações de trabalho seja na forma de contratos, cooperativas, ONG's, Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), o SSA (Serviço Social Autônomo) e Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP).

- Isonomia salarial para trabalhadores de mesma função e mesma escolaridade, independente da categoria profissional ou do vínculo empregatício.

- aRedução da jornada de trabalho! Carga horária de no máximo 30 horas semanais, sem redução de salário para todos os trabalhadores do setor saúde;

- Em defesa dos trabalhadores ter-

ceirizados! Que os trabalhadores terceirizados possam prestar concursos com uma pontuação maior, que facilite sua absorção no serviço público! Pela incorporação dos trabalhadores terceirizados aos sindicatos, pela unificação dos trabalhadores de saúde.

- Por uma saúde pública, estatal e laica!

- Saúde não é apenas ausência de doença! Investimentos maciços em prevenção e educação em saúde de qualidade.

- Implementação do ramo da Seguridade Social, incorporando a Previdência e o Ministério da Saúde sob a ótica dos trabalhadores;

- Não ao congelamento salarial e ao PL 549

- Isonomia salarial com o seguro social

- Incorporação das emendas dos servidores ao PL 2203

- Pela construção do ramo da seguridade social!

- Por um plano de carreira única com isonomia entre as 3 esferas!

- Não as transferências arbitrárias de servidores!

- Contra as gratificações produtivistas!

- Incorporação das gratificações aos salários!

- Incorporação das gratificações produtivistas aos salários!

10 - Em defesa e pela recuperação da GEAP

Em relação a este tema elaboramos um minucioso histórico e nesta atualização de tese apenas apresentaremos propostas visando a superação dos problemas, uma vez que, contraditoriamente, os informativos do GEAP indicam que 80% dos titulares e dependentes estão satisfeitos não apontando a fonte da pesquisa. Afirmamos que 80% dos que ainda não migraram para outros planos, querem a retomada de uma GEAP de auto-gestão, solidária e sob controle dos trabalhadores/assistidos;

Para tanto, nossa luta é:

- Por um a GEAP com autogestão, sem a ingerência de governos de plantão e abolição de cargos de confiança por critérios políticos com supersalários. Eleição direta para dirigentes do GEAP;

- Exigir que a GEAP estabeleça comunicação informatizada, transparente e ágil com os seus assistidos e completa reestruturação do atendimento odontológico e pericial;

- Suspensão imediata dos efeitos da Portaria nº 01, de 27/12/2007, e pela permanência definitiva dos pais sem ônus para o servidor;

- Ampliação dos credenciamentos em geral, com cobertura e abrangência a nível nacional, de acordo com a necessidade dos assistidos;

- Pelo fim da cobrança de alíquotas de pensionistas;

- Que as patrocinadoras assumam o per capita;

- Paridade no pagamento da per capita;

- Pela manutenção da Assistência Odontológica em todos os planos e contra a decisão judicial das operadoras privadas de saúde e questionamento do TCU, órgão guardião dos interesses do governo que exercem intromissão indevida em assuntos alheios a sua alçada, como ocorreu no caso do plano- referência;

- Revogação imediata da Resolução nº 418/08, da GEAP, que acarretará na extinção do GEAP-SAÚDE;

- Pela não aprovação do aumento de custeio pelo STF até que sejam apuradas as contas da Geap, Capes Saúde e demais planos de autogestão no funcionalismo;

- Pelo fato de caracterizarmos que se trata de um problema nacional propomos que a FENASPS lance imediatamente um abaixo assinado massivo em conjunto com demais entidades assistidas pelo plano impetrando uma ação no Ministério Público exigindo imediata auditoria pública nas contas do GEAP-SAÚDE e com revisão do percentual hoje aplicado aos assistidos que é de 8%;

- Melhoria dos serviços de atendimento e ampliação dos prestadores de acordo com a demanda nas localidades;

- Lançamento de manifesto conjunto com denúncias e exigências à GEAP assinado pelas entidades que tem assistidos;

- Envio de caravana pelo conjunto de entidades à Brasília exigindo a alteração da legislação quanto a composição e caráter do CONDEL e afastamento imediato dos conselheiros governistas atuais.

- Que a representação dos associados no CONDEL, CONSILT e demais conselhos sejam majoritárias e com caráter deliberativo;

- Que o processo eleitoral para composição dos conselheiros sejam o mais democrático e transparente possível e com limite de 2 mandatos aos eleitos.

- Pelo fim do calote aos prestadores que resulta no desmonte e sucateamento do plano;

11 - Cultura e Arte: por uma cultura política e uma política de cultura

Nós do Coletivo "Democracia e Luta" avaliamos ser necessário que o sindicato fomenta o debate sobre a cultura com a categoria e na sociedade. Vivenciamos hoje uma cultura cada vez mais elitizada e aburguesada. A arte na sociedade capitalista se transformou em apenas mais uma mercadoria a ser comprada no mercado em detrimento da cultura popular. O cinema, a música, o teatro, a dança e outras formas de expressão cultural estão cada vez mais voltadas para a reprodução da ideologia burguesa. Com isso, tem se perdido a

cultura genuinamente dos trabalhadores.

O papel da cultura, bem mais que diversão, é fazer avançar a consciência do povo, o que se vê hoje é uma cultura alienante sem qualquer relação com a luta por um uma sociedade justa e igualitária. As grandes empresas de cultura e mídia dominam os espaços culturais e quase todas as formas de cultura. Hoje percebe-se uma política bastante apolítica, homofóbica, machista, preconceituosa e apartidária.

Diante desse quadro, é inegável a importância que cumpre os movimentos sociais em busca da construção de uma cultura que provoque um avanço na consciência crítica dos trabalhadores. Uma cultura popular, pública e democrática, que todos possam expressar-se livremente, sem estarem subordinados à lógica do lucro e à lógica da mercadoria.

O papel que os sindicatos cumprem nesse processo também é importante, pois a categoria faz parte da dinâmica da sociedade em que vivemos. Fazem parte da categoria diversos segmentos da classe trabalhadora, diversos setores oprimidos e que precisam expressar-se culturalmente.

Temos como proposta no SINSPREV uma aproximação da Secretaria Cultural com a Secretaria de Formação Política, em busca de um debate contínuo com a categoria sobre a cultura, seja através de eventos ou através do jornal do sindicato.

É preciso lutar contra a cultura machista, homofóbica, racista e preconceituosa, fazendo um debate permanente com a categoria, não apenas através de festas, mas também fazer com que esse debate esteja presente em todos os fóruns da categoria.

Além disso, há vários servidores artistas, músicos, atores, dançarinos, etc, o sindicato poderia não só divulgar esses artistas, mas também convidá-los para eventos de confraternização realizados pelo sindicato.

Sendo o futebol uma expressão cultural do nosso povo, temos como proposta que o SINSPREV realize anualmente um campeonato de futebol entre os servidores. É preciso aproximar os trabalhadores do sindicato e ganhar todos os trabalhadores para as lutas, o sindicato não pode ser um algo estranho aos trabalhadores.

ENTRE EM CONTATO CONOSCO: democraciaveluta.sp@gmail.com

Telefones:

Filipe (INSS) – 11 – 77538325;

Thiago (As. Social) – 11 – 8222-3481

Nelsinho (Saúde) – 11 – 77227164;

Diná (Saúde) – 11 – 77227286

TESE 4

AVANÇAR NAS LUTAS XI CONSINSPREV – 2012

Podemos ter divergências e pensamentos diferentes, mas não podemos fugir de lutarmos unidos por nossos objetivos e interesses, enquanto categoria e classe trabalhadora.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A crise capitalista mundial afeta a vida das pessoas em todo o planeta e coloca no centro do debate para a classe trabalhadora, quais serão os rumos e as lutas políticas, econômicas e sociais que serão travadas neste período para enfrentar essa situação e permitir que se estabeleçam correlação de forças políticas favoráveis.

Movimentos alternativos anticapitalista surgem tanto nas Américas quanto na Europa e na Ásia, as rebeliões e revoluções nos países árabes e a piora das condições de vida na Europa com enormes manifestações e protestos organizados pela população e pelos sindicatos extrapolaram seus continentes e tem repercussão em todo o mundo.

O que está no centro de todo esse alvoroço mundial? Certamente é o sistema capitalista que não só tem como função vital explorar os trabalhadores e trabalhadoras visando lucro, como também é responsável pelas condições de miséria, violência e pobreza e de destruição ambiental do planeta. Essas condições têm se agravado e a população de todo o planeta reage, seja contra ditaduras que são apoiadas pelas potências mundiais, seja também contra governos de países chamados “democráticos”, que na verdade são sustentáculos do capital na esfera política, tornando as Nações instrumentos do próprio sistema capitalista.

Enormes quantidades de recursos públicos são retiradas dos Estados para salvar as grandes empresas e corporações empresariais, ou seja, para salvar os lucros do capital, em detrimento da qualidade de vida e direitos das populações destes países em todo o planeta. O agravamento da crise vem de forma acelerada e as reações dos povos tendem a se tornar movimentos organizados que questionem o sistema capitalista e busquem outra ordem mundial, criando um sistema que respeite a vida e melhore as condições sociais e ambientais.

Mais do que nunca, podemos afirmar que Marx está presente: “Trabalhadores de todo o mundo uni-vos!”.

CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, a contradição do Estado vai se evidenciando em relação ao discurso governista e a realidade. O Governo Dilma procura manter a aparência de que estamos indo bem e que a crise econômica mundial não vai

afetar a estabilidade do país. Com altos índices de popularidade da Presidente, o governo federal e seus parceiros nos estados, municípios e no parlamento vão buscando perpetuarem seus projetos políticos de se manterem no poder, aliados ao grande capital nacional e internacional.

Contudo, a realidade mostra todos os dias que o povo não vem conseguindo sobreviver com o altíssimo índice de endividamento, o aumento dos preços dos alimentos já comprometendo a renda e as áreas de Saúde, Educação e Segurança cada vez mais precárias por falta de investimentos. Muito contraditório com os discursos ufanistas que pretendem apresentar o Brasil como o país do momento, tentando a todo custo trazer o capital especulativo para aplicar seus recursos aqui, embalados na onda de Copa de Mundo e Olimpíadas. É a especulação e a farra capitalista em nosso país, que só agravam nossos problemas. Para manter essa situação, o Estado brasileiro busca cooptar os movimentos sociais e ao mesmo tempo reprimir movimentos que não se rendem e que denunciam essa situação.

Na arena política, o ano de 2011 mostrou a herança do Governo Lula deixado à Dilma, com a demissão constante de ministros denunciados em casos de corrupção. Ou seja, mostrou o funcionamento das instituições do país, com os favorecimentos, incluindo aí a crise do Poder Judiciário sobre as investigações de juizes e magistrados.

O ano de 2012 começa com a verdadeira face do Estado brasileiro sendo desnudado, mostrando seu caráter repressor, elitista e opressor das classes populares. As tragédias por causa das chuvas em diversas regiões, que se repetem a cada ano, demonstram que os recursos financeiros da área federal que deveriam ter sido aplicados para proteger as famílias em risco, não chegaram ao seu destino e muitas vezes foram usadas de forma clientelista e eleitoral. As perseguições e repressão promovidas pela Prefeitura de São Paulo e pelo Governo do Estado contra a população que vive nas ruas e também os dependentes químicos, sob os olhos do Governo Federal, nos mostra que a chamada “cidadania” é para poucos e o estado brasileiro não está para garantir igualdade e sim atender interesses do capital e da elite econômica.

Nessa onda de terror promovida pelas instituições do Estado e governos nos três níveis, tivemos o massacre à população do bairro conhecido como

Pinheirinho em São José dos Campos. Com a omissão e demora do Governo Federal em garantir a permanência das famílias, o Governo Alckmin e a Prefeitura de São José dos Campos, com o apoio fundamental da Justiça, atendeu ao mega especulador Naji Nahas, famoso por ter sido preso por corrupção e lavagem de dinheiro, que já quebrou a Bolsa de Valores, dono deste terreno do qual nunca pagou imposto, onde as famílias já viviam e construíram suas casas e suas vidas há quase 10 anos, promoveram um dos maiores crimes e atentados contra a dignidade humana, retirando violentamente homens, mulheres, jovens, crianças, pessoas idosas e doentes de suas casas, sendo as mesmas jogadas nas ruas, sem qualquer proteção social do Estado e dependendo de sua própria luta e da solidariedade de Instituições e Movimentos Sociais de todo o Brasil para sobreviverem.

A forma de tratar as greves dos policiais militares e bombeiros pelos Governadores, com apoio do Governo Federal, usando métodos que lembram o período ditatorial, a criminalização crescente dos movimentos sociais nos deixam em alerta e mostra que o estado democrático de direito, tão falado, também é para poucos. Esses fatos deixam evidente o que é o Estado brasileiro atualmente. Precisamos fazer esse debate, sobre o caráter do Estado, e nos organizarmos para garantir nossos direitos enquanto classe trabalhadora.

Entendemos que a discussão sobre o Estado brasileiro, seu caráter repressor e a serviço do grande capital financeiro, é elemento central na conjuntura e os processos e formas de como se desenvolverá a luta de classes para garantir os direitos já conquistados da classe trabalhadora e condições de vida digna à população estão no centro dos debates e da organização da classe trabalhadora brasileira.

MOVIMENTO SINDICAL E ESTRUTURA SINDICAL

No último congresso, o X Consinsprev, os delegados e delegadas presentes votaram por ampla maioria pela desfiliação do SINSPREV da CUT, respeitando a vontade da categoria que já havia manifestado essa posição em plebiscito. A categoria também aprovou que superada essa etapa era hora de debater as experiências e participar do processo de reorganização sindical da classe trabalhadora brasileira.

Passados três anos, nosso Congresso tem que debater as propostas da esquerda sindical brasileira, que reúne os sindicatos e militantes que não se deixaram levar pelos caminhos do governismo e que tenham independência de classe e plena autonomia de organização sindical perante governos, partidos e patronato. O Sinsprev se insere nesse campo, daqueles que não se cooptaram e fazem a denúncia e o enfrentamento contra as posições oficiais governistas.

A experiência do CONCLAT – Congresso da Classe Trabalhadora, organizado por diversas entidades sindicais que se desfilaram da CUT com o intuito de debater a reorganização do movimento sindical brasileiro em 2010, foi importante, pois gerou enormes debates e mobilizou grande parte da classe trabalhadora. Participamos do CONCLAT com a expectativa de que poderia ser um passo rumo à construção de uma Central Sindical que unificasse amplos setores da esquerda e fortalecesse a luta da classe trabalhadora brasileira. O CONCLAT amplamente representativo terminou de forma frustrante no sentido de não conseguir incorporar importantes setores que participaram dentro do projeto de uma nova central, mas teve o resultado positivo na constituição da CSP-CONLUTAS. Respeitadas as posições, avaliações e diferentes concepções e o tempo dos diferentes agrupamentos, a esquerda sindical continua necessitando de uma organização superior ao patamar atual. O sindicalismo governista, burocratizado, se junta cada vez mais para manter o apoio ao Governo Dilma e seus projetos, em detrimento das mobilizações e das denúncias e reivindicações contra as retiradas de direito e arrocho que vem sofrendo os trabalhadores.

Essa situação e a necessidade de construirmos outro patamar de organização da classe estão bem nítidas nacionalmente em nossa categoria, através das diversas tentativas do Governo Federal de descaracterizar a representação da FENASPS nos processos de negociação, do apoio oficial às entidades que se sujeitam às propostas governistas e a descarada interferência governamental no apoio a entidades sindicais que tentam destruir nossas entidades e nossa luta, inclusive com o uso dos próprios órgãos públicos.

O Sinsprev, que tem uma representação plural das diversas concepções da esquerda sindical, deve debater e participar ativamente e efetivamente

TESE 4

dos diversos processos de reorganização sindical da esquerda brasileira, nos marcos da independência e autonomia de classe e das resoluções políticas aprovadas, que busquem ampliar nossa organização e unidade para fazermos enfrentamento ao governo e seus projetos. Essa participação deve explicitar o posicionamento político de que devemos buscar a ampla inserção dos setores sindicais combativos de esquerda, com pluralidade e democracia, na construção de uma Central Sindical do campo da esquerda que se torne referência e alternativa para a classe trabalhadora brasileira.

MOVIMENTO DOS PREVIDENCIÁRIOS, SEGURO E SEGURIDADE SOCIAL.

Quando os governos em todo o mundo e também no Brasil buscam diferenciar os servidores, seja por Carreiras, Ministérios ou Ativos e Aposentados, principalmente na questão salarial, nada mais fazem do que quebrar a solidariedade entre a própria classe e entre as gerações. No Brasil, no setor público federal, o Governo vincula salários a produtividade e avaliação de desempenho. Tal procedimento visa levar a disputa entre os próprios servidores e a divisão com os aposentados.

A luta pela paridade é estratégica enquanto resposta à essa divisão provocada pelo Governo entre nós e expressa nossa vontade de unidade, equiparação e igualdade de direitos. Temos que nos valorizarmos enquanto trabalhadores. É preciso combater e denunciar as falsas avaliações que só servem para reduzir salários e ameaçar os trabalhadores.

A luta por um Plano de Cargos e Carreira que garanta melhores e dignos salários, paridade entre ativos e aposentados, condições de trabalho dignas, condições de aperfeiçoamento e treinamento voltados ao trabalho à população e a realização de concursos públicos está ligada diretamente à luta em defesa da saúde, previdência, seguro social e assistência social públicas, contra as privatizações e a melhoria dos serviços à população.

Reafirmamos a importância e a necessidade de continuarmos organizando e mobilizando os trabalhadores, no engajamento e participação nas manifestações em defesa dos nossos direitos e também dos direitos de toda a população, em nosso estado e também nacionalmente. Em defesa da categoria do seguro e da seguridade social, apontamos nossos princípios, reivindicações e eixos de luta e mobilizações:

-Em defesa das 30 horas semanais para todos os setores

-Pela imediata paridade entre servidores ativos e aposentados, pelo reconhecimento à averbação do tempo insalubre exercido pelos trabalhadores e pagamento devido pelo serviço insalubre.

-Pela incorporação de todas as gratificações aos nossos salários e o reenqua-

dramento entre os servidores.

-Pela realização imediata de novos concursos públicos para contratação de servidores públicos para o INSS, Saúde, Assistência Social, Anvisa e toda a seguridade social, para que a população seja atendida dignamente.

-Por melhores condições de trabalho e pelo fim da prática odiosa do assédio moral executada pelas chefias sobre os trabalhadores.

-Em defesa da previdência social pública e de boa qualidade para todos.

-Em defesa da saúde pública, estatal e de boa qualidade para todos.

-Não à fragmentação da categoria e do Sindicato. União de todos e participação em todas as lutas, independente de ser ativo aposentado e de qualquer vínculo ou órgão.

-Contra acordos que incluam avaliação de desempenho e produtividade, que na prática se mostrou nocivo. As avaliações individuais levam ao assédio moral, prejudicam os aposentados e acabam com a paridade.

-As 30 horas são uma questão de honra, qualidade de vida e melhora no atendimento à população e devemos lutar pela vitória para todos, mobilizando os servidores de todos os setores e aposentados.

-Garantir 30 horas, paridade e insalubridade a todos os setores

-Que o aposentado não seja discriminado. Maior atenção e luta para os aposentados.

-Exigir respeito ao Estatuto do Idoso. Divulgar amplamente para a categoria e cobrar das autoridades respeito ao Estatuto do Idoso.

-Garantir o Direito ao Livre Exercício Sindical, e a presença da direção nos locais de trabalho.

-Garantir a presença e participação do Sindicato nas reuniões e cursos promovidos pelo Governo exercendo o direito de livre organização sindical.

-Posição contrária aos Planos de Previdência Complementar e Fundos de Previdência para os Servidores Públicos.

ATENDIMENTO À SAÚDE DA CATEGORIA

-Denunciar o falso discurso do Governo sobre a saúde dos servidores. Temos que buscar garantir a atenção integral à saúde do servidor, inclusive lutando pela melhoria do sistema público de saúde.

-O SINSPREV é contrário à discussão e assinatura de convênios com planos privados de saúde.

-A GEAP que tem sua origem e acúmulo na antiga Patronal, atualmente é mantida majoritariamente pela categoria, portanto não podemos admitir que a direção da GEAP seja dirigida pelo Governo, a categoria que tem que ser maioria na gestão da mesma.

-A GEAP têm que ter desconto por percentual, no máximo 8%, com avaliação realizada pelo movimento para que o percentual seja menor.

-Não se pode admitir que o próprio

Sindicato discuta parcerias da GEAP com outros planos, pois somente leva ao fim da GEAP.

-Reativar e fortalecer o GT/SINSPREV sobre GEAP.

FENASPS

A categoria em São Paulo tem que fazer um debate intenso sobre a organização e funcionamento da FENASPS e a participação dos estados nas atividades, audiências e negociações realizadas pela mesma. Não pode haver restrições. Respeitamos a proporcionalidade nas representações e indicações da FENASPS, mas não podemos restringir a participação dos Estados onde ocorre o movimento e mobilização da categoria, sob prejuízo das lutas.

Este debate é fundamental junto à Federação para o fortalecimento da mesma, inclusive viabilizar que a FENASPS realize os seminários nos estados para discutir e debater sobre o funcionamento e reorganização da Federação conforme aprovado no último congresso da FENASPS.

Indicar à FENASPS a formação e construção do Departamento dos Aposentados.

MOVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

A retomada do processo de unificação da campanha salarial do conjunto dos Servidores Públicos Federais, com a realização promovida pela Coordenação das Entidades dos Servidores Públicos Federal – CNESF em Dezembro/2010 foi uma iniciativa importante do ponto de vista do período que vinha com o Governo Dilma, mas principalmente para tentar ampliar nossa capacidade de luta e reivindicação dos setores que vinham de algum tempo negociando questões específicas, por imposição da política dos governos de concessão de reajustes diferenciados por carreira.

A campanha salarial de 2011 teve várias manifestações importantes nos estados e em Brasília visando as negociações com o Ministério do Planejamento. Porém, o próprio Governo através do Planejamento e a SRH que centralizou as negociações, usou dos processos de negociação com as entidades em conjunto, apenas como recurso para não negociar nada e segurar as lutas específicas com o argumento de que não negociava com entidades em greve. No final das contas nada conseguimos da pauta geral e nem nas negociações específicas, onde o Governo passando por cima das negociações encaminhou o orçamento para 2012 da sua maneira, ou seja, arrocho salarial para o funcionalismo federal.

A discussão para 2012 e como serão os processos de negociação e a relação com as entidades do funcionalismo público nos próximos períodos do Governo Dilma é um dos debates fundamentais sobre nossa organização e do próprio funcionamento da CNESF. A

combinação das lutas pela pauta geral do funcionalismo federal com as pautas específicas é a tática correta. O SINSPREV deve participar ativamente da campanha salarial unificada dos servidores federais, pautando essa participação em seus fóruns, bem como organizar e participar da Coordenação dos Federais em São Paulo, tendo em vista a importância estratégica do estado. Devemos estabelecer com a FENASPS uma relação que garanta junto com a direção da Federação também uma representação de São Paulo nos fóruns e debates da CNESF fortalecendo ainda mais essa mobilização junto à base em busca das nossas reivindicações gerais do funcionalismo.

PLANO DE LUTAS

-Dar visualização nas nossas ações (camisetas, faixas, roupas que chamem a atenção).

-Intensificar as mobilizações pela paridade, procurando agilizar as ações judiciais e combinar com a mobilização e manifestações.

-Realizar uma campanha de filiação em massa, incluindo servidores da saúde e seguridade social de outros níveis (estadual e municipal).

-Discussão e debate com a categoria do papel e atuação do Sindicato.

-Criar e fortalecer núcleos dos trabalhadores da saúde, do seguro e da seguridade social nos locais de trabalho. .

-Maior participação no Sindicato dos trabalhadores estaduais e municipais da saúde.

-Elaborar e aplicar cursos de formação política para toda a categoria, incluindo os aposentados.

-Organizar luta contra o PL1992 Previdência Complementar.

-Uma das formas que os governos utilizam para desmontar a saúde pública e tentar justificar suas políticas de privatização na saúde é a desvalorização e precarização das condições de trabalho dos trabalhadores da saúde. Devemos lutar contra as privatizações na saúde nas suas mais diversas formas como as OS – Organizações Sociais e Fundações Estatais. Exigir valorização dos trabalhadores da saúde e melhores condições de trabalho.

-Em negociação com as entidades sindicais, neste 2º semestre de 2011 o próprio Ministério da Saúde concordou em fazer um processo de reestruturação salarial, algo que daria em torno de 78% de reposição salarial, tendo em vista, que atualmente a área da saúde é uma das mais desvalorizadas do serviço público federal. E o que aconteceu? O Governo Federal lançou um Projeto de Lei, elaborado pelo Ministério do Planejamento, o PL 2203 e para a grande maioria dos servidores do Ministério da Saúde, que são trabalhadores do SUS, concede reajustes em torno de R\$211,00 e R\$105,00 para julho de 2012 e sem nenhuma perspectiva futura. Ou seja, é a lógica economicista prevalecendo sobre a saúde.

Pior do que o Governo, algumas

TESE 4

entidades sindicais governistas fizeram ao assinar esse acordo com o próprio Governo.

O SINSPREV, a FENASPS e os demais sindicatos de sua base estão denunciando e organizando a luta junto ao Congresso Nacional, que ainda votará o PL2203, e junto ao próprio Ministério da Saúde para reverter essa situação. E essa luta, pela valorização da Carreira Previdência. Saúde e Trabalho devem estar no conjunto das lutas gerais da saúde para o próximo período.

O direito dos aposentados a receberem a paridade com os ativos nas gratificações de avaliação por desempenho está mais que reconhecida no serviço público federal. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já reconheceram o direito a receberem essas gratificações. A própria Advocacia Geral da União já reconheceu que o Governo terá que pagar esse direito aos aposentados. Várias ações em diversos estados foram ganhas. No Estado de São Paulo, o SINSPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo, que representa os trabalhadores do seguro social e da saúde também ganhou essas ações. Como afirmado anteriormente, a grande luta agora é fazermos cumprir nossos direitos, inclusive reconhecidos judicialmente e pagarem o que o Governo Federal deve aos aposentados e aposentadas.

-Diante do sucesso da realização de vários Encontros Estaduais de Aposentados, propomos que o Sindicato realize o V Encontro Estadual dos Aposentados.

-30 horas no INSS. A perseverança e luta da categoria no INSS está trazendo às 30 horas de volta. Mais uma vez demonstra que somente nossa organização e luta coletiva é que garantirá nossas conquistas. Agora é garantir para todos e ampliar essa luta, com a efetivação da jornada. A organização nos locais de trabalho será nossa garantia de consolidação dessa importante conquista e de outras.

ESTRUTURAÇÃO DA ENTIDADE

Com relação à organização e gestão do SINSPREV, apresentamos para deliberação do XI CONSINSPREV, as seguintes propostas:

I - Que seja constituída uma Coordenação Executiva indicada pela diretoria colegiada, proporcional à composição da mesma e composta por diretores, com a função de encaminhar as deliberações aprovadas nas instâncias do Sindicato e que se reúna semanalmente para esse fim com qualquer número de presentes.

II - Na composição da Diretoria Colegiada do Sindicato, quanto às secretarias, criar a Secretaria de Organização com o mesmo número de diretores das demais secretarias e fundir a Secretaria de Finanças com a Secretaria de Administração tornando-se Secretaria

de Administração e Finanças, também com o mesmo número de diretores das demais secretarias. Caberá à Secretaria de Organização a responsabilidade das tarefas de planejamento, logística e execução das atividades e ações políticas aprovadas nas instâncias do Sindicato. À Secretaria de Administração e Finanças caberão as tarefas definidas estatutariamente nas secretarias de Administração e Finanças que se tornam uma única secretaria. O Congresso autoriza o funcionamento das secretarias da diretoria colegiada de acordo com esta proposta a partir da gestão que se inicia neste ano, devendo a diretoria colegiada providenciar a devida formalização estatutária.

III - Visando melhorar a organização dos Departamentos aprovados e já implantados no Sindicato, que seja constituído nos mesmos uma Coordenação com a função de encaminhar as deliberações aprovadas no próprio Departamento e que estejam em conformidade com as diretrizes e resoluções dos fóruns e instâncias do Sindicato. A composição e forma de funcionamento da Coordenação serão deliberadas pelo próprio Departamento respeitando os princípios e critérios democráticos de composição e funcionamento históricos aprovados pela categoria em seus fóruns.

Para melhor funcionamento do Sindicato, propomos as seguintes diretrizes:

1) Os recursos do Sindicato devem ser prioritariamente investidos para a luta e mobilizações da categoria e da classe trabalhadora. A diretoria colegiada deve realizar um planejamento financeiro e administrativo para garantir esses recursos para as lutas e atividades visando um melhor aproveitamento.

2) O apoio à participação da categoria nas atividades têm que constar desse planejamento, tanto para dar melhores condições aos participantes que realmente estão em atividades como para racionalização e economia para o Sindicato, visto que os recursos são da categoria, devendo ser estabelecidos critérios de gastos com refeições, hospedagens, deslocamentos, atividades culturais, de lazer e confraternizações.

3) Dentro do processo de planejamento devem ser discutidos e definidos os repasses para Delegacias Regionais em conjunto com as mesmas. Garantir autonomia e exigir maior responsabilidade para as Delegacias Regionais, principalmente com a realização das atividades definidas pelos fóruns da categoria. As Delegacias Regionais deve ter seu funcionamento voltado para melhorar o atendimento à categoria e participação nas atividades.

4) A Diretoria colegiada será a responsável pelas Relações de Trabalho dentro do Sindicato e das medidas necessárias para dar melhores condições

aos funcionários e atender aos objetivos aprovados nos fóruns e instâncias da categoria. A definição de atribuições e a contratação através de processos de seleção fazem parte dessa relação profissional, sendo a relação com a diretoria e com toda a categoria embasadas nas suas atribuições e responsabilidades e não na indicação e relação pessoal ou de correntes políticas.

5) As assembleias e atividades do Sindicato têm que ser mais bem organizadas, respeitando os horários e com pautas e coordenação bem definidas e também as normas estatutárias, considerando-se as características da categoria e a distância dos locais.

6) Descentralização das reuniões no Sindicato, realizando as mesmas também nas regiões da capital e no interior.

7) Melhorar a organização dos locais de trabalho, motivando a base da categoria e criar condições para a organização sindical dos mesmos.

8) Problemas de comunicação e informação do Sindicato com a categoria devem ser superados. Falta de diálogo entre as instâncias do Sindicato é um problema também a ser superado para melhorar o relacionamento e o próprio funcionamento.

9) Disponibilizar no site do Sindicato consultas individualizadas sobre os processos ou outras questões de interesse do filiado, por CPF e/ou matrícula funcional.

10) Atualização em tempo real no site do Sindicato, das notícias, informes governamentais, comunicados do Sindicato, enfim todo assunto de interesse da categoria. Agilidade nas respostas aos questionamentos feitos pela categoria.

11) O Sindicato deve criar um cartão magnético para os filiados, onde poderá ter várias utilidades como credenciamentos, uso dos convênios, acompanhamentos de processos e informações gerais do Sindicato, melhorando e desburocratizando o atendimento à categoria.

12) Melhorar o atendimento telefônico e via internet para toda a categoria.

13) Criar mecanismos, atrativos e acolhimento para ampliar a participação da categoria no Sindicato, como atividades para servidores jovens, famílias e entrosamento a categoria.

Do patrimônio:

Aprovar a venda da sede antiga, no bairro da Aclimação em São Paulo, devendo os recursos financeiros oriundos desta venda ser exclusivamente destinados para compra e estruturação de outro imóvel para melhor atender a categoria.

BALANÇO

Neste último período, podemos dizer que o Sindicato esteve presente em todas as lutas gerais da classe trabalhadora brasileira e nos principais eventos e debates do país. A pluralidade de idéias e concepções dentro da direção e refletida na categoria é um dos principais pontos a ser destacado, permitindo com isso não somente a garantia das atividades e ações políticas, como também se tornar uma referência no apoio e luta de diversos movimentos sociais.

As dificuldades internas devido às diversas concepções dentro do campo da esquerda, principalmente quanto à questão da reorganização sindical e proposta de construção de uma nova central sindical marcaram a gestão, havendo um reordenamento das correntes políticas.

Neste sentido, consideramos como positivo o funcionamento de uma Coordenação Executiva, que com muitas dificuldades por ser uma experiência nova, conseguiu cumprir seu papel de encaminhar as deliberações da categoria, fazendo fluir melhor o funcionamento da direção.

Embora, com grandes dificuldades e necessitando melhorar e agilizar o funcionamento, esta gestão procurou garantir a presença da direção nas lutas junto com a categoria, liberando diretores além da quota oficial, estruturando as delegacias regionais, melhorando o apoio à participação da categoria nas atividades, mantendo o equilíbrio financeiro, reestruturando a comunicação com a categoria, estabelecendo negociações e melhorias com os funcionários do sindicato e ao mesmo tempo garantindo o apoio e participação da categoria nas atividades e mobilizações.

As demandas judiciais foram enormes, porém conseguimos acompanhar e defender a categoria, não somente em ações econômicas em que começamos a ter vários ganhos, mas também nos ataques de assédio moral e processos administrativos, como também nas condições de trabalho.

Os Departamentos se consolidaram e tiveram um funcionamento constante, garantindo o debate, organização e mobilização nos diversos setores que compõem a categoria.

Participamos com grandes caravanas das atividades nacionais, o SINSPREV se fez presente com suas reivindicações e debates em todos os momentos e locais em que se fazia necessária a participação.

Fazer um balanço não é tarefa das mais fáceis, mas é importante que a categoria o faça e aprofunde até para apontar os caminhos para o próximo período. Muitas vezes fatos ou alguns debates se tornam marcantes e podemos correr riscos de avaliarmos parcialmente, mas é importante que se faça e de forma coletiva.

Assinam:

Acácio - INSS Guainazes, São Paulo.
Acleia Rangion - Saúde - Aposen-

TESE 4

- tada – Ribeirão Preto
 Aleni Balduino Campos – Saúde – Aposentada – Ribeirão Preto
 Alessandro – INSS – Tatuapé - São Paulo
 Alice Gomes da Silva Pedroso Lima – INSS – Aposentada – Palmital
 Almir José Vieira da Silva – INSS - Itápolis
 Ana Benedita de Oliveira Aires - S. J. Rio Preto – Aposenta – Saúde
 Ana Rosa Ricco Silva – Aposentada – INSS – Ribeirão Preto
 Anadir Gonçalves Lima – Olímpia - Aposenta- INSS
 Anderson Quirino de Assis – Mirassol -Ativo - INSS
 Angela Maria Escarpalo – Saúde – Ribeirão Preto
 Anleto Bernardo – Saúde – Aposentado – Ribeirão Preto
 Antonia de Lourdes Cabral – Aposentada – Saúde – Mococa
 Antonia dos Santos Saad – INSS – Aposentada – Ituverava
 Antonio Amazonas – Saúde – Aposentado – Franca
 Antonio Araujo Santana – Aposentado – INSS - Barretos
 Antonio Elias Filho – INSS - Mococa
 Antonio Estevam P. de Miranda – INSS – Mococa
 Antonio Garcia Lopes – Aposentado – INSS - Bebedouro
 Antonio Leonardo Martins Neto – INSS - Franca
 Antonio Miguel Cintra Faria – Saúde – Ribeirão Preto
 Antonio Naufel - Saúde – Aposentado - Mococa
 Antonio Saconi – Aposentado – Saúde - Mococa
 Antonio Ventavole – INSS – Mococa - Aposentado
 Aparecida Fátima Tomaz da Silva Mirassol - Aposentada INSS
 Aparecida Fonseca – Saúde – Aposentada – Ribeirão Preto
 Aparecida Lima – Saúde – Aposentada – Ribeirão Preto
 Araldo Modesto – Aposentado – INSS - Sorocaba
 Ari Fernando Pelaquim – Aposentado – Saúde – Mococa
 Benedicto Antônio Ficiano – Saúde – Aposentado - Ourinhos
 Benedito de Jesus – Aposentado – Saúde – Franca
 Bruno – INSS - Baurú
 Carlos – INSS - Itapetininga
 Carlos Roberto dos Santos – Saúde - Barretos
 Carmem - Aposentada da Saúde -São Paulo
 Carolina – INSS - Santa Marina - São Paulo
 Cecília – INSS – Carapicuíba - São Paulo
 Cecília Valéria F. Rodrigues – Saúde - Araraquara
 Célio Mendes Da Silva – Saúde Piracicaba – Ativo
 Claudete Cardoso dos Santos - S. J. Rio Preto - Aposentada- Saúde
 Cláudio José Machado – Saúde - Barretos
 Cleber Francelino – Saúde - Araraquara
 Cleide Ferreira – Saúde - Lins
 Dalva Dias Borges – INSS - Franca
 Dianir Soares de Oliveira - Mirassol - Ativa INSS
 Dina Rossi de Lima - Saúde – Aposentada- Bragança Paulista
 Donizete Antonio da Fonseca - Saúde – Aposentado – Andradina
 Dora Accyoli Alves – Saúde - Bauru
 Doraci Araci de Almeida – Saúde – Aposentada - Franca
 Duílio Manoel dos Santos – Aposentado/Saúde/Ribeirão Preto
 Ederson A.Rodrigues – INSS - Mococa
 Edmilson – INSS – Jundiá - São Paulo
 Eduardo – INSS - Itapeva - São Paulo
 Eduardo Aparecido Franco - S. J. Rio Preto – Ativo - INSS
 Eduardo Canali Grasin – INSS - Mococa
 Eduardo Gonçalves de Sousa – INSS - Franca
 Eduardo P. M. Rúbio – INSS Piracicaba - Ativo
 Eleusa Fernandes Rosa – Aposentada – Saúde - Barretos
 Eliana Berger – Saúde - Araraquara
 Eloisa Elena Hernandez – Saúde – Aposentada – Araçatuba
 Eliana H. Medeiros – INSS – Ribeirão Preto
 Elizabeth Aielo Bernardinelli Jales - Aposentada- INSS
 Elza Honorato Alves S. J. Rio Preto –Ativa - Saúde
 Erzeo Bernardinelli – Jales –Aposentado - INSS
 Ewardo Rosa - Aposentado INSS - São Paulo
 Eula Maria Dessot – Aposentada – Saúde – Ribeirão Preto
 Evandir Siqueira – Saude – Presidente Epitácio
 Fabrício de Abreu Serafim Leite – Mirassol –Ativo - INSS
 Felício Cantuaria – Aposentado – INSS - Guarulhos
 Felipe Antônio Neto – Saúde - Marília
 Fernanda Maria Pagotto – INSS – Franca
 Francisca Nunes de Alcantara Ribeiro – INSS - Marília
 Francisco Assis Maximo – INSS - Mococa
 Floriza Conceição L Bonilha - Saúde – Aposentada – Bragança Paulista
 Geni Akiko Huziwara – Saúde – Ribeirão Preto
 Geraldina Dias L. Bortolazo – Olímpia –Aposentada - INSS
 Gilberto dos Santos – Saúde/Araraquara
 Gilberto Silva – INSS - Franca
 Gustavo Peres dos Reis – INSS - Franca
 Helias Luis Mazzi - São João da Boa Vista
 Helio B. Mossim - Aposentado – Saúde – Ribeirão Preto
 Heloisa Dael Olio – INSS - Guariba
 Heloísa de Castro O. Derisso – Saúde – São Carlos
 Henrique Arthur Bise - Aposentado INSS - São Paulo
 Hilton Pinheiro – Saúde – Aposentado – Mococa
 Hiroco Sato Kodama INSS – Aposentada - MARILIA
 Imaculada Conceição de Lima – Saúde – Aposentada - Franca
 Inedes Aparecida de Carvalho Silva – INSS – Aposentada - Ituverava
 Inês Mendes G. Rocha – Aposentada – Saúde - Sorocaba,
 Inês Pereira da Silva Guinossi - Santa Fé do Sul - Aposentada - INSS
 Iraídes - Aposentada - INSS - Itu - São Paulo
 Iracilda Rosa de Oliveira – Jales – Aposentada - Saúde
 Irene Guimarães dos Santos – Aposentada – Saúde - Pindamonhangaba
 Irenio - Aposentado da Saúde -São Paulo
 Irineu Scavariello – Saúde – Aposentado - Limeira
 Ivone Campos - ADJ/INSS/Xavier de Toledo - São Paulo
 Ivone Maria da Silva Abreu - S. J. Rio Preto - Ativa -Saúde
 Izaura Dakuzaku – Saúde -Araraquara
 Jacomo Ammirati – Saúde – Aposentado - Mococa
 Jamil Juliani - S. J. Rio Preto – Aposentado - INSS
 Januário Agostinho Filho – INSS – Aposentado – Marília
 Jesus Luciano da Costa – Aposentado – Saúde - Campinas
 Joana Dárc Ferreira Bernardes – INSS - Franca
 João - INSS - V. Maria - São Paulo
 João Augusto Santana Neto – INSS - Araraquara
 Joaquim - INSS –Tatuapé - São Paulo
 Jonas Luiz de Castro – INSS - Bauru
 Jorge - INSS -V. Prudente, - São Paulo
 Jorge Tadeu S. Moraes – Saúde - Araraquara
 Jorge Abdala Gibran – Saúde – Birigui
 Jose Carlos Guerra – Saúde – Aposentado - Barretos
 José Celeste Masson – Mirassol - Ativo - INSS
 José Luis de Almeida – Saúde - Barretos
 José Manoel – INSS - Tatui
 José Nilson Gomes – Saúde – Aposentado - Franca
 José Rubens Decares- Rubão - ADJ/ INSS - Xavier de Toledo - São Paulo
 Josineide Noletto Aguiar – INSS/AGU – Taubaté
 Julia Virginia Paganelli Guimarães – Saúde – Aposentada - Barretos
 Jussara R. L. Da Silva – INSS Capivari – Ativo
 Jussara E.de H.Garces – Aposentada INSS – Ribeirão Preto
 Kátia Marques Pessoa da Costa Marchi – Saúde - Bebedouro
 Kiyoko Narita - S. J. Rio Preto - Aposentada.- Saúde
 Laura – INSS -Tatuí - São Paulo
 Leonardo Siqueira – Mirassol -Ativo -INSS
 Ligia Regina Velani - S. J. Rio Preto –Ativa - INSS
 Lioko Kussumoto de Alcântara INSS – Aposentada – Marília
 Lorival de Menezes – Aposentado – Presidente Epitácio
 Luis Carlos Gomes Ribeiro – INSS – Mococa
 Magali Pontes – INSS - Bauru
 Manoel- INSS/Santa Marina - São Paulo
 Manuel da Silva Muniz – INSS - Barretos
 Marcelo - Procuradoria/AGU - Sorocaba
 Marcelo Tei - ADJ/INSS - Xavier de Toledo - São Paulo
 Marcelo Faggioni Alves Silva – INSS - Franca
 Márcia Cristina A. Serpa Afonso – Catanduva –Ativa- INSS
 Márcio Antonio da Silva – INSS Limeira – Ativo
 Marcio Cardoso Florio – INSS - Mococa
 Marcos Menechino – Saúde – Aposentado - Mococa
 Maria Ap Bandeira – Aposentada – Saúde - Sorocaba
 Maria Ap. Murari de Souza –Votuporanga - Aposentada - INSS
 Maria Aparecida Biúdes dos Santos – INSS - Marília
 Maria Aparecida Teixeira – Saúde – Aposentada – Franca
 Maria Aparecida Pereira Durizoti – Saúde – Aposentada – Marília
 Maria Assim Salloum - Aposentada – Saúde – Ribeirão Preto
 Maria Bernardete Bernardo General Salgado – Aposentada - INSS
 Maria Cardoso Mendes - S. J. Rio Preto - Aposentada- Saúde
 Maria Claudia Ferreira – Saúde -Araraquara
 Maria das Graças Barbosa Candido – Saúde – Aposentada - Franca
 Maria de Fátima Ciocari – Votuporanga - Aposentada.- INSS
 Maria Helena Claudino – Saúde – Aposentado – Iracemapolis
 Maria Ignês dos Santos – Aposentada – Saúde - Barretos
 Maria Conceição Sérgio – INSS – Aposentada – Tupã
 Maria de Fátima Escalianti – Saúde – Bauru
 Maria Helena da Silva Medeiros – Saúde – Aposentada - Botucatu
 Maria Ines Isabel – INSS – Mococa
 Maria Ivone de Freitas – INSS – Aposentada – Botucatu
 Maria Lucia Paiva – Aposentada – Saúde - Bebedouro
 Maria Luiza Bueno Rodrigues – Saúde – Aposentada - Ourinhos
 Maria Tereza Borges Vilela – Olímpia – Aposentada - INSS
 Maria Olimpio de Oliveira Jales - Aposentada- Saúde
 Maria Paula Hernandez P. Braga – Catanduva -Ativa - INSS
 Mário Jorge Ferreira – INSS GEX Piracicaba – Ativo
 Marisa Polletti – Saúde - Araraquara
 Marilene Gomes Costa da Fonseca

TESE 4

- Saúde – Andradina
Marina Ferreira Naldi – INSS – Ribeirão Preto
Marli Barboza Sobrinho – GEX - Araraquara
Marisia Leoncini Pella – Saúde – Aposentada – São João da Boa Vista
Marta Bonfim - S. J. Rio Preto – Aposentada - Saúde
Mathilde Romanini – Aposentada – INSS – Ribeirão Preto
Mauricio Amalfi – Saúde – Brigadeiro – São Paulo
Neide Carrijo – Saúde – Aposentada – Ribeirão Preto
Neiva Solange P. Oliveira - S. J. Rio Preto –Ativa- Saúde
Neusa Cruz Silva – Saúde - Araraquara
Nilce Maria Borges W. Cazo – Aposentada - Barretos
Nilce M. Ferreira – Orindiuva – Aposentada – INSS
Og Rodrigues de Lima – INSS- Presidente Epitácio
Olga Ferreira dos Santos – Aposentada – INSS - Bebedouro
Olimpia Lima – Aposentada – Saúde - Mococa
Ophelia Hespagnol – Aposentada – Saúde – Ribeirão Preto
Osmar Prestes Ruivo – INSS - Itapetininga
Oswaldo Larocca – Saúde - Araraquara
Oacyr Junior – Saúde – Araraquara
Paulo César Peluzzi – INSS – Itápolis
Paulo César Santoro – INSS – Araraquara
Pedro Maurício Metidieri – INSS - Matão
Raimundo Fagundes – INSS - Francisco Matarazzo - São Paulo
Regiane – INSS- Mooca, São Paulo
Regina – INSS - Tatuí
Regina Gomes Soares – INSS – Aposentada – Ribeirão Preto
Regina Gonçalves Castanheira – Saúde - Barretos
Renato Figueiredo Gnidarchiche – INSS - Botucatu
Rosa Maria Feltram – INSS - Mococa
Rosa Maria - INSS/São Roque
Rosalina - Aposentada/Saúde/Sorocaba
Rosana Claudia dos Santos – INSS – Franca
Rosângela de Jesus – Saúde - Barretos
Rosemery de Oliveira – Aposentada – Saúde – Ribeirão Preto
Rosilda de Lourdes Casetta – INSS - Itápolis
Ruth Alencar Tiberti – Saúde – Aposentada – Ribeirão Preto
Salvador Miranda Pinto - Aposentado INSS/São Paulo
Satiko Ishida - INSS /São Roque
Saturnina Brandão - S. J. Rio Preto - Aposentada- Saúde
Sebastiana Alves - S. J. Rio Preto – Aposentada - Saúde
Sebastiana Marcolino - S. J. Rio Preto – Aposentada - Saúde
Sebastião Teodoro – Saúde – Aposentado – Agudos
Silvana Aparecida Savi – INSS - Avare
Sirlene M. de Melo - S. J. Rio Preto - Aposentada Saúde
Socorro- INSS - Bragança Paulista
Sonia Maria Paiva Lopes – INSS – Aposentada – Ituverava
Susi Margarete Costa Biscari – GEX – Araraquara
Tânia Elidia Luiz Decares - ADJ/ INSS/Xavier de Toledo/ São Paulo
Terezinha - Procuradoria/Bauru
Vanderlei Lemes da Silva – Saúde – Presidente Epitácio
Vera Lucia de Moura – Jales - Saúde
Vera Lucia dos Santos Belão - S. J. Rio Preto - INSS
Vinicius Moraes Valadares Ribeiro – INSS - Franca
Zito - INSS/Tatuí, São Paulo.

ANOTAÇÕES

JORNAL DO SINSPREV - Especial Plebiscito é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. - Filiado a Fenasps - **Jornalista responsável, editoração e diagramação:** Mila Natour (MTb: 18.196). **Estagiária:** Camila Farinhuk. **Fotolitos e Impressão:** Editora Forma Certa. **Tiragem:** 26 mil exemplares. **Endereços:** **Sede Capital – Centro:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 2º andar – Centro - Fone: (11) 3352-4344 - **CEP:** 01034-000 - **E-mail:** sinsprev@uol.com.br - **Site:** www.sinsprev.org.br - **Sub-Sede de Guarulhos:** Rua Dr. Eloy Chaves, 208 - Vila Sorocabana - Guarulhos – SP - Fone (11) 2421-0175 - **CEP:** 07024-181 - **sinsprevguarulhos@uol.com.br** **Delegacia Regional de Araçatuba:** Rua Euclides da Cunha, 237 – Vila Bandeirantes - Fone/Fax: (18) 3625-9002 - **CEP:** 16015-495 - **E-mail:** sinsprev_ata@yahoo.com.br **Delegacia Regional da Baixada Santista:** Rua Sergipe, nº 1 - Gonzaga - Santos - **CEP:** 11065-001 - Fone (13) 3221-3028 - **E-mail:** sinsprev.baixada@hotmail.com - **CEP:** 11065-001. **Delegacia Regional de Campinas:** Rua Barbosa da Cunha, nº 185 - Guanabara - Fone (19) 3325-4344 - **CEP:** 13073-320 - **E-mail:** sinsprev.campinas@gmail.com **Delegacia Regional de Marília:** Rua XV de Novembro, 1033 – Alto Cafezal - Centro – Marília - Fone/Fax: (14) 3433-8159 - **CEP:** 17504-000 - **E-mail:** sinsprevmarilia@ig.com.br **Delegacia Regional de Piracicaba:** Av Armando Salles Oliveira, 642 – Centro – Piracicaba - **CEP:** 13400-010 - Fone/Fax (19) 3433-3920 ou 3434-3309 (19) 3371-4661 - **E-mail:** delpiracicaba@ig.com.br **Delegacia Regional de Presidente Prudente:** Rua Francisco Machado de Campos, 503 - Vila Nova - Presidente Prudente - Fone (18)-3221-9859 - **E-mail:** pprudente@sinsprev.org.br - **CEP:** 19010-300. **Delegacia Regional de Ribeirão Preto:** R. Amador Bueno, 983 – Centro - Ribeirão Preto - Fone/Fax (16) 3625-3228 - **E-mail:** sinsprevrp@yahoo.com.br - **CEP:** 14010-070. **Delegacia Regional de Sorocaba:** Rua Comendador Oeterer, 1280 -Vila Carvalho - Fone (15) 3326-4340 - **CEP:** 18080-000 - **sinsprev.sorocaba@hotmail.com** **Sub-Sede de Barretos:** Rua Avenida 13, 570 – Centro - Barretos – SP - **CEP:** 14780-615 - (17) 3323-3674 - **E-mail:** claudiojose.machado@bol.com.br - **daysinascimento@yahoo.com.br** - **almeidajosel@yahoo.com.br** - **Delegacia Regional de São José do Rio Preto:** Avenida Bady Bassit, 3355 (fundos) - Centro - **CEP:** 15015-700 - Fone/Fax (17) 3215-3648 e-mail: sinsprev-riopreto@ig.com.br. **Delegacia Regional do Vale do Paraíba:** Rua Áurea, 62 – Centro - São José dos Campos - **CEP:** 12209-600 - Fone/Fax (12) 3923-9037 - **E-mail:** sinsprev_vale@yahoo.com.br - **DIRETORIA COLEGIADA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:** Gilmar Rodrigues Miranda, Irene Guimarães dos Santos, Regina Célia Porfírio de Lima Silva. **SECRETARIA DE APOSENTADOS:** José Aparecido Antunes, Gilberto Silva, Nair de Castro Almeida Chirico. **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Gilberto dos Santos, Ângela Laucia Piva Ruiz Dias, Sueli Domingues. **SECRETARIA CULTURAL E DE POLÍTICAS SOCIAIS:** Manoel Moreira da Costa, Maria do Carmo Simões de Oliveira, Mauricio Ariovaldo Amalfi. **SECRETARIA DE DELEGACIAS E NÚCLEOS:** Rita de Cássia Pinto (licenciada), Néelson Novaes Rodrigues, Gilceli Leite Lima. **SECRETARIA DE FINANÇAS:** Rita de Cássia Assis Bueno, Cláudio José Machado, Junia da Silva Gouvea (licenciada), Regina Célia Porfírio de Lima Silva. **SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E RELAÇÕES INTER-SINDICAIS:** Josineide Noletto Aguiar, Roseli Queiroz de Almeida, Marcio Villano Bottini. **SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:** José Rubens Decares, Dina dos Santos Neres, Vinicius Vasconcelos. **SECRETARIA DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Cristiano dos Santos Machado, Sueli Dias Pereira. **SUPLENTES:** Inez Alquati, Josias de Jesus, Fernando Camargo Obici, Patrícia Rodrigues Faria, Fábio Antonio Arruda, Deise Lucia do Nascimento. **CONSELHO FISCAL:** Duílio Manoel dos Santos, Marcelo Gomes de Santana, Fátima Rosário Melito, Regina Maria Catira, Camilo de Lellis Zanduzzo. **SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:** Maria Aparecida da Silva, Igor Lima Vieira Pinto.